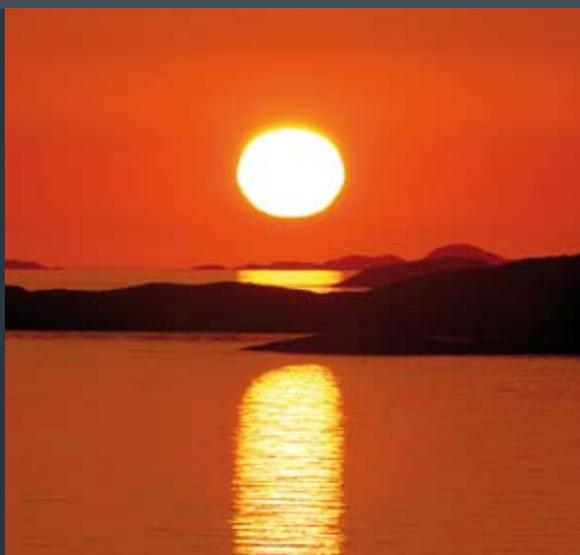


Relatório Anual 2007



Energia para
CRESCER

Como a Petros gera rentabilidade investindo em infra-estrutura para o desenvolvimento social brasileiro.



2 – Infra-estrutura brasileira: do papel para a prática

4 – Apresentação

6 – Fundo de Pensão é fundamental para a infra-estrutura
Entrevista Paulo Godoy – Presidente da ABDIB

10 – PAC: pé no acelerador do desenvolvimento

11 – PROINFA: uma força para a energia renovável

13 – PCH: a pequena notável com toda a energia

15 – Manaus ganha mais luz com termoelétrica

16 – Centrais eólicas: bons ventos para o meio ambiente

17 – Linha de transmissão: energia de ponta a ponta

18 – Biocombustível: quem planta, colhe energia

19 – Modernização e construção de portos: desenvolvimento à vista

26 – RESULTADOS DA PETROS

33- DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS POR PLANOS DE BENEFÍCIOS

60 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

85 – PARECERES ATUARIAIS (BALANÇO DOS PLANOS)

141 – DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS E DE RESULTADOS

169 – POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Infra-estrutura brasileira: do papel para a prática

Antes muito falados, mas pouco praticados, os investimentos em infra-estrutura no Brasil tiveram vários projetos saindo do papel para a realidade nos últimos anos. Em 2007, importantes leilões foram realizados na área de rodovias, retomando o programa de concessões paralisado desde 2001. De acordo com a ABDIB - Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base - mereceu destaque também o leilão da primeira usina do Rio Madeira, o maior empreendimento do mundo com capital privado nesta modalidade. E a perspectiva é de mais crescimento.

Isto porque a economia nacional conseguiu reunir indicadores macroeconômicos e sociais bastante positivos que apontaram para a possibilidade de aceleração do crescimento econômico, mantendo a inflação em níveis baixos.

Nos últimos quatro anos, o cenário brasileiro apresentou estabilidade econômica, criou um ambiente favorável para os investimentos, principalmente os de longo prazo, estabeleceu marcos regulatórios claros e equilibrados, manteve o princípio da responsabilidade fiscal e ambiental, reduziu a dependência de financiamento externo, ampliou a participação do Brasil no comércio internacional e obteve superávits recordes na balança comercial.

Para os próximos anos, o desafio é continuar aproveitando o momento histórico favorável e estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando a inclusão social e uma distribuição de renda mais equilibrada.

Por isso, a expansão dos investimentos em infra-estrutura tornou-se condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil. Investimentos de longo prazo, com um volume de capital elevado, a construção de ferrovias e estradas, a modernização e expansão dos portos, a geração e a transmissão de energia, a melhoria das estruturas de saneamento básico são alguns dos projetos que poderão minimizar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade.

Em busca de resultados mais rápidos, o governo federal optou por recuperar a infra-estrutura existente, concluir projetos em andamento e buscar novos projetos com forte potencial para gerar desenvolvimento econômico e social, além de estimular, decididamente, a sinergia entre eles.

Os fundos de pensão, entre outros investidores institucionais, estão participando ativamente deste processo de desenvolvimento da infra-estrutura brasileira, apostando na parceria com o governo, sempre buscando a rentabilidade e a segurança do patrimônio de seus participantes.

Para o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, "quando o governo possui disposição de incentivar o investimento de longo prazo, com planejamento e marcos regulatórios claros e equilibrados, os recursos para financiar o crescimento sustentável são viabilizados, gerando desenvolvimento econômico e social para o Brasil".

Em dezembro de 2004, durante o lançamento, no Palácio do Planalto, do FIP - Fundo de Investimentos em Participações - Brasil Energia, a Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, declarou que este tipo de investimento "contribui para a riqueza do Brasil, assegura a garantia de uma rentabilidade para os fundos de pensão e permite que o nosso país cresça a taxas necessárias para a inclusão de toda a sua população".

No mesmo sentido, o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, ressaltou que os fundos de pensão não podem perder rentabilidade: "O dinheiro é daqueles que pagam as suas mensalidades, mas haveremos de remunerá-los de forma justa para que não tenham medo de financiar outros setores."

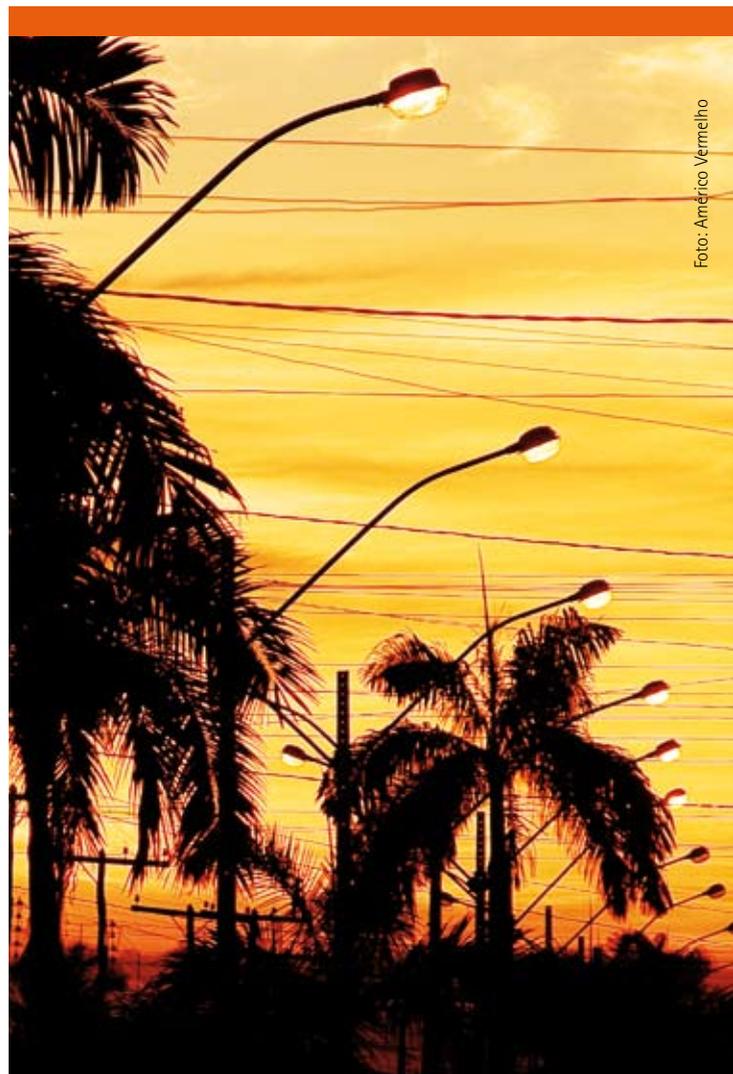


Foto: Américo Vermelho

Apresentação

O Relatório Anual da Petros é um instrumento de prestação de contas aos participantes mediante não só da apresentação dos balanços e resultados financeiros, mas também da elucidação de alguns temas que representam as ações da entidade em prol do patrimônio de quem dela participa. Afinal, fechamos o ano de 2007 com 32 patrocinadoras e 23 instituidores, somando mais de 117 mil participantes e um patrimônio de R\$ 38 bilhões em 28 planos.

A Petros busca na transparência e nas práticas de governança corporativa estabelecer uma comunicação clara e objetiva com seus participantes, acionistas e sociedade, a fim de não só disponibilizar todas as informações sobre seus investimentos, mas também explicar como estes investimentos estão sendo realizados.

Nesta edição, você poderá acompanhar alguns dos investimentos da Petros em infra-estrutura, fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país, e, ao mesmo tempo, seguros do ponto de vista da preservação do patrimônio de seus participantes, pois apresentam baixo risco e boa rentabilidade, além de possuírem um fluxo de caixa de longo prazo compatível com o compromisso atuarial dos planos da Fundação.

A carteira da Petros é composta por renda fixa, renda variável, operações com participantes e participações imobiliárias. Os investimentos no setor de infra-estrutura são realizados dentro do segmento de renda fixa e variável, mediante instrumentos financeiros com CCB - Células de Crédito Bancário, quotas de FIP - Fundos de Investimentos em Participações, ações e títulos privados emitidos por SPE - Sociedades de Propósito Específico.

A Fundação já aprovou cerca de R\$ 1,5 bilhões de investimentos em infra-estrutura, tendo investido até dezembro de 2007 aproximadamente R\$ 550 milhões. Com o profissionalismo da equipe técnica envolvida, os projetos são cuidadosamente analisados pelo Comitê de Investimentos e enquadrados na Política de Investimentos da entidade, baseada em premissas sólidas, controles rigorosos e diretrizes socialmente responsáveis. Nas páginas a seguir, serão apresentados seus principais investimentos em infra-estrutura nas seguintes áreas: PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas, transmissão de energia, centrais eólicas, usinas termelétricas, de biomassa e portos.

Em seguida, apresentamos as informações relativas às contas de 2007 de forma consolidada e também separada para cada plano de benefício.

Diretoria Executiva



“Fundo de pensão é fundamental para a infra-estrutura”

Entrevista
Paulo Godoy

Presidente da ABDIB - Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base

Fundada em 1955, a ABDIB se apresenta como defensora pioneira na aplicação de recursos privados nos empreendimentos em infra-estrutura. A entidade tem como associadas empresas públicas e privadas, que se dedicam à implantação, operação, agenciamento e financiamento de empreendimentos, sistemas e instalações na área da infra-estrutura, além de empresas consumidoras de bens e serviços deste setor.

A ABDIB conta como associados 160 grupos empresariais das áreas de energia elétrica, petróleo, gás e derivados, transporte, construção e engenharia, saneamento ambiental, telecomunicações, indústrias de base (mineração/cimento, siderurgia, papel e celulose), além de bancos de investimentos e outras empresas de serviços, que se relacionem com o setor de infra-estrutura. Estas empresas representaram, em 2006, um faturamento no Brasil da ordem de 348 bilhões de reais (quase 15% do PIB nacional), e foram responsáveis por cerca de 318 mil postos de trabalho diretos. Abaixo, entrevista com o presidente da entidade, Paulo Godoy, a respeito das perspectivas da infra-estrutura no Brasil.

Quais são os fatores responsáveis pelo crescimento do número de investimentos do setor privado em projetos de infra-estrutura?

Paulo Godoy – O crescimento econômico, acima de tudo, pode ser considerado como fator propulsor dos

investimentos em infra-estrutura. Com a retomada do crescimento, muitas das deficiências da infra-estrutura brasileira tornaram-se mais evidentes. Ficou mais fácil provar, na prática, aquilo que vínhamos explicando em discurso. O crescimento mostrou que há, ainda, risco de desabastecimento em energia elétrica, que falta gás, que os aeroportos não suportam mais passageiros, que as estradas estão em situação calamitosa. A volta dos leilões de concessão em infra-estrutura e o lançamento do PAC foram respostas práticas às demandas da sociedade e do setor produtivo em favor da melhoria das condições gerais de infra-estrutura.

Quais são os principais resultados alcançados com a maior participação do setor privado neste campo?

A ótica da iniciativa privada é diferente da do setor público. O setor privado é mais focado em atingir resultados e tem boas ferramentas de gestão. Acredito que, no fim, existem ganhos econômicos ao consumidor ou usuário final. Afinal de contas, todo o ganho de eficiência que pode ser alcançado durante o processo de construção pode ser revertido ao consumidor na forma de tarifas e preços mais baixos. As últimas concessões são prova dos benefícios econômicos do investimento privado na infra-estrutura. Os últimos leilões foram realizados com resultados muito interessantes sob o ponto de vista do consumidor. Os deságios foram muito bons para o cidadão, tanto na concessão de rodovias quanto na energia elétrica. Com a

estabilidade econômica e a tendência de crescimento, o investidor consegue captar recursos em condições melhores para investir em infra-estrutura. Houve um amadurecimento do país e uma melhor aceitação do investidor privado no Brasil na área de infra-estrutura. Há também um ambiente de cumprimento e respeito a contratos. A lei de concessões já completou mais de dez anos e existe uma percepção crescente de que a iniciativa privada nunca deixou o Brasil na mão quando foi convidada a investir.

Como o senhor vê a participação dos fundos de pensão no financiamento de projetos de infra-estrutura?

Os fundos de pensão são fundamentais no financiamento da infra-estrutura e devem se tornar cada vez mais importantes. Com a queda dos juros nos últimos anos, aplicar em título de renda fixa deixou de ser a opção mais vantajosa para remunerar o capital dos cotistas. Os projetos de infra-estrutura, com previsão de lucros a longo prazo, tornaram-se uma aplicação segura e rentável ao mesmo tempo. Além disso, como eu disse, há um movimento forte no Brasil para eliminarmos os fatores de risco ao investimento em infra-estrutura. Um exemplo é a consolidação dos marcos regulatórios em diversos setores. Outro é a busca para aperfeiçoar o sistema de licenciamento ambiental e garantir, ao investidor, mais previsibilidade quanto aos custos e prazos do licenciamento. A agenda é extensa e visa melhorar as condições aos investidores e financiadores. Além disso, há opções variadas de investimento, como os Fundos de Investimentos em Participações, conhecidos como FIPs, voltados exclusivamente para a infra-estrutura. O cenário é bastante diferente, atualmente, daquele que tínhamos há cinco, dez anos atrás. Hoje, o investimento em infra-estrutura oferece alternativas seguras e atrativas aos financiadores institucionais.

Qual projeto de infra-estrutura tem sido mais atrativo para os investidores institucionais?

A atratividade depende de uma série de questões, como perspectiva de crescimento setorial, segurança jurídica, existência e eficiência de regulação por agências reguladoras, estabilidade e eficácia do marco regulatório, taxas de retorno condizentes com a necessidade do investidor, existência de bons projetos e tributação adequada, sem excessos, entre outros pressupostos. Diversos desses pontos nem sempre são atendidos ao mesmo tempo. No entanto, existe uma percepção no mercado apontando que há muitos projetos, com bastante atratividade, no Brasil. É claro que a perspectiva de crescimento da economia torna muitos projetos atrativos e viáveis sob o ponto de vista privado, mas há uma busca consistente em eliminar as barreiras que dificultam e postergam a execução dos projetos de infra-estrutura.

"Os projetos de infra-estrutura, com previsão de lucros a longo prazo, tornaram-se uma aplicação segura e rentável ao mesmo tempo."

Onde estão os maiores gargalos em infra-estrutura que o país enfrenta hoje?

O Brasil é um país de muitas deficiências na infra-estrutura. Durante os últimos dez anos, cerca de 70% das estradas, em média, sempre estiveram em condições impróprias de tráfego. No saneamento, a situação é ainda mais precária. Quase 95 milhões de brasileiros estão sem coleta de esgoto adequada - aquela feita



por rede geral, nos centros urbanos. Há cerca de 35 milhões de pessoas usando fossas sépticas, sem contar os outros milhões que não dispõem de nenhum tipo de escoamento. Tratamento de esgoto, então, é algo ainda mais distante da universalização. Por outro lado, o abastecimento de energia elétrica está quase universalizado, fruto de mais de dez anos de investimentos, de foco do poder público em programas que não foram interrompidos. Atualmente, há gargalos evidentes no transporte e na logística, tanto de passageiros quanto de cargas. Os aeroportos, precisam de investimentos pesados, até porque temos uma Copa do Mundo para organizar. Os portos necessitam de muito investimento, na gestão, na automação e na organização, mas também na ampliação da capacidade de movimentação de cargas, pois o tempo de atracação e de carregamento dos navios é muito elevado no Brasil - e tudo isso resulta em custos. As cidades também estão congestionadas, fruto do descaso em planejamento e investimento em sistemas metrofer-

roviários. Na infra-estrutura, o Brasil é ainda um país em construção. Se muita coisa já foi feita - o que é preciso reconhecer - é verdade também que falta muita coisa para fazer ainda.

Já se percebe melhorias na infra-estrutura após o primeiro ano do PAC?

Ainda não é possível dizer que o PAC já reverteu gargalos na infra-estrutura - e isso é normal. Projetos de infra-estrutura são de longa maturação e, muitas vezes, demoram cinco, seis anos para serem concluídos. Para se ter uma idéia, na área de gás natural, do momento em que a agência reguladora realiza um leilão de concessão até a comercialização do insumo, demora-se, em média, 12 anos, tempo consumido no desenvolvimento do campo e na construção do gasoduto. Em outro exemplo, não se coloca em prática um programa de recuperação de estradas em apenas dois anos. Há etapas para serem vencidas, principalmente

quando envolvem recursos públicos. De qualquer forma, temos a crença de que o PAC vai contribuir para minimizar alguns gargalos atualmente existentes na infra-estrutura. A principal inovação do programa é o sistema de gestão que foi iniciado, integrando todos

os ministérios e diversos órgãos públicos. Além disso, o PAC lista um conjunto de obras que precisam sair do papel e centraliza o acompanhamento delas, com balanços quadrimestrais para a opinião pública e para a imprensa.

Infra-estrutura no Brasil

- Faturamento das empresas: R\$ 348 bilhões (2006)
- Áreas envolvidas: energia elétrica, petróleo, gás e derivados, portos, transportes, saneamento ambiental, telecomunicações, indústria de base

Fonte: ABDIB



PAC: pé no acelerador do desenvolvimento

Como estamos e para onde vamos. Esta poderia ser a expressão básica a nortear o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – criado pelo governo brasileiro, em 22 de janeiro de 2007. Na época, o cenário era de perspectiva de crescimento da economia a longo prazo, de queda gradual do endividamento líquido do setor público e de expectativa de baixa inflação. Este cenário acentuou-se durante todo o ano passado.

Até 2011, o governo estabeleceu uma meta que prevê investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões destinados ao desenvolvimento da infra-estrutura do país, com a geração de mais empregos e redução das desigualdades sociais regionais. São R\$ 67,8 bilhões provenientes do Orçamento Geral da União e R\$ 436,1 bilhões de empresas estatais e do setor privado. Os projetos se destinam às áreas de logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis) e infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos).

O Programa tem o objetivo de impulsionar a produtividade em setores que são estratégicos para a mo-

dernização e o desenvolvimento sustentável do país, contribuindo para ativar novas áreas da economia e acelerar outras que já estão em expansão, além de aumentar a competitividade do Brasil no mercado global. As metas do PAC são bastante ambiciosas e prevêem a construção, adequação, duplicação e recuperação, em quatro anos, de 42 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, a ampliação de 12 portos e 20 aeroportos. Além disso, a geração de mais de 12.386 megawatts de energia elétrica, a construção de 13.826 km de linhas de transmissão, a instalação de quatro novas unidades de refino ou petroquímicas, a construção de 4.526 km de gasodutos e a instalação de 46 usinas de biodiesel. Haverá ainda a construção de rede de água e esgoto para 22,5 milhões de domicílios.

O programa procura estabelecer regras claras e estáveis a fim de minimizar problemas como lentidão no licenciamento ambiental, liminares jurídicas pouco fundamentadas, entre outros. Mas ainda há muito o que aperfeiçoar. Por isso, o PAC desenvolveu um sistema de balanços periódicos que funciona como uma importante ferramenta de controle, gestão e transparência, disponível à sociedade e aos investidores.

Evolução do PAC

- previsão de investimento: R\$ 500 bilhões até 2011
- 86 % das ações previstas com andamento adequado
- 97% dos recursos foram empenhados
- 27% dos recursos já foram pagos
- R\$ 5 bilhões – quantia liberada pelo BNDES para financiamentos aos projetos do PAC em 2007

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PROINFA: uma força para a energia renovável

Vários projetos de infra-estrutura que contam com a participação da Petros estão no PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - que tem o suporte do BNDES e a garantia de compra de energia, pela Eletrobrás, por um prazo de vinte anos. Coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e executado pela Eletrobrás, o PROINFA foi criado por lei em 2002 e regulamentado pelo governo federal em 2004, tendo já assegurado a contratação de 3.300 megawatts de capacidade instalada de energia, gerada a partir de biomassa, eólica e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Por valorizar as potencialidades energéticas regionais e locais, o PROINFA possibilitou a instalação de projetos em 20 estados. As regiões Nordeste e Sul atraíram mais projetos de fonte eólica, por possuírem melhores condições de vento. O Centro-Sul do país, por sua topografia e regime hidrológico, os projetos de PCHs. A forte presença do setor sucroalcooleiro determinou a maior inserção da biomassa no Sudeste, especialmente em São Paulo.

Regras e mecanismos de funcionamento do programa

A linha de crédito do BNDES financia até 70% do investimento, excluindo bens e serviços importados e a aquisição de terrenos. A rentabilidade dos projetos selecionados é assegurada pelos contratos de longo prazo firmados pela Eletrobrás com os empreendedores, que garantem receita mínima de 70% da energia contratada durante o período de financiamento e proteção integral quanto aos riscos de exposição do mercado de

curto prazo. Este conjunto de regras, que alia rentabilidade com retorno de longo prazo sistemático, é um atrativo para investimentos privados.

Benefícios do programa

No campo social, o programa prevê a geração de 150 mil postos de trabalho direto e indireto, incluindo as fases de construção e operação. Em termos de desenvolvimento tecnológico, os investimentos chegam a R\$ 4 bilhões na indústria nacional de equipamentos e materiais. Para o equilíbrio ambiental, será evitada a emissão de 2,5 milhões de toneladas de gás carbônico por ano, ampliando as possibilidades de negócios de Certificação de Redução de Emissão de Carbono, nos termos do Protocolo de Kyoto.

Fontes alternativas de energia

Biomassa

É um combustível renovável que pode ser utilizado para gerar energia. A queima de insumos orgânicos, como bagaço de cana, casca de arroz e resíduos de madeira movimentam usinas termoeletricas, em substituição à queima do gás natural ou óleo combustível.

Eólica

É a energia gerada a partir da força dos ventos.

Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs

São usinas hidrelétricas de pequeno porte, que produzem energia com menores impactos ambientais.



PCH Santa Fé, na cidade de Levy Gasparian/RJ (Brasil PCH)

PCH: a pequena notável com toda energia

Dos investimentos em infra-estrutura que a Petros participa constam:

- 23 PCHs
- 1 Usina de Biocombustível
- 1 Linha de Transmissão
- 5 Centrais Eólicas
- 3 Usinas Termoelétricas

Em sua carteira de participações no segmento de infra-estrutura, a Petros está presente em 23 projetos ligados à construção de PCHs, Pequenas Centrais Hidrelétricas, distribuídas em vários pontos do país, como Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. À frente da gestão de investimentos no segmento, estão os fundos Infra Brasil, Brasil PCH e Energia PCH.

As PCHs são fontes de energia limpa, renovável e de baixo impacto ambiental. Toda a energia gerada por estas hidrelétricas vai diretamente para o sistema de energia geral brasileiro para ser distribuída globalmente. O que torna atrativo tal investimento é sua capacidade de geração de caixa a médio e longo prazo, com baixo risco e boa rentabilidade, pilares importantes para garantir a segurança da gestão do patrimônio do participante. Some-se a isto o fato de contribuir para o desenvolvimento social do país.

O Infra Brasil, lançado em julho de 2006, sob a gestão e administração do ABN Amro Real S.A., teve um aporte inicial de R\$ 620 milhões, destinado prioritariamente às áreas de logística, telecomunicações, distribuição de gás, energia, água e saneamento. Idealizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) conta, além da Petros, com a participação de outros fundos

de pensão, do Banco do Brasil e do Banco Real. O Infra Brasil é responsável pela gestão de cinco PCHs, duas no Rio Grande do Sul, duas em Santa Catarina e uma em Minas Gerais.

Uma das preocupações ao analisar e implantar um projeto de infra-estrutura é a questão ambiental. No caso das PCHs, um dos atrativos é justamente o baixo impacto que representa. De qualquer forma, todos os projetos necessitam de uma licença específica. No caso do Infra Brasil, Geoffrey Cleaver, superintendente do ABN Amro, conta que, para a aprovação de um investimento, além das aprovações do ponto de vista técnico-financeiro, uma equipe interna faz uma análise dos riscos ambientais. Se essa equipe não aprovar, o projeto não vai adiante.

Outro fundo que investe nessa alternativa é a Brasil PCH, criada pela associação da Petrobras Distribuidora, Araguaia Centrais Elétricas S.A., BSB Energética S.A., Eletroriver S.A. e Jobelpa S.A., com o objetivo de gerar energia elétrica por meio da construção e operação de PCHs, usinas de pequeno porte cuja capacidade instalada não ultrapassa 30 megawatts em áreas inferiores a 3km². Para se ter uma idéia, uma central deste porte é capaz de atender ao consumo de cerca de 320 mil pessoas.

Neste fundo, a Petros investe em treze projetos implementados em parte no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica do Governo Federal e de acordo com Fernando Homem, diretor presidente da empresa, do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – distribuídas em quatro estados brasileiros: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás. Além disso, investe em atividades relacionadas à administração, construção, operação e manutenção e também no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável.

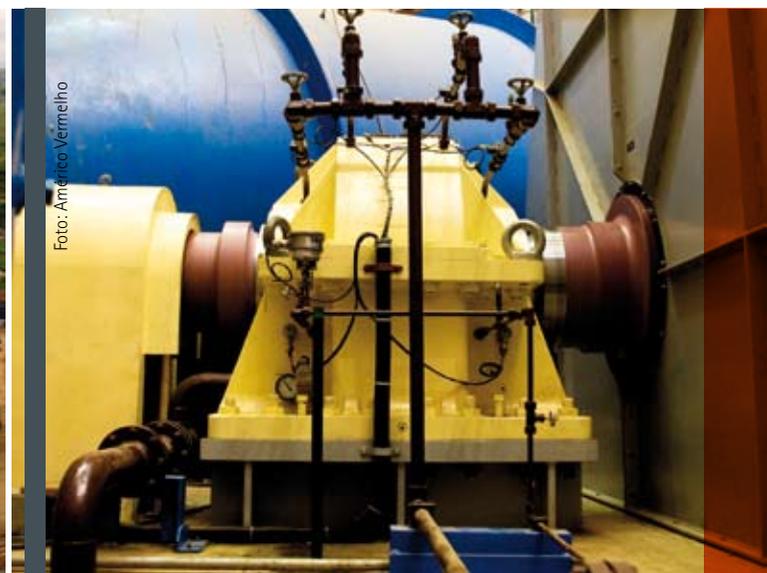
Com um montante de R\$ 230 milhões e prazo de vencimento de 14 anos, a primeira PCH pronta foi Funil, localizada em Minas Gerais. Outras quatro já estão sendo construídas, entre elas a Santa Fé, próxima a Três Rios, divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, já em fase de testes. As demais têm previsão de término para o segundo semestre deste ano.

“Pequenas apenas no nome, as PCHs são fontes não só de energia, mas também de empregos. As PCHs operadas pela Brasil PCH geram, cada uma, em média, 10 mil empregos diretos e indiretos”, comenta Fernando Homem.

O terceiro Fundo de Investimentos em Participações, o Energia PCH, é gerido pelo Globalbank Asset Management. Com um montante de R\$ 200 milhões e um prazo de 20 anos, o fundo investe na implantação de cinco pequenas hidrelétricas localizadas no Estado do Mato Grosso. O projeto, intitulado Juruena, também tem a parceria de outros fundos de pensão, está no PROINFA e tem a conclusão prevista para março de 2009.

“A região fica no extremo oeste de Mato Grosso, a 600 km de Cuiabá, às margens do rio Juruena, e as nossas cinco centrais ficam próximas a outras nove PCHs e duas usinas hidrelétricas. Estamos estudando a possibilidade de aproveitar a estrutura da área e investir em mais quatro unidades”, adianta Ricardo Kassardjian, diretor do Globalbank.

As PCHs trarão progresso para as regiões próximas, caracterizadas por grandes plantações de soja e algodão, e para uma população de cerca de 30 mil habitantes que sofrem com o abastecimento de energia, uma vez que fornecerão energia capaz de acabar com o racionamento e ainda possibilitarão o surgimento de indústrias.



Manaus ganha mais luz com termoelétrica

Usina termoelétrica é uma instalação industrial usada para geração de energia por meio da queima de algum tipo de combustível. A Petros investe nesta fonte geradora de energia elétrica mediante dois projetos: a construção da Usina Termoelétrica Cristiano Rocha e da Geradora de Energia do Amazonas, ambas em Manaus.

Com a presença do presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, a Usina Termoelétrica Cristiano Rocha foi inaugurada em novembro de 2006 e tem capacidade de levar energia elétrica a 95 mil pessoas. O empreendimento é responsabilidade da empresa Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA) e custou R\$ 230 milhões. A usina conta com cinco geradores de biocombustíveis, podendo operar com combustível líquido ou gás.

O fundo Brasil Energia não está presente só no segmento de parques eólicos; tem também outros dois projetos em usinas termoelétricas e um em linha de transmissão. Atualmente, são dois projetos investidos: a Gera – Geradora de Energia do Amazonas – uma

planta termoelétrica de 85 megawatts que opera no mercado de Manaus, desde dezembro de 2006, usando como combustível o óleo pesado fornecido pela Petrobras, num total investido de R\$ 220 milhões.

O outro investimento é a Termoelétrica Viana, o quarto projeto, com capacidade de 170 megawatts, instalado no município de Viana, no Espírito Santo, com expectativa de geração a partir de janeiro de 2010. Contratada em leilão promovido pelo governo em julho de 2007, a planta vai consumir recursos próximos a R\$ 310 milhões.

“Tentamos promover a carteira do fundo com diversidade não só geográfica, mas também de tipos de investimento, por meio do estudo e implantação de projetos de geração térmica, hídrica, transmissão, geração a partir de fontes alternativas (eólica, bagaço de cana, etc.), sem deixar de lado o necessário retorno para o atendimento das necessidades dos cotistas”, argumenta Oderval Duarte, membro da equipe de gestão do fundo Brasil Energia.



Termoelétrica, em Manaus, da Geradora de Energia do Amazonas (Brasil Energia)



Centrais eólicas: bons ventos para o meio ambiente

Denomina-se eólica a energia contida nas massas de ar em movimento – por meio do vento, capaz de gerar eletricidade para trabalhos mecânicos, como bombeamento de água, moagem de grãos e outras aplicações que envolvem energia mecânica e eletricidade, por exemplo.

Registros históricos apontam que, para a geração de eletricidade, as primeiras tentativas surgiram no final do século XIX, mas somente um século depois, com a crise internacional do petróleo (década de 1970), é que houve interesse e investimentos suficientes para viabilizar o desenvolvimento e a aplicação de equipamentos em escala comercial.

Quando vários mecanismos, conhecidos como turbinas de vento, são ligados a uma central de transmissão de energia, o resultado é uma central eólica. A quantidade de energia produzida por uma turbina varia de acordo com o tamanho das suas hélices e do regime de ventos na região em que está instalada.

O Brasil é considerado uma das maiores potências eólicas do planeta. Portanto, a tendência é uma crescente exploração dessa fonte de energia no país nos próximos anos. Apoiado no PROINFA, lançado pelo Ministério de Minas e Energia, o Brasil pretende atingir, em 2008, cerca de 1.500 megawatts gerados pelo vento – um terço disso será instalado no Ceará e deve suprir mais da metade da demanda do estado. Porém, o que dificulta a instalação de mais centrais eólicas ainda é o custo. A energia gerada por uma central eólica custa mais que a gerada por uma usina hidrelétrica. Por outro lado, a energia do vento tem a grande vantagem de ser inesgotável e causar pouquíssimo impacto ambiental.

A Petros tem participação em dois projetos nesse segmento. O primeiro é composto de duas centrais eólicas, com potência instalada total de 151,8 megawatts, localizadas no estado do Rio Grande do Norte, denominadas Alegria I e II, aprovado em janeiro de 2008.

O segundo consiste na construção de três parques eólicos no Ceará, aprovados em junho de 2007, que resultarão em 156 megawatts de potência.

Responsável pelas duas centrais eólicas do Rio Grande do Norte está a New Energy Options Geradora de Energia S/A – NEO, numa operação que engloba um montante de R\$ 250 milhões para o prazo de 20 anos.

Os outros três parques do Ceará são administrados pelo primeiro FIP de infra-estrutura com a participação da Petros, lançado em janeiro de 2005, o Brasil Energia, gerido pelo Banco UBS Pactual, que tem como foco projetos em energia elétrica, basicamente voltados para a geração e transmissão de energia.

“Com participação de cotistas como a Petros e outros fundos de pensão, além do próprio UBS Pactual, o período de existência desse veículo de investimento é de 10 a 16 anos”, explica Oderval Duarte, membro da equipe de gestão do fundo. “A estrutura de aprovação dos projetos é composta por um comitê de investimentos com dez cadeiras divididas proporcionalmente de acordo com os cotistas do fundo e uma décima primeira garantida ao gestor.”

Linha de transmissão: energia de ponta a ponta

A Brasil Energia concluirá, ainda no primeiro semestre de 2008, a Integração Transmissora de Energia, uma linha de transmissão que interliga o município de Colinas, em Tocantins, ao de Minaçu, em Goiás. Foram instalados um conjunto de linhas de transmissão e subestações que compõem o trecho 2 do Complexo de Interligação Norte-Sul III, com aproximadamente 695 quilômetros de expansão. O total do investimento foi orçado em R\$ 500 milhões.

Entre os principais pontos do projeto, está a geração de 1,5 mil empregos diretos durante a fase de construção e 400 indiretos. A nova linha garantirá benefícios para o Sistema Interligado Nacional (SIN), como o escoamento da energia dos novos pontos de geração situados nos estados de Tocantins e Pará. Além disso, provocará redução de perdas de transmissão na região, com reflexo direto no custo de transmissão do SIN.

Outro ponto positivo é o aumento da capacidade de exportação de energia da Região Norte de 2,3 mil megawatts em média para 3,9 mil, além da importação e exportação da região Sudeste de 1,7 mil megawatts para 3,4 mil.

O projeto prevê ainda alguns programas de diminuição do impacto ambiental e contará com Planos de Gestão Ambiental para a construção e para o controle de resíduos sólidos. Entre os projetos que visam atenuar o impacto das obras sobre o meio ambiente estão, por exemplo, o Programa de Educação Ambiental, de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos, de Monitoramento da Fauna e de Recuperação de Áreas Degradadas.



Biocombustível: quem planta colhe energia

Entre os FIPS dos quais a Petros faz parte está também o AG Angra, responsável pela gestão do AG Angra Infra-Estrutura FIP. O fundo investe em um projeto de biocombustível, além de setores de água e saneamento, transporte e logística, energias renováveis e oportunidades específicas em óleo e gás e infra-estrutura industrial.

O AG Angra foi criado por meio da associação em partes iguais entre a Andrade Gutierrez S.A., empresa holding do Grupo Andrade Gutierrez, e a Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda., da área de assessoria financeira e gestão de recursos de terceiros.

O fundo foi fechado no final de 2006, com um investimento total de R\$ 750 milhões e um prazo de vencimento de 10 anos. Já em 2007, adquiriu o controle de uma usina de etanol no estado do Maranhão, a TG Agro Industrial, devido à importância que os biocombustíveis têm na matriz energética mundial. São crescentes as preocupações com temas ambientais, e a utilização de combustíveis de origem vegetal é mais benéfica ao clima, pois captura CO² durante a fase de crescimento da lavoura.

Localizada na cidade de Aldeias Altas, a 800 metros da Companhia Ferroviária do Nordeste e a 320 km do Porto de Itaqui, em São Luís, a usina possui nessa unida-

de uma tancagem (armazenamento) para exportação. Em consequência da proximidade, o conjunto usina + ferrovia + tancagem no porto resultou no corredor exportador que realizou a primeira exportação de etanol do Maranhão. A vantagem competitiva da TG Agro Industrial é ter 100% da cana-de-açúcar produzida pela própria empresa, o que reduz o principal risco agrícola inerente ao negócio.

"Do ponto de vista econômico, a expansão da TG Agro impactará positivamente toda cadeia logística da região. Ao aumentar as cargas transportadas pelos modais ferroviários e rodoviários, incrementa a movimentação no Porto de Itaqui e provoca um saudável aquecimento da economia nesse local. Além disso, gera empregos –1.800 pessoas no período da safra. "Em relação ao meio ambiente, o projeto já obteve todas as licenças para a operação industrial, agrícola e de irrigação", esclarece Fabio Vasallo, diretor financeiro da TG Agro Industrial.

Quanto à participação dos fundos de pensão nesse tipo de investimento, o executivo conclui que tais investidores institucionais possuem um papel vital no cenário de infra-estrutura. Sem o auxílio dos investimentos privados, o governo não terá condições para arcar com todos os investimentos necessários no setor.





Modernização e construção de portos: desenvolvimento à vista

A infra-estrutura portuária brasileira apresenta registro de gargalos desde que os primeiros navios portugueses chegaram ao país, em 1500. De lá para cá, portos foram construídos em diversas localidades. No entanto, os 18 maiores, entre eles três privados, continuam enfrentando problemas. Dificuldades sérias, como aglomeração de caminhões na entrada, tempo longo de espera para carregar ou descarregar, navios que aguardam horas para atracar, entre outros entraves logísticos que fazem empresas perderem em produtividade e competitividade no mercado interno e externo.

Porém, como toda crise pode representar uma oportunidade de negócio e de melhoria para o país, investir em infra-estrutura portuária torna-se um grande desafio e também uma grande chance de colaborar para o desenvolvimento econômico e o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Para se ter uma idéia do impacto causado pelas deficiências portuárias no Brasil, basta pensar numa empresa como a Perdigão, na qual a Petros tem participação acionária. Conhecida como uma das maiores exportadoras do mundo de carne de frango, a empresa eleva o Brasil à condição de grande fornecedor em mercados

como a Ásia, Oriente Médio e Rússia. Neste cenário, os portos constituem-se peças-chave na engrenagem do negócio e, com deficiências de operação, emperram parte do processo ao atrasarem a carga e descarga ou não possuírem condições adequadas de armazenamento de produtos. No caso da Perdigão, a companhia necessita de energia constante e farta, além de boas estradas para levar seus produtos aos portos e supermercados do Brasil. Caso a logística funcionasse perfeitamente, a empresa que disputa a liderança brasileira no setor de alimentos teria maior lucratividade, gerando mais rentabilidade para a Petros.

É neste ponto que o apoio dos investidores institucionais, entre eles os fundos de pensão, é fundamental. Ao participarem de investimentos de infra-estrutura, tais como portos e estradas, é estabelecido um ciclo virtuoso em que todos saem ganhando: o Brasil, com a modernização e o desenvolvimento, os participantes dos fundos de pensão - detentores do patrimônio investido e usuários dos bens públicos - e a sociedade.

Presente por meio do Fundo de Participação em Investimentos Logística Brasil, administrado pela BRZ Investimentos, a Petros, junto com outros fundos de pensão,

Porto de São Francisco do Sul/SC (Logística Brasil)

investe na construção de dois terminais portuários, em São Francisco do Sul e Itapoá, em Santa Catarina. O montante do projeto é de R\$ 400 milhões, com prazo de vencimento de 10 anos.

No primeiro, a entrada do fundo alavancará R\$ 140 milhões de investimentos no porto e áreas de armazenagem nos próximos dois anos. Com o investimento, espera-se o aumento na capacidade de movimentação de contêineres do Porto de São Francisco do Sul de cerca de 280 mil TEUS/ano (unidade internacional equivalente a um contêiner de 20 pés) para 750 mil, além da promoção do desenvolvimento da área de entorno (retroárea) da região, de forma a atender ao incremento de volume esperado de movimentação de contêineres no terminal e no cais público.

O Porto de Itapoá terá o aporte de R\$ 350 milhões de investimentos no próprio porto e R\$ 200 milhões em retroárea nos próximos quatro anos, com o objetivo de construir e operar o terminal de contêineres, além da exploração da retroárea logística, que compreende a construção e o aluguel de estruturas de armazenagem retro portuárias.

Um aspecto sempre positivo, em qualquer investimento em infra-estrutura, é a geração de empregos. "A construção de um porto tem, em média, um período de

dois anos de obras e, nesta fase, são contratados cerca de 700 empregados diretos", avalia Otávio Mafra Ottoni, gerente de investimento do Fundo Logística Brasil. "Além disso, pode-se fazer um trabalho social com as comunidades locais, oferecendo treinamento e cursos profissionalizantes para a ocupação de vagas durante o período de operação."

Para José Eduardo Carvalho, consultor especializado em investimentos em terminais portuários e na logística, é importante destacar também a possibilidade de crescimento industrial e comercial no entorno dos portos. "Ao falar de 500 empregos num porto, podemos somar umas 2.000 oportunidades de ocupações correlatas girando em torno desse universo."

Além das atividades portuárias, o fundo também atua no segmento de logística de geradores de energia por meio da participação, com o montante de R\$ 100 milhões de investimentos em quatro anos, para a aquisição de equipamentos pelo Grupo Poit, em São Paulo.

Estes são alguns exemplos de como a parceria dos investidores institucionais, do governo, com o apoio da sociedade, e o acompanhamento da imprensa podem resultar em ações de melhoria da infra-estrutura brasileira, gerando empregos, viabilizando negócios e levando o desenvolvimento para um maior número de brasileiros.



RELATÓRIO ANUAL 2007

RESULTADO DA PETROS

Investimentos: Evolução e Rentabilidade	26
Gestão de Planos de Previdência	26
Participantes por patrocinadora	27
Benefícios Concedidos	30
Execução Orçamentária	32

DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS POR PLANO DE BENEFÍCIO – DEZ/07

Total dos Investimentos por Segmento – Total Geral da Fundação DEZ/06 à DEZ/07	33
Modalidade de Aplicações dos Planos de Benefícios	33
Distribuição dos Investimentos – Gestão Terceirizada.....	39
Rentabilidade dos Segmentos dos Investimentos dos Planos de Benefícios	51
Investimento Consolidado – Composição de todos os Planos	52
Demonstrativos de Custos com a Administração dos Recursos	59

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

Estão apresentadas a seguir as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Petros em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, na forma definida pela legislação em vigor, conforme índice abaixo.

Parecer dos Auditores Externos Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 2007.....	60
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 (Quadro 1)	61
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 (Quadro 2).....	62
Demonstração do Fluxo Financeiro dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 (Quadro 3).....	63
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006	65
Extrato de Ata do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 31/12/2007	84
Extrato de Ata do Conselho Deliberativo sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 31/12/2007	84

PARECERES ATUARIAIS SOBRE OS BALANÇOS DOS PLANOS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Estão apresentados a seguir os Pareceres Atuariais, elaborados por Atuários Externos, indicando a Situação Patrimonial, as Provisões Matemáticas, e as premissas e hipóteses atuariais, por plano de benefícios, conforme índice abaixo.

Plano Petros do Sistema Petrobras.....	85
Plano Petros Ultrafértil.....	87
Plano Petros Braskem.....	89
Plano Petros Copesul.....	90
Plano Petros Nitriflex/DSM.....	92
Plano Petros Petroflex.....	94
Plano Petros PQU.....	96
Plano Repsol YPF.....	98
Plano CDSA.....	100
Plano Concepa.....	103
Plano Copesulprev.....	106
Plano DBA.....	109
Plano FIEPEPrev.....	112
Plano IBAPrev.....	115
Plano IBP.....	117
Plano PQU Previdência.....	120
Plano ALESAT.....	123
Plano Transpetro.....	125
Plano Triunfo Vida.....	128
Plano TERMOPREV.....	131
Plano CRAPREV.....	132
Plano CROPREV.....	133
Plano CULTURAPREV.....	134
Plano MANGUINHOS.....	135
Plano Misto Sanasa.....	136
Plano SIMEPREV.....	138
Plano SINMED/RJ.....	139
Plano Petros 2.....	140

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, POR PLANO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

Estão apresentadas a seguir a Demonstração Patrimonial e a Demonstração de Resultado, por plano de benefícios, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, na forma definida pela legislação em vigor, conforme índice abaixo.

Plano Petros do Sistema Petrobras.....	141
Plano Petros Ultrafertil.....	142
Plano Petros Braskem.....	143
Plano Petros Copesul.....	144
Plano Petros Nitriflex/DSM.....	145
Plano Petros Petroflex.....	146
Plano Petros PQU.....	147
Plano Repsol YPF.....	148
Plano CDSA.....	149
Plano Concepa.....	150
Plano Copesulprev.....	151
Plano DBA.....	152
Plano FIEPEPrev.....	153
Plano IBAPrev.....	154
Plano IBP.....	155
Plano PQU Previdência.....	156
Plano ALESAT.....	157
Plano Transpetro.....	158
Plano Triunfo Vida.....	159
Plano TERMOPREV.....	160
Plano CRAPREV.....	161
Plano CROPREV.....	162
Plano CULTURAPREV.....	163
Plano MANGUINHOS.....	164
Plano Misto Sanasa.....	165
Plano SIMEPREV.....	166
Plano SINMED/RJ.....	167
Plano Petros 2.....	168

RESULTADO DA PETROS

Neste item serão apresentados os principais resultados e indicadores consolidados da Petros, em 2007, sempre comparados ao verificado em exercícios anteriores.

INVESTIMENTOS: EVOLUÇÃO E RENTABILIDADE

A Petros encerrou o ano de 2007 com R\$ 38 bilhões em investimentos. Em 2007, os recursos de investimentos da Petros foram ampliados em 21,4%, acumulando 38,7% de crescimento nos últimos dois anos (ver gráfico 1), e apresentaram rentabilidade de 24,1% (ver gráfico 2).

Gráfico 1 - Evolução dos Investimentos (R\$ bilhões)

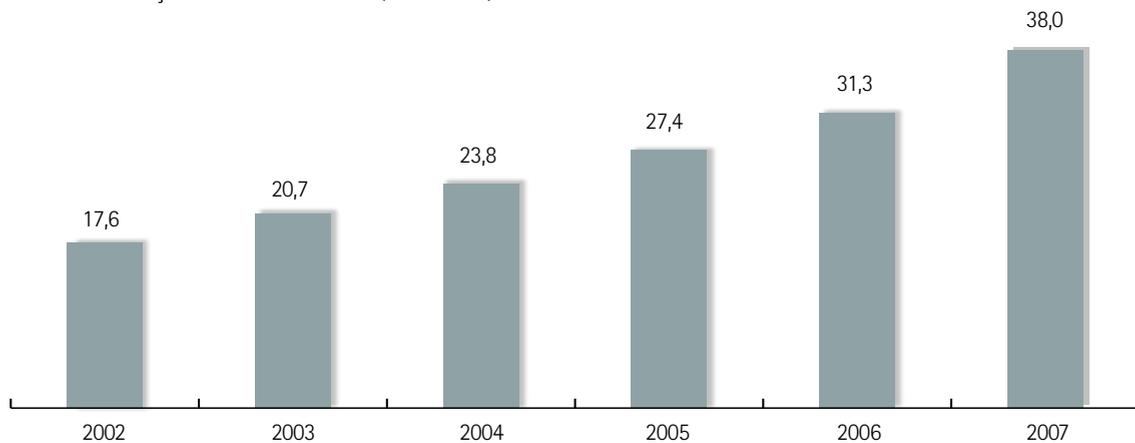
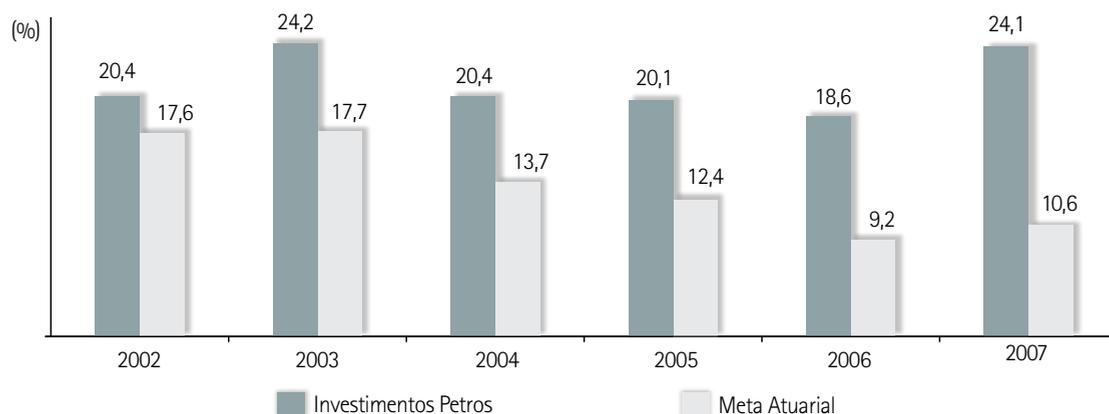


Gráfico 2 - Petros: Rentabilidade Global Anual (em %)



GESTÃO DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

A Petros finalizou 2007 com 117.341 participantes, sendo 63.610 ativos e 53.731 assistidos. Ou seja, houve uma ampliação de 22.339 no número de participantes ativos e um acréscimo de 213 no número de assistidos, em relação a 2006 (ver tabela 1).

Tabela 1 – Petros: Evolução do Quadro de Participantes

MÊS	PARTICIPANTES		TOTAL (C)	RELAÇÃO (A/B)
	ATIVOS (A)	ASSISTIDOS (B)		
DEZ/2006	41.271	53.518	94.789	77,12%
DEZ/2007	63.610	53.731	117.341	118,39%

Fonte: Gerência de Operações.

PARTICIPANTES POR PATROCINADORA

As Tabelas 2A, 2B e 2C, apresentam o número de participantes dos Planos Petros (Benefício Definido), nos Planos de Contribuição Definida e de Contribuição Variável, e nos Planos Instituídos, respectivamente.

Tabela 2A – Petros: Participantes dos Planos Petros

Patrocinadoras	2007		2006	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Total dos 7 Planos	34.018	53.692	34.487	53.510
Plano Petros - Sistema Petrobras	32.150	48.097	32.489	47.997
Petrobras	28.537	44.978	28.824	44.932
Petros	260	235	270	227
BR	2.757	2.392	2.787	2.350
Petroquisa	96	215	101	209
Gaspetro ¹	1	0	1	-
Refap S/A	498	37	505	31
Interbras ²	0	173	-	181
Petromisa ²	1	67	1	67
Empresas Privadas	1.868	5.595	1.998	5.513
Plano Petros NITRIFLEX / DSM	10	221	10	223
Nitriflex	9	221	9	223
DSM	1	-	1	-
Plano Petros PQU	267	911	277	902
Plano Petros BRASKEM	624	871	665	867
Plano Petros ULTRAFERTIL	281	1.439	316	1402
Plano Petros COPESUL	448	464	455	456
Plano Petros PETROFLEX	238	1.689	275	1663

¹ Em fev/04 um participante recorreu judicialmente e conseguiu o direito de continuar lotado na Gaspetro.

² Apesar da extinção destas empresas os "participantes ativos" continuam em permanência, ou seja, são auto patrocinados até que tenham o direito a aposentadoria.

Fonte: Gerência de Operações.

Elaboração: Gerência de Controle

Tabela 2B – Petros: Participantes de Contribuição Definida e de Contribuição Variável

Patrocinadoras	2007		2006	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Planos CD - Patrocinados	6.221	27	5.183	3
Plano REPSOL YPF	228	1	238	-
Repsol YPF Brasil	144	1	128	-
Repsol YPF Distribuidora	72	-	104	-
Repsol Gás	12	-	6	-
Plano Cachoeira Dourada	45	3	44	2
Plano TRANSPETRO	3.078	1	2.138	-
Plano DBA	157	1	183	-
Plano CONCEPA	21	-	24	-
Plano FIEPEPREV	948	-	984	-
FIEPE	37	-	41	-
IEL/PE	8	-	612	1
SENAI/PE	314	-	320	-
SESI/PE	589	7	11	-
Plano ALESAT	527	-	425	-
SATELITE	511	-	401	-
PETROMARKETING	16	-	23	-
CARAÚ	-	-	1	-
Plano TERMOPREV	9	-	7	-
IBIRITERMO	9	-	7	-
Plano TRIUNFO VIDA	233	11	262	-
Plano IBP	62	-	54	-
Plano PQU PREVIDÊNCIA	348	3	283	-
Plano COPESULPREV	512	-	484	-
Plano MANGUINHOS	53	-	57	-
Planos CV - Patrocinados	22.170	12	991	5
Plano Misto SANASA	1.041	12	991	5
Planos PETROS ²	21.129	-	-	-
Petrobras	19.990	-	-	-
Petros	145	-	-	-
BR	716	-	-	-
Petroquisa	6	-	-	-
Refap S/A	272	-	-	-

Fonte: Gerência de Operações.
Elaboração: Gerência de Controle.

Tabela 2C – Petros: Participantes dos Planos Instituídos

Planos Instituidores	2007		2006	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Planos Instituídos	1201	-	610	-
Plano IBAPREV	137	-	107	-
Plano SIMEPREV	42	-	32	-
SIMEPE	21	-	8	-
SIMESP	13	-	12	-
SIMEPAR	6	-	8	-
SINDMED/RN	1	-	3	-
SINDMEPA	1	-	1	-
Plano SINMED/RJ	23	-	21	-
Plano CULTURAPREV	565	-	100	-
ABM	6	-	2	-
ASSAIM	11	-	11	-
COOP. DE TEATRO	13	-	9	-
SATED/RJ	83	-	13	-
SINDMUSI	440	-	53	-
SATED/CE	2	-	3	-
SATED/SE	3	-	3	-
SATED/PE	6	-	5	-
SINAPESP	1	-	1	-
Plano CRAPREV	97	-	47	-
CRA-ES	20	-	18	-
CRA-MG	41	-	-	-
CRA-SC	36	-	29	-
Plano CROPREV	337	-	303	-
CRO-PE	6	-	1	-
CRO-RJ	301	-	275	-
CRO-RN	30	-	27	-

Fonte: Gerência de Operações.
Elaboração: Gerência de Controle

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Foram 1.513 os benefícios concedidos pela Petros em 2007 (ver tabela 3). Além destes foram concedidos 727 Pecúlios por Morte (ver tabela 4). Na tabela 5 são apresentados os benefícios em manutenção nos Planos Petros.

Tabela 3 – Petros: Benefícios Concedidos

TIPO	2007	2006
APOSENTADORIA	557	640
-PREEXISTENTE	-	-
-TEMPO SERVIÇO	444	522
-IDADE	3	5
-INVALIDEZ	72	82
-ESPECIAL	38	31
-BENEFÍCIO ESPECIAL	-	-
PENSÃO	873	1.043
-REGIME	870	1.032
-PREEXISTENTE	3	11
AUXÍLIOS	83	94
-RECLUSÃO	-	-
-DOENÇA	83	94
TOTAIS	1.513	1.777

FONTE: Gerência de Operações

Tabela 4 – Petros: Benefícios Concedidos: Pecúlio por Morte

	QUANTIDADE		ACUMULADO	
	2007	2006	2007	2006
PECÚLIO POR MORTE	727	724	15.783	15.056
TOTAIS	727	724	15.783	15.056

FONTE: Gerência de Operações

Tabela 5 – Benefícios em Manutenção Plano Petros

Tipo de Benefício	dez-07	% participantes	Saldo no mês	%
Aposentadoria				
-Tempo de serviço	28.685	53,4	1.259.061.800	66,1
-Idade	230	0,4	6.817.730	0,4
-Invalidez	3.861	7,2	83.136.437	4,4
-Especial	7.866	14,6	408.289.601	21,4
-Preexistente	39	0,1	410.678	0,0
-Antecipada Renda Certa	n.a	0,0	299.614	0,0
-Proporcional Diferida	n.a	0,0	38.768	0,0
Sub-total - I	40.682	75,8	1.758.054.627	88,9
Pensão				
-Regime	12.380	23,1	138.499.692	7,0
-Preexistente	480	0,9	2.974.866	0,2
Sub-total - II	12.860	24	141.474.558	7,2

I continua I

Tipo de Benefício	dez-07	% participantes	Saldo no mês	%
Auxílios				
-Doença	150	0,3	6.064.304	0,3
Sub-total - III	150	0,3	6.064.304	0,3
Provisão 13º Folha	n.a	n.a	0	0,0
Pagamento único ¹				
-Pecúlios	n.a	n.a	27.007.978	1,4
por morte	n.a	n.a	26.840.884	1,4
por invalidez	n.a	n.a	167.095	0,0
-Restituições	n.a	n.a	45.884.854	2,3
Sub-total - IV	n.a	n.a	72.892.832	3,7
Total em manutenção = I + II + III + IV	53.692	100,0	1.978.486.321	100,0

¹ Por serem benefícios de prestação única, os Pecúlios e as Restituições têm seus saldos zerados a cada início de exercício e são acumulados mensalmente a partir de então. Na movimentação de entrada registra-se a quantidade concedida no mês, e a movimentação de saída só é registrada quando há a retificação de meses anteriores dentro do mesmo exercício.

² Este saldo é fornecido pelo Sistema Integrado de Benefícios (SIB), que não computa os assistidos dos planos de Contribuição Definida (CD) nem os Instituidores.

n.a. – não se aplica.

Fonte: Gerência de Operações.

Elaboração: Gerência de Controle.

No exercício de 2007, a Petros participou com 66,19% no pagamento da renda dos participantes, e o INSS com 33,81% (ver tabela 6).

Tabela 6 – Petros: Evolução da Composição da Renda dos Assistidos

Mês	Proventos Petros (em R\$)	Proventos INSS (em R\$)	90% do Salário de Participação (em R\$)	Composição dos 90% do Salário de Participação PETROS (%)	INSS (%)
2006	1.581.283.779	799.188.493	2.380.472.272	66,43	33,57
2007	1.633.261.460	834.278.946	2.467.540.406	66,19	33,81

Fonte: Gerência de Operações.

A partir de convênios assinados com algumas Patrocinadoras, a Petros paga as aposentadorias e pensões do INSS a ex-empregados ou a seus dependentes (ver tabela 7).

Tabela 7 – Petros: Beneficiários de Convênio com INSS

PATROCINADORA	QUANTIDADE EM DEZ/2007
PETROBRAS	48.362
PETROS	232
BR	2.296
BRASKEN	229
TOTAL	51.119

Fonte: Gerência de Operações

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária de 2007 está apresentada na tabela 8. Observa-se o excelente desempenho das receitas de investimentos que se situaram 95,8% acima do orçamento, e das despesas administrativas, 4,7% abaixo do previsto.

Tabela 8 – Petros: Acompanhamento do Programa Orçamentário

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2007			
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	VARIÇÃO (B-A)	
			VALOR	(%)
1- RECEITAS	4.890.920.080	8.931.674.528	4.040.754.448	82,6
Recursos Coletados	1.031.341.765	1.373.648.683	342.306.918	33,2
Administrativas	144.600	2.479.007	2.334.407	1614,4
Receitas Líquidas de Investimentos ¹	3.859.433.715	7.555.546.838	3.696.113.123	95,8
2- RECURSOS UTILIZADOS	1.925.477.893	1.980.744.179	3.239.047	2,9
Aposentadorias	1.752.926.322	1.758.590.246	5.663.923	0,3
Pensões	144.978.540	140.917.206	(4.061.334)	(2,8)
Auxílios	4.449.579	6.086.037	1.636.458	36,8
Pecúlios e Poupança	23.123.452	72.892.832	49.769.380	215,2
Outros Recursos Correntes ²	-	2.257.858	2.257.858	-
3- DESPESAS ADMINISTRATIVAS	97.443.938	92.902.077	(4.541.861)	(4,7)
4- INVEST. EM ATIVO PERMANENTE	9.000.000	7.102.083	(1.897.917)	(21,1)

¹ Não estão incluídas as atualizações monetárias dos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) – Petrobras, e no caso do dos Fundos Imobiliários, só os juros são considerados.

² Refere-se a portabilidade e migração entre planos.

Elaboração: Gerência de Controle.

Fonte: GAF/GOR.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DEZ/07

VALOR TOTAL DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO - TOTAL GERAL DA FUNDAÇÃO				
Segmento	Dezembro de 2006		Dezembro de 2007	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	20.981.320.093,79	64,37%	25.293.498.167,33	64,53%
Renda Variável	9.447.160.010,58	28,99%	11.719.674.345,85	29,90%
Investimentos Imobiliários	1.019.767.304,65	3,13%	1.004.910.411,32	2,56%
Empréstimos e Financiamentos	1.144.285.806,11	3,51%	1.176.927.799,03	3,00%
Total dos Investimentos	32.592.533.215,13	100,00%	39.195.010.723,09	100,00%

O valor do investimento referente à Petros Administradora está incluído no valor total dos investimentos;

A Renda Fixa inclui os valores das NTN-B Petrobras (créditos correspondentes à antecipação de compromisso de migração);

Os valores referentes ao disponível e tributos estão somados no segmento de Renda Fixa;

Recursos Garantidores : Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS		
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS		
Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Renda Fixa	17.921.808.279,85	21.246.701.341,48
Fundos de Renda Fixa	5.338.120.458,57	7.736.911.870,24
Títulos Privados	213.514.055,42	128.914.715,63
Títulos Públicos	12.183.233.413,93	13.314.850.480,84
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	112.950.389,76	16.792.044,54
Outros Investimentos em Renda Fixa	79.463.746,59	49.393.649,16
Contas a Pagar/Receber	(5.473.784,42)	(161.418,93)
Renda Variável	8.048.511.375,59	10.518.558.137,12
Ações à Vista	5.567.951.311,16	6.858.761.982,04
Fundos de Ações	2.165.905.651,41	3.393.200.322,00
Outros Investimentos	269.419.002,82	224.802.031,95
Contas a Pagar/Receber	45.235.410,20	41.793.801,13
Investimentos Imobiliários	834.297.482,75	823.845.574,50
Imóveis	672.274.549,05	669.970.068,63
Fundos Imobiliários	165.531.573,19	157.529.979,43
Contas a Pagar/Receber	(3.508.639,49)	(3.654.473,56)
Empréstimos e Financiamentos	935.672.735,06	963.235.027,67
Empréstimos e Financiamentos	936.077.759,57	963.893.547,84
Contas a Pagar/Receber	(405.024,51)	(658.520,17)
Total	27.740.289.873,25	33.552.340.080,77

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Renda Fixa	216.516.665,81	410.184.267,52
Fundos de Renda Fixa	130.041.936,97	209.195.085,76
Títulos Privados	9.097.780,48	5.269.280,13
Títulos Públicos	68.223.209,27	192.721.189,47
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	4.812.787,91	686.360,66
Outros Investimentos em Renda Fixa	3.385.930,40	2.018.923,74
Contas a Pagar/Receber	955.020,78	293.427,76
Renda Variável	268.081.311,22	199.917.022,46
Ações à Vista	162.806.606,19	52.142.752,23
Fundos de Ações	92.288.699,04	138.068.920,78
Outros Investimentos	11.479.876,27	9.188.593,19
Contas a Pagar/Receber	1.506.129,72	516.756,26
Investimentos Imobiliários	35.549.323,55	33.673.986,50
Imóveis	28.645.450,01	27.384.460,57
Fundos Imobiliários	7.053.259,00	6.438.905,00
Contas a Pagar/Receber	(149.385,46)	(149.379,07)
Empréstimos e Financiamentos	39.868.781,61	39.371.419,03
Empréstimos e Financiamentos	39.886.014,68	39.398.335,44
Contas a Pagar/Receber	(17.233,07)	(26.916,41)
Total	560.016.082,19	683.146.695,51

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO PETROS PQU

Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Renda Fixa	239.168.985,13	460.979.136,75
Fundos de Renda Fixa	144.144.455,04	238.799.272,41
Títulos Privados	10.051.218,83	6.001.286,71
Títulos Públicos	75.372.933,85	212.748.177,27
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	5.317.163,31	781.709,64
Outros Investimentos em Renda Fixa	3.740.772,56	2.299.391,91
Contas a Pagar/Receber	542.441,54	349.298,81
Renda Variável	296.175.966,46	227.644.751,16
Ações à Vista	179.868.576,84	59.353.775,98
Fundos de Ações	101.960.463,04	157.249.406,87
Outros Investimentos	12.682.955,96	10.465.069,40
Contas a Pagar/Receber	1.663.970,62	576.498,91
Investimentos Imobiliários	39.274.857,18	38.352.063,32
Imóveis	31.647.464,70	31.188.700,32

I continua I

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS		
PLANO PETROS POU		
Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Fundos Imobiliários	7.792.433,55	7.333.395,44
Contas a Pagar/Receber	(165.041,07)	(170.032,44)
Empréstimos e Financiamentos	44.046.990,31	44.840.882,76
Empréstimos e Financiamentos	44.066.030,32	44.871.538,41
Contas a Pagar/Receber	(19.040,01)	(30.655,65)
Total	618.666.799,08	771.816.833,99

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS		
PLANO PETROS BRASKEM		
Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Renda Fixa	157.462.022,31	258.112.248,81
Fundos de Renda Fixa	94.466.317,76	177.089.219,15
Títulos Privados	6.610.264,75	4.459.626,51
Títulos Públicos	49.569.607,98	74.025.428,64
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	3.496.874,66	580.897,50
Outros Investimentos em Renda Fixa	2.460.148,77	1.708.704,82
Contas a Pagar/Receber	858.808,39	248.372,19
Renda Variável	194.782.478,06	169.062.838,14
Ações à Vista	118.291.999,97	44.013.304,31
Fundos de Ações	67.055.107,73	116.853.859,29
Outros Investimentos	8.341.046,89	7.776.714,97
Contas a Pagar/Receber	1.094.323,47	418.959,57
Investimentos Imobiliários	25.829.425,40	28.500.139,92
Imóveis	20.813.215,10	23.176.694,03
Fundos Imobiliários	5.124.755,53	52.449.531,02
Contas a Pagar/Receber	(108.545,23)	(126.085,13)
Empréstimos e Financiamentos	28.967.852,95	33.321.780,57
Empréstimos e Financiamentos	28.980.375,72	33.344.561,44
Contas a Pagar/Receber	(12.522,77)	(22.780,87)
Total	407.041.778,72	488.997.007,44

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO PETROS COPESUL

Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Renda Fixa	158.593.499,58	207.362.565,94
Fundos de Renda Fixa	95.183.699,59	142.257.623,39
Títulos Privados	6.653.349,72	3.581.533,39
Títulos Públicos	49.892.704,37	59.450.285,79
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	3.519.667,38	466.522,43
Outros Investimentos em Renda Fixa	2.476.184,08	1.372.271,54
Contas a Pagar/Receber	867.894,44	234.309,40
Renda Variável	196.052.072,85	218.068.182,23
Ações à Vista	119.063.027,81	117.333.294,49
Fundos de Ações	67.492.174,95	93.846.066,65
Outros Investimentos	8.395.413,78	6.245.528,09
Contas a Pagar/Receber	1.101.456,31	643.293,00
Investimentos Imobiliários	25.997.801,82	22.888.234,24
Imóveis	20.948.867,30	18.613.340,83
Fundos Imobiliários	5.158.159,07	4.376.552,69
Contas a Pagar/Receber	(109.224,55)	(101.659,28)
Empréstimos e Financiamentos	29.156.666,11	26.760.930,68
Empréstimos e Financiamentos	29.169.262,50	26.779.225,87
Contas a Pagar/Receber	(12.596,39)	(18.295,19)
Total	409.800.040,36	475.079.913,09

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO PETROS PETROFLEX

Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Renda Fixa	241.508.708,29	461.833.734,80
Fundos de Renda Fixa	145.101.185,55	240.646.248,50
Títulos Privados	10.155.244,02	6.064.619,60
Títulos Públicos	76.153.006,63	211.678.169,34
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	5.372.193,33	789.959,19
Outros Investimentos em Renda Fixa	3.779.487,72	2.323.657,91
Contas a Pagar/Receber	947.588,04	331.080,26
Renda Variável	299.241.242,04	230.040.134,28
Ações à Vista	181.073.128,17	59.975.204,94
Fundos de Ações	103.015.703,70	159.908.894,26
Outros Investimentos	12.814.218,27	10.575.509,52
Contas a Pagar/Receber	1.681.191,90	580.525,56
Investimentos Imobiliários	39.681.336,65	38.756.805,65
Imóveis	31.975.000,31	31.517.841,36

I continua I

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS		
PLANO PETROS PETROFLEX		
Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Fundos Imobiliários	7.873.081,37	7.410.786,33
Contas a Pagar/Receber	(166.745,03)	(171.822,04)
Empréstimos e Financiamentos	44.502.855,04	45.314.098,44
Empréstimos e Financiamentos	44.522.090,74	45.345.077,62
Contas a Pagar/Receber	(19.235,70)	(30.979,18)
Total	624.934.142,02	775.944.773,17

MODALIDADES DE APLICAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS		
PLANO PETROS NITRIFLEX/DSM		
Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Renda Fixa	36.612.997,55	67.117.344,46
Fundos de Renda Fixa	21.690.735,80	37.094.840,79
Títulos Privados	1.518.224,98	934.535,60
Títulos Públicos	11.384.994,69	28.532.373,01
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	803.151,38	121.729,81
Outros Investimentos em Renda Fixa	565.039,38	358.067,15
Contas a Pagar/Receber	650.851,32	75.798,10
Renda Variável	44.737.037,72	35.443.154,91
Ações à Vista	27.168.940,75	9.238.308,67
Fundos de Ações	15.401.010,30	24.487.277,29
Outros Investimentos	1.915.745,83	1.629.647,15
Contas a Pagar/Receber	251.340,84	87.921,80
Investimentos Imobiliários	5.932.418,99	5.972.292,82
Imóveis	4.780.312,40	4.856.783,07
Fundos Imobiliários	1.177.038,11	1.141.974,98
Contas a Pagar/Receber	(24.931,52)	(26.465,23)
Empréstimos e Financiamentos	6.653.247,08	6.982.736,26
Empréstimos e Financiamentos	6.656.123,71	6.987.509,99
Contas a Pagar/Receber	(2.876,63)	(4.773,73)
Total	93.935.701,34	115.515.528,45

Os valores referentes ao disponível e tributos estão somados no segmento de Renda Fixa para todos os planos acima.

PLANO DE PREVIDÊNCIA TRANSPETRO		
Investimentos	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Renda Fixa - Fundo de Renda fixa	36.790.520,93	51.335.032,44
Empréstimos e Financiamentos	607.459,92	1.993.324,76
Empréstimos e Financiamentos	608.684,46	2.002.659,73
Contas a Pagar/Receber	(1.224,54)	(9.334,97)
Total	37.397.980,85	53.328.357,20

RENDA FIXA - FUNDO DE RENDA FIXA		
Planos(*)	Valor (R\$) 2006	Valor (R\$) 2007
Plano Petros 2 - PP2	-	138.703.333,67
Cachoeira Dourada	2.010.470,55	2.553.076,39
Repsol YPF	7.231.503,92	9.471.475,10
Concepa	196.357,63	207.942,95
DBA	9.450.478,24	10.708.952,19
PQU	4.996.671,99	6.882.744,55
Copesul	4.913.450,69	7.843.950,47
Sat	1.311.114,09	1.894.737,29
Triunfo	8.723.019,75	10.545.590,62
Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás	1.318.953,51	1.784.433,26
IBA	910.275,67	1.697.495,15
Croprev	699.878,82	1.450.468,19
Sindicato dos Médicos do RJ	116.215,50	230.610,16
Refinaria Petróleos Manguinhos S.A.	600.094,70	961.295,19
Simeprev	187.263,79	306.939,46
Culturaprev	122.392,80	781.010,45
Sanasa	10.989.933,60	18.982.017,61
Fiepeprev	1.573.448,09	3.449.040,39
Termoprev	19.229,65	92.633,98

(*) Estes planos só aplicam no segmento de Renda Fixa.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

PLANO PETROS - SISTEMA PETROBRÁS

Gestor	Valor	Percentual
Andrade Gutierrez-Angra Partners Gestão de Invest. S.A.	24.749.474,26	0,07%
Banco ABN Amro Real S.A.	32.664.096,11	0,10%
Banco BBM S.A.	373.764.763,97	1,11%
Banco BNP Paribas Brasil	147.652.707,44	0,44%
Banco Brascan S.A.	64.185.447,44	0,19%
Banco Fator S.A.	142.684.113,40	0,43%
Banco Itau S.A.	471.691.864,97	1,41%
Banco Pactual S.A.	275.435.621,39	0,82%
Banco Safra S.A.	158.891.711,52	0,47%
Banco Santander Brasil S.A.	453.966.024,54	1,35%
Baring Private Equity Patners Ltda.	4.103.298,60	0,01%
BB DTVM	253.208.669,52	0,75%
BC Sul Verax Serviços Financeiros	56.030.141,42	0,17%
BI Capital Gestão Recursos	8.562.628,47	0,03%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	3.912.333.880,63	11,66%
Caixa Econômica Federal	8.836.963,43	0,03%
CRP Cia de Participações	2.317.631,49	0,01%
DGF Gestão de Fundos LTDA.	837.111,98	0,00%
Dynamo S.A.	38.012.292,01	0,11%
Fiducia Asset Management S.A.	6.769.699,99	0,02%
FIR CAPITAL PARTNERS - Gestão de Investimentos S.A.	63.029,91	0,00%
Gap Gestora de Recursos LTDA	150.842.051,92	0,45%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiro	89.980.304,29	0,27%
Governança e Gestão	17.691.902,08	0,05%
GP Administração de Recursos S.A.	162.016.233,93	0,48%
Hedging Griffio Asset Management S.A.	145.410.272,11	0,43%
HSBC Bank Brasil S.A.	452.148.548,83	1,35%
Integral Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.	62.952.412,68	0,19%
Intrag DTVM	41.150.388,45	0,12%
Investidor Profissional S.A.	216.336.708,70	0,64%
Jardim Botânico Partners Inv. Ltda.	287.410,08	0,00%
J.Malucelli CVL Ltda.	25.088.415,06	0,07%
Máxima Asset Management S.A.	89.601.486,82	0,27%
Mellon Serv. Financeiro LTDA	2.834.088.801,60	8,45%
Mercatto Gestão de Recuros LTDA	134.708.369,63	0,40%
Oliveira Trust DTVM S.A.	39.799.996,14	0,12%
Panamericano DTVM	92.138.684,50	0,27%
Planner Corretora	6.469.660,07	0,02%
Rio Bravo Investimentos S.A.	2.445.276,38	0,01%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Stratus Investimentos LTDA	2.597.503,12	0,01%
Unibanco S.A.	26.918.796,68	0,08%
Unitas DTVM S.A.	47.719.326,45	0,14%
Vitória Asset Management S.A.	83.543.362,09	0,25%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	143.737.132,11	0,43%
Total	11.304.434.216,21	33,70%

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

Andrade Gutierrez-Angra Partners Gestão de Invest. S.A.	1.011.613,88	0,15%
Banco ABN Amro Real S.A.	1.335.117,37	0,20%
Banco BNP Paribas Brasil	6.024.609,61	0,88%
Banco Brascan S.A.	2.623.526,01	0,38%
Banco Fator S.A.	5.832.072,28	0,85%
Banco Itau S.A.	740.126,81	0,11%
Banco Pactual S.A.	11.242.410,60	1,64%
Baring Private Equity Patners Ltda.	167.425,12	0,02%
BC Sul Verax Serviços Financeiros	2.286.173,64	0,33%
BI Capital Gestão Recursos	349.377,23	0,05%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	146.551.853,18	21,44%
Caixa Econômica Federal	360.570,80	0,05%
CRP Cia de Participações	94.731,23	0,01%
DGF Gestão de Fundos LTDA.	34.216,25	0,01%
Dynamo S.A.	1.553.720,36	0,23%
Fiducia Asset Management S.A.	276.705,78	0,04%
Gap Gestora de Recursos LTDA	6.154.743,05	0,90%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiro	3.671.427,47	0,54%
Governança e Gestão	723.141,57	0,11%
GP Administração de Recursos S.A.	6.001.724,78	0,88%
Hedging Griffio Asset Management S.A.	5.933.112,49	0,87%
Integral Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.	2.568.620,09	0,38%
Intrag DTVM	1.679.041,51	0,25%
Investidor Profissional S.A.	8.842.580,44	1,29%
J.Malucelli CVL Ltda.	1.023.671,76	0,15%
Máxima Asset Management S.A.	3.655.970,74	0,53%
Mellon Serv. Financeiro LTDA	115.840.988,57	16,95%
Mercatto Gestão de Recursos LTDA	5.496.447,38	0,80%
Oliveira Trust DTVM S.A.	1.623.942,04	0,24%
Panamericano DTVM	3.759.494,92	0,55%
Planner Corretora	264.441,90	0,04%
Rio Bravo Investimentos S.A.	99.948,61	0,01%
Stratus Investimentos LTDA	106.170,75	0,02%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Unibanco S.A.	1.100.283,10	0,16%
Unitas DTVM S.A.	1.950.487,21	0,29%
Vitória Asset Management S.A.	3.408.783,70	0,50%
Total	354.389.272,20	51,84%
PLANO PETROS PQU		
Andrade Gutierrez-Angra Partners Gestão de Invest. S.A.	1.152.146,93	0,15%
Banco ABN Amro Real S.A.	1.520.591,41	0,20%
Banco BNP Paribas Brasil	6.877.180,63	0,89%
Banco Brascan S.A.	2.987.985,33	0,39%
Banco Fator S.A.	6.642.292,01	0,86%
Banco Itau S.A.	842.944,96	0,11%
Banco Pactual S.A.	12.827.554,32	1,66%
Baring Private Equity Patners Ltda.	191.118,24	0,02%
BC Sul Verax Serviços Financeiros	2.609.700,90	0,34%
BI Capital Gestão Recursos	398.819,25	0,05%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	167.291.099,28	21,66%
Caixa Econômica Federal	411.596,88	0,05%
CRP Cia de Participações	107.891,26	0,01%
DGF Gestão de Fundos LTDA.	38.969,55	0,01%
Dynamo S.A.	1.769.562,65	0,23%
Fiducia Asset Management S.A.	315.145,65	0,04%
Gap Gestora de Recursos LTDA	7.025.729,87	0,91%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiro	4.190.988,54	0,54%
Governança e Gestão	823.600,14	0,11%
GP Administração de Recursos S.A.	6.849.676,38	0,89%
Hedging Griffó Asset Management S.A.	6.772.735,32	0,88%
Integral Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.	2.932.117,67	0,38%
Intrag DTVM	1.916.650,63	0,25%
Investidor Profissional S.A.	10.070.988,63	1,30%
J.Malucelli CVL Ltda.	1.168.536,39	0,15%
Máxima Asset Management S.A.	4.173.344,46	0,54%
Mellon Serv. Financeiro LTDA	131.933.578,26	17,08%
Mercatto Gestão de Recuros LTDA	6.274.275,67	0,81%
Oliveira Trust DTVM S.A.	1.853.753,77	0,24%
Panamericano DTVM	4.291.518,84	0,56%
Planner Corretora	301.178,07	0,04%
Rio Bravo Investimentos S.A.	113.833,43	0,01%
Stratus Investimentos LTDA	120.919,95	0,02%
Unibanco S.A.	1.253.134,05	0,16%
Unitas DTVM S.A.	2.221.448,21	0,29%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Vitória Asset Management S.A.	3.891.176,81	0,50%
Total	404.163.784,36	52,33%
PLANO PETROS BRASKEM		
Andrade Gutierrez-Angra Partners Gestão de Invest. S.A.	856.173,75	0,17%
Banco ABN Amro Real S.A.	1.129.969,12	0,23%
Banco BNP Paribas Brasil	5.099.992,70	1,04%
Banco Brascan S.A.	2.220.406,50	0,45%
Banco Fator S.A.	4.935.943,80	1,01%
Banco Itau S.A.	626.402,19	0,13%
Banco Pactual S.A.	9.516.591,43	1,94%
Baring Private Equity Patners Ltda.	141.729,83	0,03%
BC Sul Verax Serviços Financeiros	1.935.306,96	0,40%
BI Capital Gestão Recursos	295.757,14	0,06%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	124.060.051,93	25,35%
Caixa Econômica Federal	305.232,80	0,06%
CRP Cia de Participações	80.175,25	0,02%
DGF Gestão de Fundos LTDA.	28.958,73	0,01%
Dynamo S.A.	1.314.982,55	0,27%
Fiducia Asset Management S.A.	234.188,39	0,05%
Gap Gestora de Recursos LTDA	5.210.154,13	1,06%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiro	3.107.961,26	0,64%
Governança e Gestão	612.026,83	0,13%
GP Administração de Recursos S.A.	5.080.523,10	1,04%
Hedging Griffó Asset Management S.A.	5.022.537,95	1,03%
Integral Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.	2.174.405,40	0,44%
Intrag DTVM	1.421.353,42	0,29%
Investidor Profissional S.A.	7.483.868,54	1,53%
J.Malucelli CVL Ltda.	866.565,44	0,18%
Máxima Asset Management S.A.	3.094.876,73	0,63%
Mellon Serv. Financeiro LTDA	98.041.373,31	20,03%
Mercatto Gestão de Recuros LTDA	4.652.889,29	0,95%
Oliveira Trust DTVM S.A.	1.374.710,25	0,28%
Panamericano DTVM	3.182.512,71	0,65%
Planner Corretora	223.808,92	0,05%
Rio Bravo Investimentos S.A.	84.590,95	0,02%
Stratus Investimentos LTDA	89.857,02	0,02%
Unibanco S.A.	931.218,41	0,19%
Unitas DTVM S.A.	1.650.783,94	0,34%
Vitória Asset Management S.A.	2.885.626,30	0,59%
Total	299.973.506,96	61,30%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

PLANO PETROS - COPESUL

Gestor	Valor	Percentual
Andrade Gutierrez-Angra Partners Gestão de Invest. S.A.	687.598,50	0,14%
Banco ABN Amro Real S.A.	907.485,28	0,19%
Banco BNP Paribas Brasil	4.096.877,51	0,86%
Banco Brascan S.A.	1.783.222,43	0,38%
Banco Fator S.A.	3.964.089,49	0,83%
Banco Itau S.A.	503.067,52	0,11%
Banco Pactual S.A.	7.644.389,71	1,61%
Baring Private Equity Patners Ltda.	113.853,05	0,02%
BC Sul Verax Serviços Financeiros	1.554.652,34	0,33%
BI Capital Gestão Recursos	237.584,81	0,05%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	99.658.738,46	20,98%
Caixa Econômica Federal	245.196,70	0,05%
CRP Cia de Participações	64.389,24	0,01%
DGF Gestão de Fundos LTDA.	23.256,94	0,00%
Dynamo S.A.	1.056.070,72	0,22%
Fiducia Asset Management S.A.	188.078,16	0,04%
Gap Gestora de Recursos LTDA	4.185.371,34	0,88%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiro	2.496.657,81	0,53%
Governança e Gestão	491.522,58	0,10%
GP Administração de Recursos S.A.	4.081.145,42	0,86%
Hedging Griffio Asset Management S.A.	4.034.657,30	0,85%
Integral Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.	1.746.722,62	0,37%
Intrag DTVM	1.141.788,08	0,24%
Investidor Profissional S.A.	6.010.341,71	1,27%
J.Malucelli CVL Ltda.	696.121,09	0,15%
Máxima Asset Manegement S.A.	2.486.146,87	0,52%
Mellon Serv. Financeiro LTDA	78.737.641,17	16,57%
Mercatto Gestão de Recuros LTDA	3.737.714,67	0,79%
Oliveira Trust DTVM S.A.	1.104.319,13	0,23%
Panamericano DTVM	2.556.545,77	0,54%
Planner Corretora	179.742,35	0,04%
Rio Bravo Investimentos S.A.	67.935,52	0,01%
Stratus Investimentos LTDA	72.164,74	0,02%
Unibanco S.A.	747.867,37	0,16%
Unitas DTVM S.A.	1.325.754,93	0,28%
Vitória Asset Management S.A.	2.318.053,81	0,49%
Total	240.946.765,16	50,72%
PLANO PETROS PETROFLEX		
Andrade Gutierrez-Angra Partners Gestão de Invest. S.A.	1.164.305,78	0,15%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Banco ABN Amro Real S.A.	1.536.638,54	0,20%
Banco BNP Paribas Brasil	6.930.371,69	0,89%
Banco Brascan S.A.	3.019.518,18	0,39%
Banco Fator S.A.	6.712.352,01	0,86%
Banco Itau S.A.	851.840,75	0,11%
Banco Pactual S.A.	12.933.971,78	1,67%
Baring Private Equity Patners Ltda.	192.596,43	0,02%
BC Sul Verax Serviços Financeiros	2.629.885,44	0,34%
BI Capital Gestão Recursos	401.903,89	0,05%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	168.585.000,62	21,71%
Caixa Econômica Federal	414.780,35	0,05%
CRP Cia de Participações	109.029,86	0,01%
DGF Gestão de Fundos LTDA.	39.380,81	0,01%
Dynamo S.A.	1.788.237,24	0,23%
Fiducia Asset Management S.A.	318.471,45	0,04%
Gap Gestora de Recursos LTDA	7.080.069,87	0,91%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiro	4.223.403,44	0,54%
Governança e Gestão	832.291,78	0,11%
GP Administração de Recursos S.A.	6.904.363,00	0,89%
Hedging Griffio Asset Management S.A.	6.825.118,55	0,88%
Integral Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.	2.954.795,93	0,38%
Intrag DTVM	1.931.474,82	0,25%
Investidor Profissional S.A.	10.177.269,97	1,31%
J.Malucelli CVL Ltda.	1.177.574,35	0,15%
Máxima Asset Management S.A.	4.205.622,90	0,54%
Mellon Serv. Financeiro LTDA	133.325.902,10	17,17%
Mercatto Gestão de Recursos LTDA	6.322.803,60	0,81%
Oliveira Trust DTVM S.A.	1.868.091,49	0,24%
Panamericano DTVM	4.324.711,29	0,56%
Planner Corretora	304.356,47	0,04%
Rio Bravo Investimentos S.A.	115.034,74	0,01%
Stratus Investimentos LTDA	122.196,05	0,02%
Unibanco S.A.	1.266.358,64	0,16%
Unitas DTVM S.A.	2.244.891,64	0,29%
Vitória Asset Management S.A.	3.921.272,84	0,51%
Total	407.755.888,28	52,52%
PLANO PETROS NITRIFLEX/DSM		
Andrade Gutierrez-Angra Partners Gestão de Invest. S.A.	179.415,25	0,16%
Banco ABN Amro Real S.A.	236.790,36	0,20%
Banco BNP Paribas Brasil	1.068.294,37	0,92%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Banco Brascan S.A.	465.296,67	0,40%
Banco Fator S.A.	1.034.349,49	0,89%
Banco Itau S.A.	131.265,53	0,11%
Banco Pactual S.A.	1.993.599,65	1,73%
Baring Private Equity Patners Ltda.	29.688,12	0,03%
BC Sul Verax Serviços Financeiros	405.388,33	0,35%
BI Capital Gestão Recursos	61.952,18	0,05%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	25.986.832,49	22,49%
Caixa Econômica Federal	63.937,05	0,06%
CRP Cia de Participações	16.801,10	0,01%
DGF Gestão de Fundos LTDA.	6.068,44	0,01%
Dynamo S.A.	275.560,80	0,24%
Fiducia Asset Management S.A.	49.075,28	0,04%
Gap Gestora de Recursos LTDA	1.091.369,86	0,94%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiro	651.023,97	0,56%
Governança e Gestão	128.253,11	0,11%
GP Administração de Recursos S.A.	1.064.254,33	0,92%
Hedging Griffio Asset Management S.A.	1.052.069,94	0,91%
Integral Capitânia Gestores de Valores Mobiliários Ltda.	455.472,23	0,39%
Intrag DTVM	297.730,59	0,26%
Investidor Profissional S.A.	1.568.279,95	1,36%
J.Maluelli CVL Ltda.	181.519,28	0,16%
Máxima Asset Manegement S.A.	648.283,16	0,56%
Mellon Serv. Financeiro LTDA	20.545.032,21	17,78%
Mercatto Gestão de Recuros LTDA	974.639,72	0,84%
Oliveira Trust DTVM S.A.	287.960,26	0,25%
Panamericano DTVM	666.640,25	0,58%
Planner Corretora	46.900,21	0,04%
Rio Bravo Investimentos S.A.	17.726,43	0,02%
Stratus Investimentos LTDA	18.829,96	0,02%
Unibanco S.A.	195.141,22	0,17%
Unitas DTVM S.A.	345.929,56	0,30%
Vitória Asset Management S.A.	604.451,52	0,52%
Total	62.845.822,87	54,38%
PLANO DE PREVIDÊNCIA TRANSPETRO		
Banco BBM S.A.	7.351.698,08	13,78%
Banco Itau S.A.	8.921.696,17	16,73%
Banco Safra S.A.	3.125.291,64	5,86%
Banco Santander Brasil S.A.	8.929.202,20	16,74%
BB DTVM	4.980.441,90	9,34%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	6.306.037,42	11,82%
HSBC Bank Brasil S.A.	8.893.453,69	16,67%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	2.827.211,39	5,30%
Total	51.335.032,49	96,25%

PLANO DE PREVIDÊNCIA PETROS 2 - PP2

Banco BBM S.A.	19.863.726,25	14,32%
Banco Itau S.A.	24.105.741,06	17,38%
Banco Safra S.A.	8.444.299,10	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	24.126.021,78	17,39%
BB DTVM	13.456.773,34	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	17.038.431,06	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	24.029.432,05	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	7.638.909,07	5,51%
Total	138.703.333,71	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA CACHOEIRA DOURADA

Banco BBM S.A.	365.626,46	14,32%
Banco Itau S.A.	443.708,13	17,38%
Banco Safra S.A.	155.432,03	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	444.081,43	17,39%
BB DTVM	247.695,34	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	313.621,99	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	442.303,53	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	140.607,42	5,51%
Total	2.553.076,34	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA REPSOL YPF

Banco BBM S.A.	1.356.411,42	14,32%
Banco Itau S.A.	1.646.081,01	17,38%
Banco Safra S.A.	576.626,14	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	1.647.465,90	17,39%
BB DTVM	918.907,20	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	1.163.483,74	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	1.640.870,18	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	521.629,40	5,51%
Total	9.471.474,99	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA CONCEPA

Banco BBM S.A.	29.779,52	14,32%
Banco Itau S.A.	36.139,11	17,38%
Banco Safra S.A.	12.659,62	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	36.169,52	17,39%
BB DTVM	20.174,27	9,70%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	25.543,86	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	36.024,71	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	11.452,18	5,51%
Total	207.942,80	100,00%
PLANO DE PREVIDÊNCIA DBA		
Banco BBM S.A.	1.533.630,72	14,32%
Banco Itau S.A.	1.861.146,52	17,38%
Banco Safra S.A.	651.964,11	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	1.862.712,35	17,39%
BB DTVM	1.038.965,23	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	1.315.496,45	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	1.855.254,89	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	589.781,87	5,51%
Total	10.708.952,14	100,00%
PLANO DE PREVIDÊNCIA PQU		
Banco BBM S.A.	985.678,92	14,32%
Banco Itau S.A.	1.196.176,41	17,38%
Banco Safra S.A.	419.023,48	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	1.197.182,78	17,39%
BB DTVM	667.752,75	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	845.481,97	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	1.192.389,80	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	379.058,37	5,51%
Total	6.882.744,48	100,00%
PLANO DE PREVIDÊNCIA COPESUL		
Banco BBM S.A.	1.123.333,37	14,32%
Banco Itau S.A.	1.363.227,77	17,38%
Banco Safra S.A.	477.541,97	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	1.364.374,69	17,39%
BB DTVM	761.007,39	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	963.557,28	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	1.358.912,34	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	431.995,55	5,51%
Total	7.843.950,36	100,00%
PLANO DE PREVIDÊNCIA SAT		
Banco BBM S.A.	271.345,61	14,32%
Banco Itau S.A.	329.293,05	17,38%
Banco Safra S.A.	115.352,15	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	329.570,09	17,39%
BB DTVM	183.824,34	9,70%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	232.751,07	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	328.250,64	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	104.350,23	5,51%
Total	1.894.737,18	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA TRIUNFO

Banco BBM S.A.	1.510.235,67	14,32%
Banco Itau S.A.	1.832.755,33	17,38%
Banco Safra S.A.	642.018,60	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	1.834.297,27	17,39%
BB DTVM	1.023.116,15	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	1.295.428,97	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	1.826.953,57	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	580.784,94	5,51%
Total	10.545.590,49	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS

Banco BBM S.A.	255.548,98	14,32%
Banco Itau S.A.	310.122,96	17,38%
Banco Safra S.A.	108.636,82	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	310.383,87	17,39%
BB DTVM	173.122,84	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	219.201,25	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	309.141,23	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	98.275,39	5,51%
Total	1.784.433,33	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA IBA

Banco BBM S.A.	243.098,57	14,32%
Banco Itau S.A.	295.013,69	17,38%
Banco Safra S.A.	103.344,01	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	295.261,89	17,39%
BB DTVM	164.688,25	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	208.521,71	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	294.079,80	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	93.487,39	5,51%
Total	1.697.495,31	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA CROPREV

Banco BBM S.A.	207.721,77	14,32%
Banco Itau S.A.	252.081,97	17,38%
Banco Safra S.A.	88.304,92	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	252.294,05	17,39%
BB DTVM	140.722,07	9,70%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	178.176,69	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	251.283,98	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	79.882,68	5,51%
Total	1.450.468,13	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO

Banco BBM S.A.	33.025,74	14,32%
Banco Itau S.A.	40.078,57	17,38%
Banco Safra S.A.	14.039,62	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	40.112,29	17,39%
BB DTVM	22.373,44	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	28.328,36	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	39.951,70	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	12.700,57	5,51%
Total	230.610,29	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA REFINARIA DE PETRÓLEO DE MANGUINHOS S.A.

Banco BBM S.A.	137.667,22	14,32%
Banco Itau S.A.	167.066,86	17,38%
Banco Safra S.A.	58.523,92	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	167.207,42	17,39%
BB DTVM	93.263,30	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	118.086,28	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	166.538,00	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	52.942,10	5,51%
Total	961.295,11	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA SIMEPREV

Banco BBM S.A.	43.956,84	14,32%
Banco Itau S.A.	53.344,08	17,38%
Banco Safra S.A.	18.686,56	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	53.388,96	17,39%
BB DTVM	29.778,77	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	37.704,69	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	53.175,22	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	16.904,30	5,51%
Total	306.939,42	100,00%

PLANO DE PREVIDÊNCIA CULTURAPREV

Banco BBM S.A.	111.848,62	14,32%
Banco Itau S.A.	135.734,55	17,38%
Banco Safra S.A.	47.548,14	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	135.848,74	17,39%
BB DTVM	75.772,37	9,70%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	95.939,96	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	135.304,87	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	43.013,15	5,51%
Total	781.010,39	100,00%

PLANO MISTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIOS DOS TRABALHADORES DA SANASA

Banco BBM S.A.	2.718.417,71	14,32%
Banco Itau S.A.	3.298.951,70	17,38%
Banco Safra S.A.	1.155.630,72	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	3.301.727,19	17,39%
BB DTVM	1.841.604,66	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	2.331.766,58	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	3.288.508,56	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	1.045.410,39	5,51%
Total	18.982.017,51	100,00%

PLANO FIEPEPREV

Banco BBM S.A.	493.937,62	14,32%
Banco Itau S.A.	599.420,89	17,38%
Banco Safra S.A.	209.978,58	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	599.925,19	17,39%
BB DTVM	334.620,33	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	423.682,95	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	597.523,36	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	189.951,50	5,51%
Total	3.449.040,42	100,00%

PLANO TERMOPREV

Banco BBM S.A.	13.266,12	14,32%
Banco Itau S.A.	16.099,18	17,38%
Banco Safra S.A.	5.639,58	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	16.112,73	17,39%
BB DTVM	8.987,20	9,70%
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	11.379,23	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	16.048,22	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	5.101,70	5,51%
Total	92.633,96	100,00%

PLANO CRAPREV

Banco BBM S.A.	32.527,55	14,32%
Banco Itau S.A.	39.474,00	17,38%
Banco Safra S.A.	13.827,84	6,09%
Banco Santander Brasil S.A.	39.507,21	17,39%
BB DTVM	22.035,94	9,70%

I continua I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	Valor	Percentual
Bradesco Asset Management LTDA - BRAM	27.901,03	12,28%
HSBC Bank Brasil S.A.	39.349,04	17,32%
Votorantim asset Management DTVM LTDA	12.508,98	5,51%
Total	227.131,60	100,00%

Rentabilidade dos Segmentos dos Investimentos dos Planos de Benefícios

Plano de Benefício / Segmentos	Rentabilidade de 2007	Política de Investimentos
	%	Benchmarks
Plano Petros – Sistema Petrobrás		
Renda Fixa	11,40%	Selic1 / 105%CDI / IMA-B2 + 0,75 a.a./ Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Renda Variável	55,97%	IBX-50 / IMA-B2 + 2,0 a.a./ ISE3 / IGC4 / IMA-B2 + 0,75a.a./ IMA-B2 + 4,0 a.a
Investimentos Imobiliário	26,01%	IMA-B2
Empréstimos e Financiamentos	16,94%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Investimento consolidado	24,14%	
Plano Petros Ultrafértil		
Renda Fixa	13,10%	Selic1 / 105%CDI / IMA-B2 + 0,75 a.a./ IMA -B
Renda Variável	57,65%	IBX-50 / IMA-B2 + 2,0 a.a./ IMA-B2 + 0,75a.a./ IMA-B2 + 4,0 a.a
Investimentos Imobiliário	26,01%	IMA-B2
Empréstimos e Financiamentos	16,94%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Investimento consolidado	26,30%	
Plano Petros PQU		
Renda Fixa	13,09%	Selic1 / 105%CDI / IMA-B2 + 0,75 a.a./ IMA -B
Renda Variável	57,70%	IBX-50 / IMA-B2 + 2,0 a.a./ IMA-B2 + 0,75a.a./ IMA-B2 + 4,0 a.a
Investimentos Imobiliário	26,01%	IMA-B2
Empréstimos e Financiamentos	16,94%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Investimento consolidado	26,38%	
Plano Petros BRASKEM		
Renda Fixa	13,05%	Selic1 / 105%CDI / IMA-B2 + 0,75 a.a./ IMA -B
Renda Variável	57,85%	IBX-50 / IMA-B2 + 2,0 a.a./ IMA-B2 + 0,75a.a./ IMA-B2 + 4,0 a.a
Investimentos Imobiliário	26,01%	IMA-B2
Empréstimos e Financiamentos	16,94%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Investimento consolidado	28,04%	
Plano Petros COPEL		
Renda Fixa	13,05%	Selic1 / 105%CDI / IMA-B2 + 0,75 a.a./ IMA -B
Renda Variável	54,86%	IBX-50 / IMA-B2 + 2,0 a.a./ IMA-B2 + 0,75a.a./ IMA-B2 + 4,0 a.a
Investimentos Imobiliário	26,01%	IMA-B2
Empréstimos e Financiamentos	16,94%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)

I continua I

Rentabilidade dos Segmentos dos Investimentos dos Planos de Benefícios

Plano de Benefício / Segmentos	Rentabilidade de 2007	Política de Investimentos
	%	Benchmarks
Investimento consolidado	30,92%	
Plano Petros PETROFLEX		
Renda Fixa	13,07%	Selic1 / 105%CDI / IMA-B2 + 0,75 a.a./ IMA -B
Renda Variável	57,67%	IBX-50 / IMA-B2 + 2,0 a.a./ IMA-B2 + 0,75a.a./ IMA-B2 + 4,0 a.a
Investimentos Imobiliário	26,01%	IMA-B2
Empréstimos e Financiamentos	16,94%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Investimento consolidado	26,42%	
Plano Petros NITRIFLEX		
Renda Fixa	13,10%	Selic1 / 105%CDI / IMA-B2 + 0,75 a.a./ IMA -B
Renda Variável	57,75%	IBX-50 / IMA-B2 + 2,0 a.a./ IMA-B2 + 0,75a.a./ IMA-B2 + 4,0 a.a
Investimentos Imobiliário	26,01%	IMA-B2
Empréstimos e Financiamentos	16,94%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Investimento consolidado	26,78%	
Contribuição Definida/ Variável		
Renda Fixa	11,59%	Selic1 / 105%CDI / IMA-B2 + 0,75 a.a.
Renda Variável	-	IBX-50 / IMA-B2 + 2,0 a.a./ IMA-B2 + 0,75a.a./ IMA-B2 + 4,0 a.a
Empréstimos e Financiamentos	13,01%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)
Investimento consolidado	11,60%	
Índice		Varição (%)
SELIC		11,88%
CDI		11,82%
IPCA		4,45%
IMA-B		14,04%
ISE		41,46%
IGC		32,28%
IBX-50		51,52%
META ATUARIAL (IPCA + 6% a.a.)		10,72%

SELIC 1: O Benchmark é uma média ponderada de 102% da SELIC (Fundos Multimercado), 104% da SELIC (Fundos Multimercados e Multicarteiras) e 100% da SELIC (demais fundos e carteiras de Renda Fixa);

IMA - B2 : Índice de Mercado ANDIMA Composto por títulos públicos federais atrelados ao IPCA;

ISE 3 : Índice de Sustentabilidade Empresarial: mede o retorno total de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial (no máximo 40). Nesta data compõe-se de 40 ações de 30 empresas;

INVESTIMENTO CONSOLIDADO - COMPOSIÇÃO DE TODOS OS PLANOS

Composição do Segmento Renda Variável

Mercado à Vista

Empresas	Valor	% s/Segmento
ALL AMERICA LATINA/UNT	6.062.730,00	0,05%
ALPARGATAS/PN	39.385.656,32	0,34%
AMBEV/PN	79.006.361,28	0,67%
ARACRUZ/PNB	9.044.955,00	0,08%
BANCO DO BRASIL/ON	117.947.996,70	1,01%
BRADESCO/PN	466.429.991,01	3,98%
BM&F/ON	12.320.000,00	0,11%
BRADESCO/PN	39.257.696,40	0,33%

I continua I

INVESTIMENTO CONSOLIDADO

Composição do Segmento Renda Variável

Mercado à Vista

Empresas	Valor	% s/Segmento
BRASIL TELECOM/PN	7.356.854,55	0,06%
BRASIL TELECOM PART/ON	72.638.408,88	0,62%
BRASIL TELECOM PART/PN	52.255.167,90	0,45%
B2W CIA GLOBAL/ON	23.657.458,50	0,20%
CYRELA COM.PROP/ON	1.130.338,80	0,01%
CIA CONC.RODOVIARIAS/ON	32.291.028,00	0,28%
CESP ENERGETICA S.P./PNB	90.690.584,00	0,77%
CEMIG/PN	86.498.016,00	0,74%
CONFAB/PN	62.903.494,81	0,54%
COELCE/PNA	65.611.174,69	0,56%
GERDAU/PN	135.329.858,46	1,15%
CPFL ENERGIA/ON	11.802.388,00	0,10%
COPEL/PNB	6.561.248,00	0,06%
BRASKEM/ON	45.696.851,25	0,39%
BRASKEM/PNA	3.331.586,34	0,03%
CSN/ON	57.864.860,46	0,49%
COTEMINAS/ON	26.573.437,77	0,23%
COTEMINAS/PN	12.714.314,79	0,11%
CYRELA/ON	11.247.012,00	0,10%
DIAGNOST. DA AMERICA/ON	28.083.132,00	0,24%
DURATEX/PN	3.763.431,00	0,03%
BRASIL ECODIESEL/ON	30.456.993,35	0,26%
ELETROBRAS/ON	4.458.801,06	0,04%
ELETROBRAS/PNB	3.244.752,00	0,03%
ELETROPAULO/PNB	28.049.784,00	0,24%
EMBRAER/ON	17.737.261,00	0,15%
ENERGIAS DO BRASIL/ON	14.339.880,48	0,12%
EUCATEX/PN	10.346.013,64	0,09%
AES TIETE/PN	38.973.631,00	0,33%
GAZETA MERCANTIL/PN	77.611,67	0,00%
METALURGICA GERDAU/PN	105.675.429,64	0,90%
GOL/PN	1.923.004,00	0,02%
GTD/ON	2.625.298,44	0,02%
GTD/PN	2.772.986,40	0,02%
IDEIASNET/ON	28.221.915,54	0,24%
INEPAR/ON	7.111.100,00	0,06%
INEPAR ENERGIA/ON	7.822.075,53	0,07%
INEPAR ENERGIA/PNA	8.909.301,93	0,08%

I continua I

INVESTIMENTO CONSOLIDADO

Composição do Segmento Renda Variável

Mercado à Vista

Empresas	Valor	% s/Segmento
INVITEL/ON	33.542.016,00	0,29%
INVITEL/PNA	4.848.091,80	0,04%
ITAUBANCO/PN	164.809.576,80	1,41%
ITAUSA/PN	240.853.313,61	2,06%
LOJAS AMERICANAS/ON	16.588.568,00	0,14%
LOJAS AMERICANAS/PN	58.823.595,36	0,50%
LIGHT S.A./ON	322.192,30	0,00%
LITEL/ON	803,00	0,00%
LITEL/PNA	1.604,54	0,00%
LOJAS RENNEN/ON	68.769.057,00	0,59%
LUPATECH/ON	50.020.355,00	0,43%
M.DIAS BRANCO/ON	22.341.096,00	0,19%
IOCHPE MAXION/PN	73.228.452,00	0,62%
NATURA/ON	14.335.284,12	0,12%
NET SERVIÇOS/PN	52.395.046,35	0,45%
NEWTEL/ON	22.208.043,60	0,19%
OHL BRASIL/ON	5.308.645,60	0,05%
PAO DE ACUCAR/PN	2.994.469,80	0,03%
PERDIGAO/ON	1.007.612.866,89	8,60%
PETROBRAS/ON	718.013.192,00	6,13%
PETROBRAS/PN	1.065.999.652,44	9,10%
PARANAPANEMA/ON	32.443.572,96	0,28%
PQ. HOPI HARI/ON	0,00	0,00%
PQ. HOPI HARI/PN	0,00	0,00%
PORTO SEG/ON	7.973.811,00	0,07%
TELEBRAS RECIBO/PN	7.601.821,71	0,06%
LOCALIZA RENT A CAR/ON	47.960.500,00	0,41%
SABESP/ON	21.508.313,60	0,18%
SADIA S.A/PN	28.336.994,00	0,24%
FRAS-LE/ON	38.702.500,00	0,33%
TAM S.A/PN	2.281.748,00	0,02%
TRACTEBEL ENERGIA/ON	66.588.878,65	0,57%
TELEBRAS/PN	208.704,15	0,00%
TELESP/PN	37.443.775,32	0,32%
TELEMIG CEL PART/ON	11.353.935,58	0,10%
TELEMIG CEL PART/PN	2.585.792,65	0,02%
TELE NORTE CELULAR/ON	145,62	0,00%
TELE NORTE LESTE/ON	74.755.290,00	0,64%

I continua I

INVESTIMENTO CONSOLIDADO

Composição do Segmento Renda Variável

Mercado à Vista

Empresas	Valor	% s/Segmento
TELE NORTE LESTE/PN	17.336.775,00	0,15%
TOTVS/ON	4.954.256,00	0,04%
TERNA PARTIC./UNT	20.241.123,78	0,17%
TRAN PAULISTA/PN	19.998.612,16	0,17%
UNIBANCO/UNT	106.263.248,00	0,91%
USIMINAS/PNA	97.714.354,86	0,83%
VALE/ON	423.483.861,00	3,61%
VALE/PNA	596.228.304,96	5,09%
VOTORANTIM C. PAPEL/PN	13.785.532,67	0,12%
WEG/ON	6.222.258,00	0,05%
Total	7.229.191.904,47	61,68%

Financiamento de Projetos

Projetos	Valor	% s/Segmento
Marlim	3.984.214,32	0,03%
Novamarlim	27.760.787,18	0,24%
Estacionamento Cinelândia	5.714.030,00	0,05%
Termobahia	69.256.365,46	0,59%
Albacora	178.377.713,30	1,52%
Clep	24.828.000,00	0,21%
Total	309.921.110,26	2,64%

FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL

Fundos de Renda Variável	Valor	% s/Segmento
Carteira Ativa II - Vale	3.030.729.036,52	25,86%
Energia São Paulo - CPFL	386.159.940,49	3,29%
Fiago Participações S.A. - Oi	40.074.836,89	0,34%
FIP Governancia e Gestão	21.580.221,92	0,18%
Infra Brasil	39.842.999,34	0,34%
Logística Brasil	11.546.021,35	0,10%
Fundo Brascan de Petroleo, Gas e Energia	11.387.758,55	0,10%
IP Seleção FIA	263.883.112,33	2,25%
Lúmina FIA	4.969.586,92	0,04%
Brasil Energia	66.962.183,66	0,57%
Excelencia Social	22.087.100,78	0,19%
Dynamo Puma II	41.397.032,89	0,35%
CRP VI Venture	2.826.999,70	0,02%

I continua I

Fundos de Renda Variável		
Fundos de Renda Variável	Valor	% s/Segmento
Investech II	2.982.698,34	0,03%
Energia PCH FIP	51.316.119,84	0,44%
Ag Angra FIP	30.188.904,76	0,26%
FIPAC	1.021.092,15	0,01%
Fator Sinergia III	88.172.842,52	0,75%
Stratus CV III	3.168.381,42	0,03%
Empreendedor Brasil	14.947.234,58	0,13%
Jardim Botanico VC I	287.410,08	0,00%
Fundotec II	63.029,91	0,00%
Total	4.135.594.544,94	35,29%

Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar	Valor	% s/Segmento
Valores a Pagar	(150,56)	0,00%
Valores a Receber	44.966.936,31	0,38%
Total	44.966.785,75	
Total Segmento Renda Variável	11.719.674.345,42	100%

SEGMENTO RENDA FIXA		
Títulos Públicos - Carteira própria		
Espécie	Valor	% s/Segmento
NTN	15.006.778.924,60	59,33%
LTN	259.707.371,84	1,03%
CFT	15.360.697,19	0,06%
TDAE	4.410.903,80	0,02%
Total	15.286.257.897,43	60,44%

O total de NTN inclui os valores das NTN-B Petrobras (créditos correspondentes à antecipação de compromisso de migração).

Títulos Privados - Carteira própria		
Espécie	Valor	% s/Segmento
Debêntures não Conversíveis	73.364.612,97	0,29%
Cia Vale do Rio Doce	152.607,26	
CSN	73.212.005,71	
Outros Investimentos - Confissão de Dívida	60.249.367,52	0,24%
Parapanema	60.249.367,52	
Letra Hipotecária	9.034.600,72	0,04%
Caixa Economica Federal	9.034.600,72	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	74.848.332,09	0,30%
Hospital da Bahia	40.421.008,82	
Cometa	14.626.020,81	

I continua I

Títulos Privados - Carteira própria		
Espécie	Valor	% s/Segmento
Boa Viagem Medical	13.696.142,46	
Facamp	6.105.160,00	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	20.482.594,02	0,08%
GP AETATIS II	4.333.492,19	
RB Fiducia High Income	8.257.542,21	
BANCOOP I	7.891.559,62	
Total	237.979.507,32	0,94%

FUNDOS DE RENDA FIXA		
Fundo	Valor	% s/Segmento
FIC de FIM Petros Crédito	1.446.456.951,56	5,72%
FIC de FIM Petros Moderado	3.512.760.848,85	13,89%
Fundo Inv Renda Fixa Liquidez	3.756.578.980,44	14,85%
FIC de FIM Multicarteira	1.051.509.499,52	4,16%
Fundo de Renda Fixa Sinergia	348.818,63	0,00%
Total	9.767.655.099,00	38,62%

Provisão para Perda	
Grupo	Valor
FIF	2.159.797,97
Debêntures	32.901.830,53
Títulos Estaduais	68.125.236,34
CDB	1.329.356,95
Confissão de Dívida - Paranapanema	172.545.831,56

Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar/Receber	Valor	% s/Segmento
	1.605.663,54	0,01%
Total	1.605.663,54	
Total Segmento Renda Fixa	25.293.498.167,29	100,00%

COMPOSIÇÃO DO SEGMENTO IMÓVEIS		
Grupo	Valor	% s/Segmento
Imóveis	817.215.853,32	80,96%
Fundos Imobiliários	192.151.861,25	19,04%
Outros Investimentos	-	0,00%
Provisão para Perda	-	0,00%
Total Segmento Imóveis	1.009.367.714,57	

Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar/Receber	(4.457.303,25)	
Valores a Receber		
Total	(4.457.303,25)	
Total Segmento Imóveis	1.004.910.411,32	100,00%

COMPOSIÇÃO DO SEGMENTO EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
Empréstimos			
Indexador	Atrasados	Valor não Atrasados	
IPCA	-	1.207.200.950,38	99,83%
CDI	-	2.002.659,73	0,17%
Provisão para perda		-	
Financiamentos			
Indexador	Atrasados	Valor não Atrasados	
-	-	0	
Valores a Pagar/Receber			
Valores a Pagar		(32.275.811,08)	
Valores a Receber		-	
Total		(32.275.811,08)	
Total Segmento Empréstimos		1.176.927.799,03	100,00%

Responsáveis			
Nome	Tipo	Telefone	e-mail
BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Auditoria	(21) 2223-2433	nishioka@boucinhas.com.br
RICARDO MALAVAZI MARTINS	Adm. Qualificado	(21) 2506-0587	rmaalavazi@petros.com.br

Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 3456/07	
25% do Patrimônio Líquido do fundo de investimento imobiliário.	
RIO OFFICE	99,40%
Justificativas para os Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 3456/07	
O enquadramento dos investimentos se dará conforme artigo 2º, § 1º, da resolução CMN nº 3456/07	
A PETROS está muito próxima de solucionar o único desenquadramento que possui em sua carteira, relacionado ao Fundo de Investimento Imobiliário Fator - Rio Office Park	

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DEZ/07

CUSTOS	1º SEMESTRE 2007	2º SEMESTRE 2007	Ano 2007
Gestão Interna	13.587.987,47	17.271.631,27	30.859.618,74
Pessoal / Encargos	5.041.947,25	3.885.662,54	8.927.609,79
Consultorias	435.463,30	1.528.742,75	1.964.206,05
Auditorias	-	-	-
Sistemas de Risco	21.020,34	21.044,45	42.064,79
Custódia	189.796,70	220.804,11	410.600,81
Taxa Cetip/CBLC	54.228,97	59.411,81	113.640,78
Taxa Selic	191.075,81	207.450,91	398.526,72
Impostos / CPMF / IOF	4.593.924,41	8.791.459,54	13.385.383,95
Corretagens	1.727.010,68	1.550.704,16	3.277.714,84
Carteira de OP. Participantes	-	-	-
Carteira de Imóveis	257.682,22	244.379,65	502.061,87
Despesas Gerais ⁽¹⁾	1.075.837,79	761.971,35	1.837.809,14
		-	
Gestão Externa	16.296.876,09	17.481.145,04	33.778.021,14
Taxa de Administração	5.560.495,46	6.122.919,80	11.683.415,26
Taxa de Gestão	4.273.692,39	5.842.354,59	10.116.046,98
Taxa de Performance	2.732.994,13	1.123.436,78	3.856.430,91
Corretagens	818.164,39	413.721,76	1.231.886,15
Taxa Selic	114.752,61	126.694,97	241.447,58
Taxa Cetip	109.939,60	115.868,23	225.807,83
Taxa Bovespa/BM&F	1.685.248,56	1.871.085,15	3.556.333,71
Custódia	424.600,88	572.266,02	996.866,90
Auditorias	266.886,49	125.619,47	392.505,96
Consultoria	165.446,93	1.049.545,04	1.214.991,96
Impostos / CPMF / IOF / Tarifas	104.446,26	77.445,95	181.892,21
Taxa ANBID	39.195,72	38.694,34	77.890,05
Taxa CBLC/ Andima	1.012,68	1.492,95	2.505,63
Outras	-	-	-
TOTAL	29.884.863,56	34.752.776,31	64.637.639,88

Observação:

(1) Na rubrica Despesas Gerais tivemos gastos da Gerência de Participações Imobiliárias tais como: Serviços de Despachantes, Lavratura de Escritura, Impostos, Taxa de Intermediação e Despesas de Certidões.

- Fonte: Setor de Risco e Controle da Gerência Administração Financeira.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos participantes e às patrocinadoras da
Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros

1. Examinamos o balanço patrimonial da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações e o seu fluxo financeiro referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme descrito na Nota 9, o Plano Petros – Sistema Petrobras apresentou em 31 de dezembro de 2007 desequilíbrio técnico de R\$ 2.516.853 mil (R\$ 3.330.431 mil em 2006). As patrocinadoras desse plano estão avaliando as medidas propostas para equacionamento do referido déficit.

5. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 16 de fevereiro de 2007, contendo parágrafo de ênfase quanto ao mesmo assunto mencionado no parágrafo 4 acima.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2008

BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

Toshio Nishioka
Contador
CRC-SP-104.690/O-S-RJ

QUADRO 1
FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO	2007	2006	PASSIVO	2007	2006
DISPONÍVEL	1.924	9.347	EXIGÍVEL OPERACIONAL		
			Programa Previdencial	1.444.908	1.327.311
REALIZÁVEL			Programa Administrativo	14.221	9.897
Programa Previdencial	1.074.262	1.076.108	Programa de Investimentos	<u>5.589</u>	<u>12.535</u>
Programa Administrativo	1.877	1.607		1.464.718	1.349.743
Programa de Investimentos					
. Renda fixa	25.387.724	21.086.695	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		
. Renda variável	11.445.466	9.117.848	Programa Administrativo	<u>7.384</u>	<u>271</u>
. Investimentos imobiliários	1.009.368	1.024.056		7.384	271
. Operações com participantes	1.177.740	1.144.782			
. Outros realizáveis	<u>178.378</u>	<u>222.340</u>	EXIGÍVEL ATUARIAL		
	39.198.676	32.595.721	Provisões matemáticas		
			Benefícios concedidos	21.099.182	20.439.717
	40.274.815	33.673.436	Benefícios a conceder	<u>18.587.447</u>	<u>13.948.659</u>
				39.686.629	34.388.376
PERMANENTE					
Imobilizado	14.205	11.208	RESERVAS E FUNDOS		
Diferido	<u>27.872</u>	<u>25.382</u>	Equilíbrio técnico		
	42.077	36.590	Resultados realizados		
			(-) Déficit técnico acumulado	(2.686.006)	(3.725.589)
			Resultados a realizar	<u>893.583</u>	<u>865.328</u>
				(1.792.423)	(2.860.261)
			Fundos		
			Programa Previdencial	28.782	10.459
			Programa Administrativo	<u>923.726</u>	<u>830.785</u>
				952.508	841.244
				(839.915)	(2.019.017)
TOTAL DO ATIVO	<u>40.318.816</u>	<u>33.719.373</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>40.318.816</u>	<u>33.719.373</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

QUADRO 2

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

PROGRAMA PREVIDENCIAL	2007	2006
Recursos coletados	1.373.649	893.920
Recursos utilizados	(2.403.197)	(1.941.447)
Custeio administrativo	(63.668)	(52.495)
Resultado dos investimentos previdenciais	7.449.375	4.941.433
Constituições de provisões atuariais	(5.298.253)	(2.350.587)
Constituição de fundo	<u>(18.323)</u>	<u>(5.025)</u>
Superávit técnico	<u>1.039.583</u>	<u>1.485.799</u>
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Recursos oriundos de outros programas	63.668	52.495
Receitas	2.479	839
Despesas	(92.902)	(78.952)
Constituição de contingências	(8.264)	(5.854)
Resultado dos investimentos administrativos	<u>127.960</u>	<u>124.859</u>
Constituição de fundo	<u>92.941</u>	<u>93.387</u>
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
Renda fixa	2.526.112	2.393.841
Renda variável	4.661.768	2.328.224
Investimentos imobiliários	194.968	148.204
Operações com participantes	182.238	190.249
Relacionadas com o disponível	(22.464)	(21.796)
Relacionadas com tributos	(291)	(5.594)
Outros investimentos	<u>35.004</u>	<u>33.164</u>
Resultados transferidos para outros programas	<u>7.577.335</u>	<u>5.066.292</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

QUADRO 3

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais)

PROGRAMA PREVIDENCIAL	2007	2006
Entradas		
Recursos coletados	1.373.649	893.920
Recursos a receber	3.269	(21.665)
Recursos futuros	54.915	36.911
Outros realizáveis/exigibilidades	<u>15.651</u>	<u>34.543</u>
	<u>1.447.484</u>	<u>943.709</u>
Saidas		
Recursos utilizados	(2.403.197)	(1.941.447)
Utilizações a pagar	47.097	374
Utilizações futuras	<u>26.767</u>	<u>6</u>
	<u>(2.329.333)</u>	<u>(1.941.067)</u>
	<u>(881.849)</u>	<u>(997.358)</u>
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Entradas		
Receita	2.479	839
Outros realizáveis/exigibilidades	<u>430</u>	<u>-</u>
	<u>2.909</u>	<u>839</u>
Saidas		
Despesas	(92.902)	(78.952)
Despesas a pagar	3.805	896
Despesas futuras	(182)	23
Permanente	(5.487)	(1.651)
Outros realizáveis/exigibilidades	-	(612)
Constituições/reversões de contingências	<u>(1.151)</u>	<u>(7.351)</u>
	<u>(95.917)</u>	<u>(87.647)</u>
	<u>(93.008)</u>	<u>(86.808)</u>

I continua I

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2007	2008
Renda fixa	(1.774.917)	229.556
Renda variável	2.334.150	559.221
Investimentos imobiliários	209.825	139.071
Operações com participantes	149.596	105.460
Relacionadas com o disponível	(29.008)	(15.323)
Relacionadas com tributos	(1.178)	(5.528)
Outros investimentos	<u>78.966</u>	<u>77.158</u>
	967.434	1.089.615
Varição nas disponibilidades	<u>(7.423)</u>	<u>5.450</u>
Disponibilidade final	1.924	9.347
Disponibilidade inicial	<u>9.347</u>	<u>3.897</u>
Varição nas disponibilidades	<u>(7.423)</u>	<u>5.450</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

(a) A FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, constituída pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS em 1969, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primordiais:

(i) instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;

(ii) prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária; e

(iii) promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

Em 30 de abril de 2002, o então Conselho de Curadores aprovou um novo estatuto para a PETROS, elaborado em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, e de acordo com o artigo 52 do estatuto vigente àquela época. O novo estatuto foi aprovado pelo Conselho de Administração da PETROBRAS em 10 de maio de 2002 e também pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, conforme Portaria nº 970, de 22 de agosto de 2002.

Para a consecução de seus objetivos, a PETROS obtém recursos de contribuições das empresas patrocinadoras e dos participantes e assistidos, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

(b) O Plano Petros foi instituído pela PETROBRAS em julho de 1970, sendo da modalidade "benefício definido", que assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Em 31 de maio de 2001, o Conselho de Administração da PETROBRAS aprovou um critério de rateio do patrimônio do Plano Petros, para fins de implementação do processo de separação das massas de participantes, por plano de

benefício das empresas patrocinadoras do Plano Petros.

A separação das massas do Plano Petros teve por base a posição patrimonial em 30 de abril de 2001. Adotou-se o critério de cotas para vincular-se o patrimônio às reservas matemáticas de cada patrocinadora, calculadas pela empresa de consultoria atuarial "Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda" - STEA. A partir de 1º de maio de 2001, os registros contábeis passaram a ser individualizados por plano/empresa. Para tanto, os investimentos foram vinculados a cotas de R\$ 1,00, as quais são movimentadas em função das entradas e saídas de recursos de cada plano e valorizadas pela rentabilidade obtida no programa de investimentos.

O instrumento contratual que formaliza o processo de separação das massas foi aprovado pelos Conselhos de Administração das empresas patrocinadoras do Plano Petros e encaminhado à SPC para aprovação.

No dia 18 de dezembro de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 2.086 DEPAT/SPC, aprovou o processo de separação das massas do Plano Petros. Concluído esse processo, o Plano Petros transformou-se nos seguintes planos:

- Plano Petros Sistema PETROBRAS, com as seguintes patrocinadoras: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petrobras Internacional S.A. - Braspetro, Petrobras Química S.A. - Petroquisa, Alberto Pasqualine S.A. - Refap e Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS. A patrocinadora Petrobras Internacional S.A. - Braspetro foi incorporada à PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, conforme decisão das Assembléias Gerais Extraordinárias das duas empresas realizadas em 30 de setembro de 2003; e, a partir de 1º de janeiro de 2004, a PETROBRAS absorveu todos os funcionários da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

- Plano Petros Ultrafertil - patrocinadora: Ultrafertil S.A.;

- Plano Petros Braskem - patrocinadora: Braskem S.A., que sucedeu a Petroquímica do Nordeste S.A. - Copene em

2002. A partir de março de 2004, a patrocinadora Trikem S.A. foi incorporada pela Braskem S.A.;

- Plano Petros Copesul - patrocinadora: Companhia Petroquímica do Sul – Copesul;
- Plano Petros Petroflex - patrocinadora: Petroflex - Indústria e Comércio S.A.;
- Plano Petros PQU - patrocinadora: Petroquímica União S.A.- PQU; e,
- Plano Petros Nitriflex /DSM - patrocinadoras: Nitriflex S.A. - Indústria e Comércio e DSM - Elastômeros Brasil S.A..

Em 28 de maio de 2004, o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista – SINDPETRO LP, impetrou Mandado de Segurança contra o Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, tendo como litisconsortes passivos Braskem, Copesul, Dsm, Nitriflex, Petroflex, Petrobrás, Petroquímica União, PETROS, Triken, e Ultrafertil, almejando liminarmente, a concessão de liminar para determinar a suspensão dos efeitos do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, que aprovou o processo de "Separação de Massas" do Plano Petros e, no mérito, i) seja declarada e decretada a nulidade do Ofício n.º 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, da Secretaria de Previdência Complementar, que aprovou a "Separação de Massas" do Plano Petros; ii) sejam declarados e decretados nulos os termos do "Acordo Entre Patrocinadores do Plano Petros, administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social", relativo à "Separação de Massas", firmado pelas patrocinadoras da Fundação Petros em 29 de agosto de 2002; iii) seja determinado o restabelecimento ao "status quo" ante à celebração do acordo referido no item anterior; iv) seja declarada a plena vigência do Convênio de Adesão firmado pelas patrocinadoras em 16 de maio de 1980, inclusive suas sucessoras; e v) sejam restabelecidos os ditames do Plano Petros na inteireza de seu regulamento original.

O processo tomou o nº 2004.34.00.018094-8 e tramita na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, sendo certo que a liminar foi indeferida.

Todavia, em 18 de julho de 2006, foi publicada a sentença que julgou procedente o pedido do sindicato, concedendo a segurança, cassando-se a autorização veiculada por meio do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 dezembro

de 2003, bem como determinando a desconstituição das operações patrimoniais dela decorrentes.

Entendendo existir omissões e obscuridades na sentença, a PETROS, PETROBRAS e demais litisconsortes (privatizadas) opuseram embargos declaratórios, que foram rejeitados sob o fundamento de que a decisão embargada não conteria os vícios indicados.

Frente a isto, PETROS, PETROBRAS, Braskem, Copesul, Dsm, Nitriflex, Petroflex, Petroquímica União, Triken, Ultrafertil e União apresentaram apelações que foram recebidas tão somente no efeito devolutivo.

Diante disto, PETROS, PETROBRAS, Braskem, Copesul, Dsm, Nitriflex, Petroflex, Petroquímica União, Triken e Ultrafertil interuseram agravos de instrumento, pleiteando a concessão do efeito suspensivo às suas respectivas apelações.

As liminares requeridas nos agravos de instrumentos interpostos pela PETROS e PETROBRAS foram indeferidas, restando apenas a decisão acerca do agravo de instrumento interposto pela Braskem, Copesul, Dsm, Nitriflex, Petroflex, Petroquímica União, Triken e Ultrafertil.

(c) As patrocinadoras do Plano Petros do Sistema Petrobras, conforme o disposto no artigo 48, inciso X, do Regulamento do Plano de Benefícios, comprometem-se a alocar recursos para a cobertura de eventuais insuficiências que venham a ser reveladas no custeio do plano de benefícios, decorrentes das alterações introduzidas em 1984 e 1991 nos artigos 30, 41 e 42 do regulamento. As patrocinadoras dos demais Planos Petros de benefício definido também são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências dos planos que patrocinam.

Em 9 de agosto de 2002, o Conselho de Administração da PETROBRAS determinou à Diretoria Executiva que solicitasse a Petros o fechamento definitivo do Plano Petros, tendo a Fundação encaminhado, em 30 de outubro de 2002, à Secretaria de Previdência Complementar, a documentação requerida para a concretização do fechamento do referido plano.

(d) Em 11 de maio de 2001, o Conselho de Administração da PETROBRAS aprovou o Regulamento do Plano Petrobras Vida, os critérios da migração dos participantes e os aportes de recursos necessários. Em 27 de junho de 2001, o Plano Petrobras Vida foi aprovado pelo Departamento

de Controle das Estatais (DEST) e, em 20 de setembro de 2001, pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio do Ofício nº 2.258/SPC/COJ.

O Plano Petrobras Vida era modalidade "contribuição definida" para os benefícios programáveis e de benefício definido para os benefícios de risco. O processo nº 2001.34.00031303-0 e seu apenso nº 2002.34.00035709-2 referente à migração dos participantes e assistidos do Plano Petros para o Plano Petrobras Vida foi iniciado em 15 de outubro de 2001 e suspenso em 23 de novembro de 2001, em virtude de liminar concedida em Mandado de Segurança impetrado por entidades sindicais, o que impediu o prosseguimento da migração. Em 13 de janeiro de 2003, após várias decisões judiciais sobre a continuidade do Plano Petrobras Vida, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu à PETROBRAS a suspensão dos efeitos da liminar que impedia a migração. Esse processo foi julgado procedente em 30 de abril de 2004, tornando nulo o ato de aprovação do Plano Petrobras Vida e o processo de migração.

Em 17 de janeiro de 2003, foi concedida pela juíza da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, processo nº 2001.51.01023272-4, nova liminar para suspender os atos de migração. Em 27 de janeiro de 2003 a PETROS ingressou com Agravo de Instrumento visando cassar os efeitos da liminar. Em 19 de maio de 2004, foi negado provimento.

(e) Plano Petros 2 - em 22/06/2007, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 1.946/SPC/DETEC/CGAF, aprovou o Plano Petros-2, conforme Portaria nº 1.238, publicada no Diário Oficial da União de 26/06/2007. O Plano Petros-2 é um plano do tipo "Contribuição Variável", tendo em vista que o benefício programável por ele assegurado reúne características dos tipos "Contribuição Definida", na fase de acumulação das contribuições, e de "Benefício Definido", na Garantia Mínima e na fase de percepção do benefício, conforme previsto na legislação vigente. O Plano Petros-2 tem como patrocinadoras as seguintes empresas:

- Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS;
- Petrobras Distribuidora S/A - BR;
- Petrobras Química S/A - Petroquímica;
- Alberto Pasqualini - Refap S/A;
- Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS.

(f) Em 31 de dezembro de 2007, além do Plano Petros do Sistema Petrobras, do Plano Petros-2 e dos Planos Petros Braskem, Copesul, Nitriflex/DSM, Petroflex, PQU e Ultrafertil, a Fundação também administrava os seguintes planos, já aprovados pela SPC:

- Plano Repsol YPF, de contribuição definida, aprovado em 27 de setembro de 1999 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 671/SPC/COJ, destinado aos empregados e dirigentes da Repsol YPF Brasil S.A. Em 15 de setembro de 2000, a Repsol YPF Distribuidora S.A. aderiu ao Plano Repsol YPF, conforme aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar, em 21 de novembro de 2000. Em 23 de fevereiro de 2006, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 584/SPC/DETEC/CGAT aprovou a adesão da Repsol Gás Brasil S/A ao Plano Repsol YPF.
- Plano DBA, de contribuição definida, para os benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de risco, aprovado em 31 de agosto de 2000 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 2.262/SPC/COJ, destinado aos empregados da DBA Engenharia de Sistemas Ltda.
- Plano Cachoeira Dourada, de contribuição definida, para os benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de risco, aprovado em 3 de agosto de 2000 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 2.375, destinado aos empregados da Cachoeira Dourada S.A.
- Plano TRANSPETRO, de contribuição definida, aprovado em 25 de outubro de 2000 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 3.110/SPC/COJ, destinado aos empregados da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO.
- Plano CONCEPA, de contribuição definida, aprovado em 23 de janeiro de 2001 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 161/SPC/COJ, destinado aos empregados da Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa.
- Plano TRIUNFO VIDA, de contribuição definida, aprovado em 24 de maio de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 960/SPC/CGAJ, destinado aos empregados da Petroquímica Triunfo S.A.
- Plano SAT, de contribuição definida, aprovado em 25 de

março de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 434/SPC/CGAJ, destinado aos empregados das patrocinadoras Satélite Distribuidora de Petróleo S.A. e Petromarketing Consultoria S.A. Em 11 de novembro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 1.900/SPC/GAB/COA, aprovou a adesão da Carau Transportes S.A. ao Plano SAT. Em 27 de abril de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 1154/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão da Patrocinadora ALE Combustível S/A ao Plano SAT, o qual passou a ser denominado Plano ALESAT.

- Plano IBP, de contribuição definida, aprovado em 6 de novembro de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 1.884/SPC/CAB/COA, destinado aos empregados do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP.

- Plano PQU Previdência, de contribuição definida, aprovado em 22 de maio de 2003 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 594/DAJUR/CGAJ, destinado aos empregados da Petroquímica União S.A. - PQU.

- Plano SIMESP, de contribuição definida, aprovado em 20 de abril de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 683/SPC/CGPE, destinado aos médicos associados ao Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP. Em 18 de agosto de 2004, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 1.597/SPC/CGPE, aprovou a adesão do Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - SIMEPAR e o plano passou a denominar-se Plano SIMESP-SIMEPAR. E, em 15 de agosto de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 835/SPC/DETEC/CGAT aprovou a adesão do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte - SinMed/RN; do Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - SindMepa e do Sindicato dos Médicos de Pernambuco - Simepe e o plano passou a se chamar SIMEPREV, ficando destinado a todos os médicos associados dos Instituidores do Plano SIMEPREV.

- Plano Copesulprev, de contribuição definida, aprovado em 26 de maio de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 938/DEPAT/SPC, destinado aos empregados da Companhia Petroquímica do Sul - Copesul.

- Plano IBAprev, de contribuição definida, aprovado em 23 de setembro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 1871/SPC/CGPE, destinado aos associados do Instituto Brasileiro de Atuária.

- Plano Culturaprev, de contribuição definida, aprovado em 19 de outubro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 2.099/GAB/SPC, destinado aos associados dos seguintes instituidores:

- ASSAIM - Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais
- Cooperativa Paulista de Teatro
- SATED/CE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará
- SATED/PE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Pernambuco
- SATED/SE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Sergipe
- SINDMUSI - Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro

Em 14 de julho de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 430/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Rio de Janeiro - SATED/RJ e do Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo - SINAPESP ao Plano CulturaPrev, e, em 30 de outubro de 2006, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 3.704/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia - Sindimúsicos/BA e a Associação Brasileira de Museologia - ABM ao Plano CulturaPrev.

- Plano Misto SANASA, de contribuição definida, para os benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de risco, aprovado em 21 de dezembro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 2.517/GAB/SPC, destinado aos empregados da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A - Sanasa.

- Plano SinMed/RJ, de contribuição definida, aprovado em 04 de janeiro de 2005 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 020/SPC/CGPE, destinado aos associados do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

- Plano CROprev, de contribuição definida, aprovado em

02 de março de 2005 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 476/SPC/CGPE, destinado aos profissionais pertencentes ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro.

Em 18 de outubro de 2005 a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 1.532/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte – CRO/RN ao plano CROprev e, em 14 de novembro de 2006, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 3.819/SPC/DETEC/CGAF, aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco – CRO/PE ao plano CROprev.

- Plano Manguinhos, de contribuição definida, aprovado em 26 de abril de 2005 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 177/PREVIC/DITEC/CGAT, destinado aos empregados da Refinaria de Manguinhos.

- Plano FIEPEprev, de contribuição definida, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 30 de setembro de 2005, por meio do Ofício nº 1.371/SPC/DETEC/CGAT, destinado aos empregados da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE, do Núcleo

Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PE, do Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SESI-PE e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SENAI/PE.

- Plano TERMOprev, de contribuição definida, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 284/SPC/DETEC/CGAT, destinado aos empregados da Ibiritermo S/A.

- Plano CRAprev, de contribuição definida, aprovado em 27 de março de 2006 pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 981/SPC/DETEC/CGAT, destinado aos profissionais pertencentes ao Conselho Regional de Administração do Espírito Santo e de Santa Catarina.

Em 16 de janeiro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 85/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA-MG como instituidor do Plano CRAprev.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução nº 5, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e

a longo prazo, nem a apresentação das origens e aplicações de recursos, que foi substituída pela demonstração do fluxo financeiro.

As demonstrações contábeis apresentam a posição consolidada de todos os planos administrados pela PETROS, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(b) Reservas matemáticas

As reservas matemáticas dos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões foram avaliadas com base em dados estatísticos e cadastrais, atualizados, da massa de participantes e assistidos e representam o custo dos benefícios a serem pagos aos participantes e assistidos.

(c) Contribuições

As contribuições são registradas pelo regime de competência.

No Plano Petros, as contribuições dos participantes e dos assistidos são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,96% a 14,9% ou 1,45% a 11%, consoante as faixas salariais ou o plano escolhido pelo participante. A taxa de contribuição mensal das patrocinadoras é de 12,93% sobre a folha de salários de contribuição

dos participantes ativos do plano. Essa taxa vigora desde 1996, quando foi aprovado pelo Conselho de Administração da PETROBRAS o novo plano de custeio da entidade, reduzindo a taxa até então vigente, que era de 22,16%.

As contribuições dos demais planos de benefícios administrados pela Petros estão especificadas nos regulamentos de cada plano.

(d) Programa de investimentos

• Renda fixa e renda variável

Em 31 de dezembro de 2007, em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2007, os títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal estão classificados como "mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com exceção das Notas do Tesouro Nacional que foram adquiridas durante o ano de 2006 e que, assim como os demais títulos de renda fixa e as aplicações em fundos de investimento, foram classificados como "Títulos para negociação" (Nota explicativa nº 4.b) e estão avaliados pelo valor de mercado.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até o seu vencimento.

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo

custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado determinado pela cotação na data mais próxima à do balanço. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente aos resultados.

• Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações. A depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação e/ou reavaliação. No caso de inexistência, adota-se a taxa de 2% ao ano.

• Operações com participantes

Registram os empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes e assistidos, e estão demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(e) Ativo permanente

Os valores que compõem este grupo, incorporados até 31 de dezembro de 1995, estão contabilizados pelo valor de custo, corrigido monetariamente entre a data de aquisição e aquela data. Os valores incorporados a partir de 1º de janeiro de 1996, o foram ao valor de custo. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo às taxas determinadas pela Resolução MPAS/CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.

Para os direitos de uso de telefone, foi constituída uma provisão para amortização no valor total do custo de aquisição.

No diferido estão registrados os gastos com desenvolvimento de software e com a prospecção e implantação de novos planos de benefício, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano após concluídos os softwares e implantados os novos planos. Tal tratamento baseia-se no fato de que estas despesas concorrem para a formação de resultados de mais de um período.

(f) Transferências interprogramas

A Fundação opera os seguintes programas: Previdencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas são efetuadas nas contas de resultados de cada programa, para registrar as cobranças e repasses de recursos entre os citados programas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, que podem ser assim resumidos:

- Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, a rubrica "Resultados Transferidos para Outros

Programas" corresponde ao resultado líquido dos investimentos que é transferido para o Programa Previdencial, após deduzida a remuneração do fundo administrativo, cujo valor é transferido para o Programa Administrativo.

- Na demonstração do resultado do Programa Administrativo, o valor referente à rubrica "Recursos Oriundos de Outros Programas" corresponde ao custeio administrativo que é transferido do Programa Previdencial. A rubrica "Recursos Transferidos para Outros Programas" refere-se ao valor revertido do Fundo Administrativo, que foi transferido para o Programa Previdencial. As sobras apuradas no Programa Administrativo são destinadas ao Fundo Administrativo. Quando há faltas, estas são compensadas com esse fundo.

4 – REALIZÁVEL

(a) Programa Previdencial

	2007	2006
Contribuições a receber	173.493	176.761
Créditos a receber de patrocinadoras liquidadas	293.507	268.600
Provisão para perdas na realização de créditos	(293.507)	(268.600)
Resultados a realizar de títulos de renda fixa (Nota 9)	893.583	865.328
Outros	7.186	34.019
	1.074.262	1.076.108

Os créditos a receber de patrocinadoras liquidadas (Petrobras Mineração S.A. - PETROMISA e Petrobras Comércio Internacional S.A. - INTERBRAS), no montante de R\$ 293.507 (R\$ 268.600 em 2006) são objeto de ação judicial contra a União Federal e estão totalmente provisionados.

(b) Programa de Investimentos

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores, a administração da Fundação adaptou os seus sistemas operacional

e contábil de forma a atender plenamente os requisitos da referida Resolução. Como resultado da adaptação aos novos critérios em relação aos vigentes até então, não foram requeridos ajustes, uma vez que a valorização dos títulos e valores mobiliários, classificados como "Títulos para negociação", naquela data não apresentava diferença em relação ao valor de mercado.

A carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 está composta conforme discriminado a seguir:

Investimentos	2007	2006
Renda Fixa		
Títulos do Governo Federal		
Notas do Tesouro Nacional	15.006.779	13.761.761
Títulos da Dívida Agrária	4.411	5.410
Certificados Financeiros do Tesouro	15.361	14.269
Letras do Tesouro Nacional	259.706	-
	15.286.257	13.781.440

I continua I

Investimentos	2007	2006
Aplicações em Instituições Financeiras		
Letras Hipotecárias	9.035	8.613
Cotas de FAQ - Renda Fixa	9.767.656	6.702.115
Certificados de Recebíveis Imobiliários	74.848	73.308
Fundos de Investimentos Direitos Creditórios	20.483	138.060
	9.872.022	6.922.096
Títulos de Empresas		
Debêntures Conversíveis	27.761	41.791
Debêntures não-Convertíveis	141.435	244.239
	169.196	286.030
Outros Investimentos em Renda Fixa	60.249	97.129
	60.249	97.129
	25.387.724	21.086.695
Renda Variável		
Mercado de Ações		
Mercado à Vista	7.304.122	6.469.462
Empréstimo de Ações	5.749	987
	7.309.871	6.470.449
Fundos de Investimentos		
Cotas de Fundos de Ações	4.135.595	2.647.399
	4.135.595	2.647.399
	11.445.466	9.117.848
Investimentos Imobiliários	1.009.368	1.024.056
Operações com Participantes	1.177.740	1.144.782
Outros Realizáveis	178.378	222.340
	2.365.486	2.391.178
	39.198.676	32.595.721

A classificação da carteira de títulos de renda fixa em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 pode ser assim demonstrada:

Papel	2007	2006
Título mantidos até o vencimento (1)		
Títulos do Governo Federal		
Notas do Tesouro Nacional (2.1)	14.281.560	13.414.994
Letras Hipotecárias	9.035	8.613
	14.290.595	13.423.607
Títulos para Negociação		
Títulos do Governo Federal		
Notas do Tesouro Nacional (2.2)	725.219	346.767
Letras do Tesouro Nacional	259.706	-
Certificados Financeiros do Tesouro	15.361	14.269
Títulos da Dívida Agrária	4.411	5.410
	1.004.697	366.446

(continua)

Papel	2007	2006
Aplicações em Instituições Financeiras		
Cotas de FAQ - Renda Fixa (3)	9.767.656	6.702.115
Certificados de Recebíveis Imobiliários	74.848	73.308
Fundos de Investimentos Direitos Creditórios	20.483	138.060
	9.862.987	6.913.483
Títulos de Empresas		
Debêntures Conversíveis	27.761	41.791
Debêntures não-Convertíveis	141.435	244.239
	169.196	286.030
Outros Investimentos de Renda Fixa	60.249	97.129
Total da Carteira de Renda Fixa	25.387.724	21.086.695

(1) A administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas Políticas de Investimentos. Ou seja, anualmente, são elaborados estudos gerenciais internos com software de "gestão de ativos e passivos" (ALM). Eles simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela PETROS, a curto, médio e longo prazos. Nestas simulações, além das premissas definidas nos respectivos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais (DRAAs), utiliza-se como premissa de cálculo a intenção de carregar estes "títulos até o vencimento", e os resultados têm demonstrado o mesmo quadro apontado no parecer da *Mercer Investment Consulting*, de 25 de junho de 2002, ou seja, este estudo anual de ALM atesta a capacidade financeira dos planos administrados pela PETROS, que possuem tais ativos, de mantê-los até o vencimento.

	R\$ mil
(2.1) Vencimentos	
1/4/2021	366.059
1/1/2031	507.560
15/3/2023	828.905
15/11/2013	2.262.360
15/11/2033	10.071.322
15/5/2017	198.169
15/11/2009	47.186
	14.281.560
(2.2) Vencimentos	
15/5/2009	16.818
15/8/2010	116.169
1/7/2010	239.474
1/1/2012	57.241
1/1/2014	53.288
15/5/2015	46.729
1/1/2017	88.913
15/5/2045	106.588
	725.219

(3) A carteira de Cotas FAQ - Renda Fixa inclui R\$ 270.110 (R\$ 92.211 em 31 de dezembro de 2006) correspondentes a outros planos de benefícios administrados pela Petros, assim demonstrados:

Planos	2007	2006
Planos Patrocinados	265.416	90.125
YPF	9.471	7.232
CDSA	2.553	2.010
CONCEPA	208	196
DBA	10.709	9.450
TRANSPETRO	51.335	36.791
PQU	6.883	4.997
COPELPREV	7.844	4.913
TRIUNFO	10.546	8.723
SATÉLITE	1.895	1.311
IBP	1.784	1.319
SANASA	18.982	10.990
MANGUINHOS	961	600
FIAPREV-PE	3.449	1.573
TERMOPREV	93	19
PLANO PETROS 2	138.703	0
Planos Instituídos	4.694	2.086
SIMEPREV	307	187
IBA	1.697	910
CULTURAPREV	781	122
SINMED-RJ	231	116
CRO-PREV	1.450	700
CRA-PREV	227	50
	270.110	92.211

A Fundação mantém uma provisão de R\$ 277.061 (R\$ 357.486 em 31 de dezembro de 2006) para perdas com os investimentos indicados a seguir referente às aplicações que se encontram pendentes de decisão jurídica ou com baixa possibilidade de êxito em favor da Petros. Os valores provisionados já se encontram deduzidos, por tipo de aplicação, no ativo realizável - Programa de Investimentos.

Descrição	Data de Provisão	2007	2006
Cia. Nova América - aplicação em debêntures. Foi ajuizada ação na 10ª Vara Cível visando a recuperação do crédito.	ago/98	8.148	8.148
Lojas Arapuã - aplicação em debêntures, estando a companhia em situação concordatária desde junho de 1998. O assunto está sendo estudado pelos debenturistas para a adoção de providências.	set/99	5.433	5.433
Teletrust de Recebíveis S.A. - aplicação em debêntures	set/99	-	28.689
Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina - série 004 - provisão constituída em virtude da baixa possibilidade de recuperação das aplicações, considerando-se que as séries 001 e 002 já venceram e não foram liquidadas.	dez/99	68.125	68.125
Hopi Hari - aplicação em debêntures. A companhia não está honrando as debêntures de 2ª emissão.	nov/03	14.745	14.745

Descrição	Data de Provisão	2007	2006
Feniciapar – aplicação em debêntures de recebíveis da Arapuã que está em concordata.	nov/03	4.575	4.575
Eucatex – aplicação em debêntures. Provisão em virtude da Concordata. A Petros ajuizou na 3ª vara cível da comarca de Salto, e foi marcada nova assembléia dia 19/09/2007, dando tratamento equânime para todos os credores.	nov/03	-	51.736
Contas a receber – Paranapanema	dez/06	172.546	172.546
Outros	ago/98	3.489	3.489
		277.061	357.486

Quanto às Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, o Tribunal do Estado de Santa Catarina, que manteve a decisão de primeiro grau, negou seguimento ao Recurso Especial interposto pelo Estado de Santa Catarina, por falta de prequestionamento da matéria recorrida. Com isso, o Estado de Santa Catarina interpôs Agravo de Instumento ao STJ, que foi negado. Desta forma, aguarda-se a certidão de trânsito em julgado da decisão, favorável a Petros, consubstanciada no Acórdão do TJ de Santa Catarina, para dar-se início a execução do julgado.

A provisão para perdas das debêntures conversíveis e não-conversíveis da Paranapanema foi corrigida e transferida para a nova conta "Contas a Receber – Paranapanema" em virtude de uma confissão de dívida dessa empresa em dezembro de 2006, quando foi firmado acordo de reestruturação da Paranapanema.

A provisão para perda das debêntures da Teletrust Recebíveis SA. foi baixada, mediante a extinção do processo, em virtude do cumprimento ao ajustado, entre a Teletrust Recebíveis S/A e os Debenturistas. A Petros recebeu em ações a importância de R\$ 7.184 mil, e o valor de R\$ 1.355 mil, relativos ao pagamento dos JCP's declarados

em 2001, derivados das ações de emissão da TELEMAR escrituradas em nome da TELETRUST.

A provisão para perda das debêntures da Eucatex S.A. Indústria e Comércio foi baixada, mediante cumprimento do acordo realizado entre os credores e a Eucatex. A Petros recebeu em ações a importância de R\$ 9.497 mil, em "dação em pagamento" fazendas no valor de R\$ 38.483 mil e o valor de R\$ 9.451 mil em espécie, totalizando R\$ 57.431 mil.

Os títulos de Renda Fixa e Renda Variável encontram-se custodiados no Banco Bradesco S.A.

Com relação aos investimentos imobiliários, no período de 1º de janeiro a 30 de dezembro de 2007, em atendimento à Resolução CMN nº 3.456 de 01 de junho de 2007 e a Instrução Normativa nº 44, de 23 de dezembro de 2002 da SPC, procedeu-se a reavaliação dos investimentos imobiliários relacionados a seguir, conforme laudos técnicos emitidos por empresa especializada. O resultado positivo das reavaliações realizadas em 2007, no montante líquido de R\$ 40.362 mil, decorre dos lançamentos positivos e negativos dessas reavaliações, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Demonstrativo das Reavaliações em 2007					R\$ mil
Imóvel	Empresa Avaliadora	Mês da Contabilização	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Resultado
Hipe. Paes Mendonça Barra	Gestão Estud. Patrim.	mai-07	46.724	37.816	(8.908)
Barros Loureiro	Approval Aval. Eng.	mai-07	17.742	21.500	3.758
Empres. Brigadeiro	Paulo Gaiga Eng. Ltda	mai-07	13.132	16.300	3.168
Monteiro Lobato	Paulo Gaiga Eng. Ltda	mai-07	13.567	20.200	6.633
Hiper Bom Marche	Zarique Consultoria	mai-07	5.373	5.130	(243)
Shopping Del Rey	Zarique Consultoria	mai-07	17.321	19.500	2.179
Cond. Rio Office Park	Zarique Consultoria	mai-07	19.741	17.275	(2.466)
Park Avenue	Adviser Consultores	out-07	935	1.711	776

I continua I

Demonstrativo das Reavaliações em 2007					R\$ mil
Imóvel	Empresa Avaliadora	Mês da Contabilização	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Resultado
Hipe. Bompreço Natal	Câmara Consultores	out-07	17.798	22.950	5.152
Hipe. Bompreço Casa Forte	Câmara Consultores	out-07	18.940	45.220	26.280
Edif. Petros Loja	Senior Consult. Aval.	dez-07	3.868	7.100	3.232
Consolação I	Amaral D'Ávila	dez-07	3.706	5.650	1.944
Consolação II	Amaral D'Ávila	dez-07	12.643	11.500	(1.143)
			191.490	231.852	40.362

Em novembro de 2007, ingressaram na Carteira de Imóveis as Fazendas recebidas da Eucatex. Os imóveis descritos abaixo foram recebidos através de "dação em pagamento" na recuperação judicial de Eucatex S.A. Indústria e Comércio.

	R\$ mil
Outros Investimentos Imobiliários	2007
Fazenda São Judas Tadeu	10.386
Fazenda João XXIII	7.528
Fazenda Nossa Senhora de Fátima	7.490
Fazenda Nossa Senhora das Lourdes	6.210
Fazendinha dos Pretos	4.450
Fazenda Boa Esperança	1.464
Fazenda Santa Fé	955
	38.483

5 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

(a) Programa previdencial

Em 31 de dezembro de 2007, o valor de R\$ 1.444.908 mil (R\$ 1.327.311 mil, em 2006), registrado neste grupo representa, basicamente, o saldo do adiantamento das NTN-B's feito pela PETROBRAS, no valor de R\$ 1.296.810 mil (R\$ 1.242.268 mil, em 2006), como contribuição especial de migração para o Plano Petrobras Vida e do ajuste da diferença da paridade contributiva do Plano Petros do Sistema Petrobrás no montante de R\$ 90.806 mil (R\$ 78.586 mil, em 2006), conforme a seguir detalhado:

• Saldo do "Adiantamento das NTN-B's" da Petrobras em 31/12/2007

Quando do registro contábil destes títulos em 31/12/2001, foi utilizada uma estimativa para o IPCA de dezembro/2001 (0,475%) menor que o valor oficial, divulgado em 11/01/2002, que foi 0,65%. Esse fato resultou em uma diferença a menor de R\$ 6.738 mil. Essa diferença não foi corrigida, como também, acarretou um montante menor

a corrigir e a remunerar, na medida em que resultou um número menor de títulos.

Para equacionar esta situação, foi realizado, em 30/11/2007, um ajuste contábil no exigível do programa previdencial, na rubrica que registra o "Adiantamento das NTN-B's", o qual passou de R\$ 1.242.268 mil para R\$ 1.279.902 mil, proveniente da quantidade efetiva de títulos em 31/12/2006, trazidos a 30/11/2007. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante é de R\$ 1.296.810 mil.

Além disso, foi necessário reconhecer e registrar a existência da parcela de principal dos cupons de NTN-B's não repassados para a Petrobras, no valor de R\$ 251.049 mil, sendo realizado o registro contábil da atualização pela SELIC até 31/12/2007, no valor de R\$ 137.527 mil, e descontado o valor de R\$ 250.456 mil, referente ao pagamento aos seus assistidos proveniente do ACT2004/2005 – Acordo Coletivo de Trabalho, resultando num montante líquido em 31/12/2007 de R\$138.120 mil de cupons a repassar conforme apresentado a seguir:

CUPONS							
Data	Qtde	Valor Recebido	Valor Repassado	Saldo Atualizado	Atualização	ACT 2004/2005	Saldo Líquido
15/5/2002	263.386	76.908.019,53	-	76.908.019,53	-	-	76.908.019,53
18/11/2002	263.386	80.366.104,81	-	163.174.348,55	5.900.224,21	-	163.174.348,55
15/5/2003	682.608	27.062.347,88	-	214.641.621,16	24.404.924,74	-	214.641.621,16
17/11/2003	682.608	27.626.643,83	-	253.221.675,85	10.953.410,85	-	253.221.675,85
17/5/2004	682.608	28.485.398,93	-	297.296.987,51	15.589.912,73	-	297.296.987,51
16/11/2004	682.608	29.523.004,03	-	346.758.430,61	19.938.439,08	-	346.758.430,61
20/12/2004	682.608	-	-	351.502.070,66	4.743.640,05	(139.098.789,34)	212.403.281,32
3/1/2005	682.608	-	-	213.701.997,18	1.298.715,86	(723.327,89)	212.978.669,29
25/1/2005	682.608	-	-	215.213.042,23	2.234.372,95	(55.875.747,93)	159.337.294,30
25/2/2005	682.608	-	-	161.597.621,44	2.260.327,14	(17.904.456,52)	143.693.164,92
24/3/2005	682.608	-	-	145.581.135,21	1.887.970,29	(16.926.520,65)	128.654.614,56
25/4/2005	682.608	-	-	130.466.315,86	1.811.701,30	(1.219.087,34)	129.247.228,52
16/5/2005	682.608	30.784.578,12	(34.425.175,59)	126.985.100,74	1.378.469,69	-	126.985.100,74
25/5/2005	682.608	-	-	127.620.505,90	635.405,17	(10.308.819,30)	117.311.686,60
24/6/2005	682.608	-	-	119.086.776,23	1.775.089,63	(7.466.355,96)	111.620.420,27
25/7/2005	682.608	-	-	113.307.580,32	1.687.160,05	(468.436,48)	112.839.143,84
25/8/2005	682.608	-	-	114.710.486,57	1.871.342,73	(320.629,60)	114.389.856,97
23/9/2005	682.608	-	-	116.030.549,08	1.640.692,11	(144.231,00)	115.886.318,08
16/11/2005	682.608	31.401.742,02	(35.115.325,57)	115.036.458,61	2.863.724,08	-	115.036.458,61
15/5/2006	682.608	32.210.879,06	(36.020.151,50)	120.517.376,17	9.290.189,99	-	120.517.376,17
16/11/2006	682.608	32.426.973,49	(36.261.801,35)	125.332.155,87	8.649.607,56	-	125.332.155,87
29/12/2006	682.608	-	-	127.213.300,55	1.881.144,67	-	127.213.300,55
15/5/2007	682.608	33.176.619,24	(37.100.100,52)	129.009.140,04	5.719.320,78	-	129.009.140,04
16/11/2007	682.608	33.761.435,36	(33.761.435,37)	136.388.793,25	7.379.653,22	-	136.388.793,25
30/11/2007	682.608	-	-	136.963.599,94	574.806,69	-	136.963.599,94
31/12/2007	682.608	-	-	138.120.491,04	1.156.891,10	-	138.120.491,04
Total		463.733.746,29	(212.683.989,90)	251.049.756,39	137.527.136,66	(250.456.402,01)	138.120.491,04

As planilhas de cálculos e a documentação comprobatória referentes a esses ajustes contábeis, foram objeto de revisão e validação pela Petros e Petrobras.

• **Ajuste da Diferença da Paridade Contributiva do Plano Petros do Sistema Petrobras**

Em 20 de dezembro de 2007, a administração da Petros tomou ciência do Relatório de Fiscalização Nº 19/2007/ESRJ, no qual, a equipe de fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) manifesta sua discordância com o tratamento dado pela Petros na apuração da paridade contributiva no Plano Petros do Sistema Petrobras entre 2004 e 2006.

No entendimento expresso da SPC, a paridade contributiva deve ser observada anualmente e apurada por patrocinadora do Plano Petros, não cabendo sua aferição de forma global. Assim, após confrontar as informações da Petros, a SPC concluiu que a prática da entidade não permitiria o efetivo cumprimento da paridade de forma global e nem individualmente por patrocinadora do Plano Petros do Sistema Petrobras, com exceção da Petroquisa.

Para atender ao determinado pela SPC, a Petros efetuou a revisão do critério de apuração da paridade contributiva do Plano Petros do Sistema Petrobras, para os exercícios 2004 a 2006 e adotou este novo critério no exercício 2007.

O critério de ajuste determinado pela SPC é simples e direto, a partir da apuração da diferença entre a contribuição de cada patrocinadora e a do conjunto de seus participantes. Cabe acrescentar que, ao aplicarmos o critério da SPC, no caso da Petroquisa, o fizemos combinado com o previsto no inciso III do artigo 91 do Regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras, segundo o qual todas as patrocinadoras devem seguir o critério de contribuição

mensal da patrocinadora Petrobras.

Estes ajustes já estão registrados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2007, devidamente atualizados pela variação da SELIC, e já descontados das eventuais utilizações de recursos feitas sob autorização das patrocinadoras para honrar compromissos vinculados ao plano, e explicitam os débitos e créditos relativos a cada patrocinadora, conforme apresentado a seguir:

Demonstrativo da Paridade Contributiva – em R\$

Patrocinadoras	Paridade 2004 a 2007	Atualização Monetária	Descontos	Saldo Líquido Corrigido
Petrobras	86.999.725,22	14.208.256,20	(23.365.055,96)	77.842.925,46
Refap	5.794.616,38	1.199.455,18	(16.176,54)	6.977.895,02
Petros	4.910.597,17	1.074.834,68	-	5.985.431,85
Total a Pagar	97.704.938,77	16.482.546,06	(23.381.232,50)	90.806.252,33
BR (*)	(14.495.426,51)	(3.152.184,03)	-	(17.647.610,54)
Petroquisa (**)	(2.727.619,04)	(551.659,88)	(117.362,54)	(3.396.641,46)
Total a Receber	(17.223.045,55)	(3.703.843,91)	(117.362,54)	(21.044.252,00)
Total Líquido	80.481.893,22	12.778.702,15	(23.498.595,04)	69.762.000,33

(*) O valor líquido de R\$ 17.648 mil, a receber da patrocinadora BR, foi registrado no Realizável do Programa Previdencial – Contribuições em Atraso, proveniente do Débito das Contribuições não recolhidas pela patrocinadora atualizada até 31 de dezembro de 2007, no valor de R\$ 47.245 mil e do Crédito da Paridade Contributiva atualizado, no valor de R\$ 29.597 mil, considerando como receita por competência o previsto no regulamento do Plano.

(**) O Valor líquido de R\$ 3.397 mil, a receber da patrocinadora Petroquisa, foi registrado no Realizável do Programa Previdencial – Contribuições Normais a Receber.

O registro contábil da atualização do crédito da paridade contributiva referente ao exercício de 2004 a 2006 no montante de R\$ 12.779 mil, foi efetuado no programa previdencial, "outros recursos utilizados", em conta específica para este fim, sendo R\$ 6.368 mil alocados em "exercício anterior" e R\$ 6.411 mil referente ao "exercício atual".

(b) Programa de investimentos

Em 31 de dezembro de 2007, o valor de R\$ 5.589 mil (R\$ 12.535 mil, em 2006) registrado neste grupo representa, basicamente, o saldo de contas a pagar dos investimentos imobiliários e créditos bancários que totaliza R\$ 4.776 mil (R\$ 12.038 mil, em 2006).

6 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Programas previdencial e administrativo

Foram constituídas provisões, deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais, para absorver perdas consideradas prováveis, em função de ações ajuizadas contra a Petros, nos seguintes montantes:

	2007	2006
Programa previdencial		
Previsões constituídas	207.090	107.356
Depósitos judiciais	(207.090)	(107.356)
	-	-
Programa administrativo		
Provisão constituída	7.384	271
	7.384	271

7 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas são custeadas na sua totalidade pelo programa previdencial e pelo fundo administrativo, não havendo por parte dos investimentos a participação no referido custeio. Conforme determinação da SPC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2007, as despesas de administração totalizaram R\$ 92.902 mil (R\$ 78.952 mil em 2006), sendo R\$ 56.456 mil (R\$ 47.738 mil em 2006) as despesas de administração previdencial e R\$ 36.446 mil (R\$ 31.214 mil em 2006) as despesas de administração dos investimentos.

Os critérios adotados pela Petros para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos, foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.
- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração.

8 - EXIGÍVEL ATUARIAL - PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e seus beneficiários. São constituídas com base em cálculos atuariais efetuados pelos atuários externos, STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda, VMC Consultoria Atuarial e

Globalprev Consultores Associados com pareceres datados de 13 de fevereiro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, as Provisões Matemáticas consolidadas estão apresentadas no quadro a seguir:

	2007	2006
Benefícios Concedidos		
Benefícios do Plano	21.099.182	20.439.717
Benefícios a Conceder		
Benefícios do Plano com Geração Atual		
Contribuição Definida	236.661	81.122
Benefício Definido	22.782.283	18.393.191
	23.018.944	18.474.313
Outras contribuições da Geração Atual	(4.431.497)	(4.525.654)
	18.587.447	13.948.659
	39.686.629	34.388.376

• Benefícios concedidos

Registram o valor dos compromissos correspondentes a benefícios concedidos a serem pagos pela Fundação aos participantes, assistidos e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

• Benefícios a conceder

Registram o valor dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder.

(i) Benefícios do plano com a geração atual

Valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, avaliados de acordo com a nota técnica atuarial.

(ii) Outras contribuições da geração atual

Registram o valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da

geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses planos (ou de novos empre-

gados das patrocinadoras), assim como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção dos benefícios, quanto pelas patrocinadoras.

9 - RESERVAS E FUNDOS

	"Equilíbrio Técnico"	Fundos
Saldo em 1º de janeiro de 2006	(4.361.599)	742.832
Superávit do exercício de 2006	1.485.799	-
Resultados a Realizar	15.539	-
Constituições de Fundos	-	98.412
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(2.860.261)	841.244
Superávit do Exercício Atual	1.039.583	-
Resultados a Realizar	28.255	-
Constituições de Fundos	-	111.264
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(1.792.423)	952.508

Na rubrica Constituições de Fundos, em 31 de dezembro de 2007, estão incluídos os fundos de Cobertura de Oscilação de Risco, Garantidor de Benefícios, de Serviço Passado, Benefícios de Risco a Conceder, de Oscilação de Rentabilidade, de natureza previdencial, calculado pelo atuário, dos Planos DBA, PQU, Triunfo e Sanasa.

Os fundos de natureza previdencial totalizam em dezembro de 2007 o valor de R\$ 28.782 (R\$ 10.459 em 2006), dos Planos de Contribuição Definida.

Equilíbrio técnico

Registra o excedente ou insuficiência patrimoniais (déficit/superávit) em relação aos compromissos totais da Fundação.

O Equilíbrio Técnico, em 31 de dezembro, estava representado conforme abaixo:

	2007	2006
Resultados Realizados	(2.686.006)	(3.725.589)
Resultados a Realizar	893.583	865.328
	(1.792.423)	(2.860.261)

Do montante acumulado em 31 de dezembro de 2007, R\$ 1.039.583 foi decorrente do superávit gerado no ano de 2007.

A seguir, encontram-se apresentados o patrimônio líquido, as provisões matemáticas e o resultado de cada plano:

Planos de Benefício Definido	Patrimônio Líquido (2)		Provisões Matemáticas (3)		Superávit/(Déficit) Técnico	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Sistema PETROBRAS	34.195.202	8.582.108	36.712.055	31.912.539	(2.516.853)	(3.330.431)
PQU	804.824	652.765	630.952	553.566	173.872	99.199
BRASKEM	513.262	428.830	368.665	347.291	144.597	81.539
ULTRAFÉRTIL	712.748	590.935	592.280	501.591	120.468	89.344
COPEL	495.765	432.839	502.567	402.477	(6.802)	30.362
PETROFLEX	809.456	658.834	557.113	507.299	252.343	151.535
NITRIFLEX (1)	120.176	98.995	81.208	80.941	38.968	18.054

"Planos de Contribuição Definida e Contribuição Variável"	Patrimônio Líquido (2)		Provisões Matemáticas (3)		Superávit/(Déficit) Técnico	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Repsol YPF	9.435	7.232	9.435	7.232	-	-
CDSA	2.553	2.010	2.553	2.010	-	-
CONCEPA	205	196	205	196	-	-
DBA	10.272	9.450	6.937	6.738	-	-
TRANSPETRO	52.893	37.398	52.893	37.398	-	-
PQU	6.882	4.996	6.456	3.972	-	-
COPEL PREV	7.833	4.913	7.733	4.875	-	-
TRIUNFO	10.174	8.723	9.065	7.226	-	-
SATÉLITE	1.882	1.311	1.882	1.311	-	-
IBP	1.784	1.319	1.784	1.319	-	-
SANASA	19.812	11.488	11.953	6.504	984	137
MANGUINHOS	955	564	807	453	-	-
FIEPPREV-PE	3.430	1.573	2.917	1.343	-	-
TERMOPREV	94	19	94	19	-	-
PLANO PETROS 2	138.703	-	122.427	-	-	-
SIMEPREV	305	186	305	186	-	-
IBA	1.674	910	1.674	910	-	-
CULTURA-PREV	770	119	770	119	-	-
SIN-MED-RJ	231	116	231	116	-	-
CRO-PREV	1.446	695	1.446	695	-	-
CRA-PREV	222	50	222	50	-	-
	271.555	93.268	241.789	82.672	984	137
Total Geral	37.922.988	31.538.574	39.686.629	34.388.376	(1.792.423)	(2.860.261)

(1) Inclui a DSM - Elastômeros Brasil SA. (1 participante).

(2) A segregação por patrocinadora não foi examinada por auditores independentes.

(3) Segundo relatório dos atuários independentes

(4) A diferença entre o patrimônio líquido, as provisões matemáticas e o superávit/(déficit) técnico no valor de R\$ 28.782 mil em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 10.459 mil em 2006) está registrada na rubrica Fundo - Programa Previdencial dos outros planos.

Os planos administrados pela Petros foram reavaliados atuarialmente no exercício de 2007, visando ao redimensionamento dos compromissos, em razão das atualizações de cadastro e das premissas de cálculo atuarial, além da necessidade de atendimento à legislação.

Quanto ao equacionamento do déficit do Plano Petros – Sistema Petrobrás cabe destacar:

Considerando a relevância dos déficits técnicos do Plano Petros do Sistema Petrobras e as negociações junto à Secretaria de Previdência Complementar quanto ao equacionamento do referido déficit, o Grupo de Trabalho, instituído pela Petrobras com o objetivo de avaliar e propor alternativas de solução para o modelo previdenciário do Sistema Petrobras, finalizou e encaminhou as propostas de equacionamento à Direção da Instituidora que resultaram no processo de repactuação junto aos participantes, visando a ajustes no regulamento do plano. Posteriormente, a Petrobras aprovou a proposta de reabertura do processo de repactuação, estipulando o prazo para a opção de 02 de janeiro de 2007 a 28 de fevereiro de 2007 e tendo como meta a adesão mínima de 2/3 dos participantes. Alcançada a meta pretendida, a implementação do Acordo de Obrigações Recíprocas conduzirá ao devido ajuste estrutural, com o conseqüente equilíbrio atuarial do plano.

A proposta de repactuação do Plano Petros do Sistema Petrobras foi aceita por 58.087 mil participantes e assistidos, o que representa 72,49% do total - 26.853 de empregados ativos (82,89%), 23.293 de aposentados (64,59%), 7.848 de pensionistas (68,03%) e 93 de auxílio-doença (70,45%). A meta de adesão mínima de 2/3 de adesão foi superada.

Está em fase de homologação o Termo de Transação Judicial (que faz parte do Acordo de Obrigações Recíprocas) que resultará no equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras.

O resultado consolidado apresentado em 31 de dezembro de 2007 - R\$ 1.792 milhões - foi influenciado basicamente pelo déficit registrado no Plano Petros do Sistema Petrobras, equivalente a R\$ 2.517 milhões, sendo que os demais planos acumularam um superávit de R\$ 724 milhões.

Além do déficit técnico já registrado no Plano Petros do Sistema Petrobras em 31 de dezembro de 2006, contribuíram negativamente para o resultado de 31 de dezembro de 2007 as seguintes premissas:

- Mudança na Taxa de Inflação Anual de 4,5% a.a para 4,0% a.a.;
- Mudança da Tabela de Expectativa de Vida do IBGE;
- Mudança no critério de cálculo da idade prevista de aposentadoria do INSS;
- Ajuste da Metodologia de Projeção da Suplementação Petros;
- Mudança da Taxa de Crescimento Real de Salário de 2,02% para 2,4%;
- Implantação do novo Plano de Cargos e Salários nas patrocinadoras.

Por outro lado, contribuiu favoravelmente para a redução do déficit técnico a rentabilidade de 24,09% obtida nos investimentos da Petros que se mostrou superior à meta atuarial no exercício.

Excetuando-se o Plano Petros do Sistema Petrobras e o Plano Petros Copesul - que apresentou resultado deficitário pouco expressivo - os demais planos administrados pela Petros encerraram o exercício de 2007 com resultado superavitário.

Em decorrência do pedido de retirada de patrocínio da Braskem, em 30 de junho de 2005, e em conformidade com o sugerido pela consultoria atuarial - STEA, as Provisões Matemáticas referentes ao Plano Petros Braskem não foram reavaliadas, prevalecendo os cálculos por recorrência em relação à avaliação atuarial de 2004. Esse procedimento deverá ser mantido até o término do processo de retirada, quando as Provisões Matemáticas corresponderão aos Fundos de Retirada definidos na Resolução CGPC nº 6/88. O pedido de Retirada de Patrocínio do Plano Petros Braskem foi protocolado na SPC sob o n.º 24991892/2006, em 17 de novembro de 2006.

Resultados a realizar

Corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", apurado pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos e o seu valor presente, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, nos termos do artigo 5º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Reso-

lução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002, e foi aprovado pela SPC, conforme ofício nº 1702 / GAB / SPC, de 19 de setembro de 2002.

Os títulos mantidos até o vencimento, seus respectivos vencimentos, valores contábeis e fluxos descontados à taxa da última avaliação atuarial (6% a.a.) em 31 de dezembro de 2007 estão assim demonstrados:

Tipo de Título	Emissor	Vencimento	"Valor Contábil"	"Fluxo Descontado"	Diferença
Letras Hipotecárias	CEF	15/2/2021	9.034	12.852	3.818
NTN-C	Tesouro Nacional	1/4/2021	366.059	542.284	176.225
NTN-C	Tesouro Nacional	1/1/2031	507.560	769.923	262.363
NTN-B	Tesouro Nacional	15/3/2023	828.905	1.280.082	451.177
NTN-B	Tesouro Nacional	15/3/2013	2.262.360	2.262.360	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/3/2033	6.236.159	6.236.159	-
Total			10.210.077	11.103.660	893.583

WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA
Presidente

MAURICIO FRANÇA RUBEM
Diretor

RICARDO MALAVAZI MARTINS
Diretor

NEWTON CARNEIRO DA CUNHA
Diretor

ROSE CLÉA MORAES DE SÁ DOS SANTOS
Contadora
CRC-RJ-075.394/O-3
CPF 843.234.937-20

REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL, ATA 336ª, ITEM 5, EM 6/3/2008

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho Fiscal: a) por voto de qualidade do Presidente, aprovou o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2007, com base na proposta de parecer apresentada pelos Conselheiros eleitos Fernando Leite Siqueira e Guilherme Gomes de Vasconcellos; b) encaminhou o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2007 ao Conselho Deliberativo da Petros, acompanhados da Ata CF 336 e do Voto em separado dos Conselheiros indicados (*)

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO, ATA 377ª, ITEM 14, EM 25/3/2008

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Decisão: O Conselho Deliberativo, de acordo com o inciso XVIII do artigo 26, do Estatuto da Petros, com o voto contrário dos Conselheiros Paulo Teixeira Brandão e Yvan Barretto de Carvalho, e o voto favorável com ressalvas do Conselheiro Paulo César Chamadoiro Martin: a) aprovou, por maioria, as Demonstrações Contábeis da Petros e as contas da Diretoria Executiva relativas ao exercício de 2007 (*)

(*) A íntegra das atas, dos votos dos Conselheiros e os comentários da Diretoria Executivas encontram-se no portal www.petros.com.br.

Os participantes que desejarem receber a íntegra destes textos devem solicitá-los por intermédios da central de atendimento 0800-560055, ou por carta endereçada a Secretaria Geral, ou via internet pelo endereço eletrônico relatorioanual@petros.com.br

PARECER ATUARIAL SOBRE OS BALANÇOS

Parecer Atuarial – Plano Petros do Sistema Petrobrás

O Balanço findo em 31/12/2007 do Plano Petros do Sistema Petrobras, CNPB Nº 19.700.001-47, administrado pela FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, apresentou déficit técnico no valor de R\$ 2.516.853.413,52, cerca de 7,36% do patrimônio líquido (R\$ 34.195.201.227,77).

1.1:- A redução do déficit técnico registrado no Balanço de 31/12/2007 em relação ao contabilizado no ano anterior resulta, basicamente, da excelente performance conseguida nos investimentos do Plano Petros do Sistema Petrobras, que só não foi maior devido, principalmente, a mudanças no critério de cálculo da idade prevista para aposentadoria na Previdência Oficial e no ajuste efetuado na metodologia de cálculo da projeção das suplementações a serem concedidas pela entidade.

2:- Cumpre esclarecer que, no Balanço encerrado em 31/12/2006, já havia sido registrada uma insuficiência de R\$ 3.330.431.301,14, cerca de 11,65% do Patrimônio Líquido apurado em 31/12/2006 (R\$ 28.582.107.995,86) para a massa de participantes vinculada ao plano epigrafado.

3:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, avaliadas em R\$ 18.932.189.057,00 pelo método prospectivo, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

3.1:- Benefícios do Plano R\$ 18.932.189.057,00

3.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios R\$ (0,00)

3.3:- Outras Contribuições da Geração Atual R\$ (0,00)

4:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, avaliadas em R\$ 17.779.865.584,29 pelo método recorrente, a partir dos resultados da reavaliação atuarial de 30/09/2007, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

4.1:- Benefícios do Plano:

4.1.1:- Geração Atual R\$ 21.957.178.417,29

4.1.2:- Gerações Futuras R\$ 0,00

4.2:- Contribuições:

4.2.1:- Geração Atual R\$ (4.177.312.833,00)

4.2.2:- Gerações Futuras R\$ (0,00)

5:- O cadastro que serviu de base para o processamento dessa avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

6:- As avaliações desenvolveram-se pelo Regime de Capitalização e pelo Método Agregado, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

7:- Como já mencionado, as obrigações indicadas retro estão descobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas às patrocinadoras do Plano Petros do Sistema Petrobras (R\$ 34.195.201.227,77), configurando-se, portanto, o déficit técnico (R\$ 2.516.853.413,52), cerca de 7,36% do patrimônio líquido do referido Plano.

8:- Para cobrir a insuficiência, as recomendações são as habituais:

I- maior produtividade no investimento;

II- dotações patronais;

III- elevação das taxas contributivas;

IV- redução do grau de capitalização dos regimes financeiros;

V- revisão do plano de benefícios.

9:- Com relação às recomendações referidas no item precedente, esclarecemos que a primeira tem limitações conjunturais, e as últimas exigem a reformulação do Plano de Custeio, que julgamos imprescindível em face do déficit significativo, embora tenha havido redução expressiva do déficit desde o exercício de 2005.

I	II	III	IV
EXERCÍCIO FINDO EM	DÉFICIT (R\$)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)	II/III
2004	5.291.990.360,45	21.984.590.040,55	24,07%
2005	4.537.640.726,51	25.167.476.968,49	18,03%
2006	3.330.431.301,14	28.582.107.995,86	11,65%
2007	2.516.853.413,52	34.195.201.227,77	7,36%

10.- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos dados levantados nas seguintes datas de referência:

10.1.- No tocante à massa ativa, os levantamentos referem-se a 30/09/2007. No entanto, pelo expediente eletrônico de 07/12/2007, a PETROS informou à STEA os índices que deveriam ser aplicados aos salários de modo a posicioná-los na data-base das patrocinadoras que compõem o Sistema Petrobras.

10.1.1.- O quadro infra evidencia o exposto supra:

PATROCINADORA	ÍNDICE (%)	DATA-BASE
PETROBRAS	4,18	setembro/2007
PETROS	4,12	novembro/2007
BR	4,18	setembro/2007
PETROQUISA	4,18	setembro/2007
REFAP	4,18	setembro/2007

10.2.- No que se refere aos assistidos, utilizou-se dezembro/2007 como data-base para todas as patrocinadoras do Sistema Petrobras.

11.- Nessa avaliação, foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais:

11.1.- manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio aprovado pela Administração da Entidade;

11.2.- taxa real de juros: 6,0% a.a..

11.2.1.- corresponde à taxa de rentabilidade real anual mínima que deverá ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano Petros do Sistema Petrobras.

11.3.- projeção de crescimento real de salário: 2,40% a.a. até 48 anos, e nulo, após essa idade, conforme informação da patrocinadora indicada no expediente eletrônico de 07/12/2007.

11.3.1.- esta premissa expressa a expectativa de crescimento real anual dos salários dos participantes-ativos decorrente de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios etc., caso existam.

11.4.- projeção de crescimento real do maior salário-de-benefício do INSS: nula;

11.5.- projeção de crescimento real do benefício do plano: nula;

11.6.- fator de determinação do valor real ao longo do tempo: expressa o ganho atuarial ao longo do tempo, decorrente da perda do poder aquisitivo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS, por força da política de reajuste, atualmente, anual sob um ambiente de inflação mensal:

11.6.1.- dos salários: 1,0000;

11.6.2.- dos benefícios da entidade: 0,9808;

11.6.3.- dos benefícios do INSS: 1,0000.

11.7.- gerações futuras de novos entrados: efeitos não computados.

11.7.1.- na avaliação atuarial das provisões matemáticas do exercício findo em 31/12/2007, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados, vez que o Plano Petros Sistema Petrobras está fechado a novas adesões.

11.8.- rotatividade: nula;

11.9.- tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;

11.9.1.- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.

11.10.- tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 por sexo;

11.10.1.- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.

- 11.11:- tábuas de entrada em invalidez: Zimmermann ajustada pela Globalprev;
11.11.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido de idade x tornar-se inválido antes de atingir a idade $x+1$.
11.12:- encargo médio de herdeiros: experiência STEA conjugada com a mortalidade geral referida no item 11.9;
11.12.1:- tabela que expressa, por idade, o encargo médio de herdeiros de um participante de idade x e aposentadoria supletiva anual unitária.
11.13:- expectativa de vida utilizada no cálculo do fator previdenciário: IBGE-2006.
11.13.1:- essa expectativa de vida traduz uma estimativa do tempo restante, na data de início do benefício básico, para pagamento das aposentadorias da Previdência Oficial.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Josefa Hortência da Silva
MIBA 1.211

Alexandre Barbosa da Silva de Pinho
Subdiretor
MIBA 922

Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA Nº 01

¹ Já computado, em relação aos beneficiários do participante, idade, sexo, quantidade etc.

Parecer Atuarial – Plano Petros Ultrafértil

O Balanço findo em 31/12/2007 do Plano Petros ULTRAFÉRTIL, CNPB Nº 20.030.026-18, administrado pela FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, apresentou superávit no valor de R\$ 120.467.538,47, cerca de 16,90% do patrimônio líquido (R\$ 712.747.235,47), que deverá ser mantido como Reserva de Contingência (Lei Complementar nº109, Artigo 20).

2:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, avaliadas em R\$ 500.048.787,00 pelo método prospectivo, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

- 2.1:- Benefícios do Plano R\$ 500.048.787,00
- 2.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios R\$ (0,00)
- 2.3:- Outras Contribuições da Geração Atual R\$ (0,00)

3:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, avaliadas em R\$ 92.230.910,00 pelo método recorrente, a partir dos resultados da reavaliação atuarial de 30/09/2007, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

- 3.1:- Benefícios do Plano:
 - 3.1.1:- Geração Atual R\$ 116.178.907,00
 - 3.1.2:- Gerações Futuras R\$ 0,00
- 3.2:- Contribuições:
 - 3.2.1:- Geração Atual R\$ (23.947.997,00)
 - 3.2.2:- Gerações Futuras R\$ (0,00)

4:- O cadastro que serviu de base para o processamento dessa avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

5:- As avaliações desenvolveram-se pelo Regime Financeiro de Capitalização e pelo Método Agregado, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

6:- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos dados levantados nas seguintes datas de referência:

- 6.1:- No tocante à massa ativa, a data é 30/09/2007. O índice a ser aplicado aos salários para posicioná-los em no-

vembro/2007, indicado no correio eletrônico de 07/12/2007, figura no quadro infra.

PATROCINADORA	ÍNDICE (%)	DATA-BASE
ULTRAFÉRTIL	4,78	novembro/2007

6.2:- No que tange aos assistidos, a data-base é dezembro/2007.

7:- Nessa avaliação, foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais:

7.1:- manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio aprovado pela Administração da Entidade;

7.2:- taxa real de juros: 6,0% a.a.;

7.2.1:- corresponde à taxa de rentabilidade real anual mínima que deverá ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano Petros ULTRAFÉRTIL.

7.3:- projeção de crescimento real de salário: 1,0% a.a. até 48 anos, e nulo, após essa idade, conforme informação da patrocinadora indicada no expediente de 07/12/2007;

7.3.1:- esta premissa expressa a expectativa de crescimento anual dos salários dos participantes-ativos decorrente de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios etc., caso existam.

7.4:- projeção de crescimento real do maior salário-de-benefício do INSS: nula;

7.5:- projeção de crescimento real do benefício do plano: nula;

7.6:- fator de determinação do valor real ao longo do tempo: expressa o ganho atuarial ao longo do tempo, decorrente da perda do poder aquisitivo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS, por força da política de reajuste, atualmente, anual sob um ambiente de inflação mensal:

7.6.1:- dos salários: 1,0000;

7.6.2:- dos benefícios da entidade: 0,9808;

7.6.3:- dos benefícios do INSS: 1,0000.

7.7:- gerações futuras de novos entrados: efeitos não computados;

7.7.1:- na avaliação atuarial das provisões matemáticas do exercício findo em 31/12/2007, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados, vez que o Plano Petros ULTRAFÉRTIL está fechado a novas adesões.

7.8:- rotatividade: nula;

7.9:- tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;

7.9.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.

7.10:- tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 por sexo agravada em 100%;

7.10.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.

7.11:- tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;

7.11.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido de idade x tornar-se inválido antes de atingir a idade $x+1$.

7.12:- encargo médio de herdeiros: experiência STEA conjugada com a mortalidade geral referida no item 7.9;

7.12.1:- tabela que expressa, por idade, o encargo médio de herdeiros de um participante de idade x e aposentadoria supletiva anual unitária.

7.13:- expectativa de vida utilizada no cálculo do fator previdenciário: IBGE-2006.

7.13.1:- essa expectativa de vida traduz uma estimativa do tempo restante, apurado na data de início do Benefício Básico para pagamento das aposentadorias da Previdência Oficial.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Josefa Hortência da Silva

MIBA 1.211

Alexandre Barbosa da Silva de Pinho

Subdiretor

MIBA 922

Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.

CIBA Nº 01

¹ Já computado, em relação aos beneficiários do participante, idade, sexo, quantidade etc.

Parecer Atuarial – Plano Petros Braskem

O Balanço findo em 31/12/2007 do Plano Petros Braskem, CNPB Nº 20.030.021-38, administrado pela FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, apresentou superávit no valor de R\$ 144.596.709,93, cerca de 28,17% do patrimônio líquido (R\$ 513.262.173,93), sendo que R\$ 92.166.366,00 deverão ser mantidos como Reserva de Contingência (Lei Complementar nº109, Artigo 20) para compensar desvios de hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano, e, ainda, R\$ 52.430.343,93, como Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefício.

2:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, avaliadas em R\$ 316.335.088,00 pelo método prospectivo, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

- 2.1:- Benefícios do Plano R\$ 316.335.088,00
- 2.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios R\$ (0,00)
- 2.3:- Outras Contribuições da Geração Atual R\$ (0,00)

3:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, avaliadas em R\$ 52.330.376,00 pelo método recorrente, a partir dos resultados da reavaliação atuarial de 30/09/2004, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

- 3.1:- Benefícios do Plano:
 - 3.1.1:- Geração Atual R\$ 181.517.813,00
 - 3.1.2:- Gerações Futuras R\$ 0,00
- 3.2:- Contribuições:
 - 3.2.1:- Geração Atual R\$ (129.187.437,00)
 - 3.2.2:- Gerações Futuras R\$ (0,00)

4:- O cadastro que serviu de base para o processamento dessa avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

5:- As avaliações desenvolveram-se pelo Regime Financeiro de Capitalização e pelo Método Agregado, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

6:- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos dados levantados nas seguintes datas de referência:

- 6.1:- setembro/2004 para os participantes ativos e dezembro/2007 para os assistidos;
- 6.2:- Cumpre ressaltar que o valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder na modalidade de Benefícios Definidos foi reavaliado de forma recorrente da data-base (30/09/2004) até 31/12/2007, e as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos foram integralmente reavaliadas em 31/12/2007;
- 6.3:- Convém ainda salientar que a Patrocinadora BRASKEM S/A solicitou sua retirada de patrocínio do Plano Petros Braskem em 30/06/2005, conforme protocolo nº 24991892/2006, de 17/11/2006, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

7:- Nessa avaliação, foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais:

- 7.1:- taxas contributivas:
 - 7.1.1:- Contribuição Patronal:
 - 7.1.1.1:- nula, em virtude da retirada de patrocínio do Plano Petros Braskem.
 - 7.1.2:- Contribuição dos participantes-ativos:
 - 7.1.2.1:- nula, em virtude da retirada de patrocínio do Plano Braskem.
 - 7.1.3:- Contribuição dos participantes-assistidos:
 - 7.1.3.1:- um percentual geral (pg), 1,96% (um inteiro e noventa e seis centésimos por cento), aplicável à suplementação;
 - 7.1.3.2:- um primeiro percentual adicional (1º pa), 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento), aplicável ao excesso (se existir) da suplementação sobre a metade do teto salário-de-benefício previdencial;
 - 7.1.3.3:- um segundo percentual adicional (2º pa), 10,84% (dez inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), aplicável ao excesso (se existir) da suplementação sobre o teto do salário-de-benefício previdencial.

- 7.2:- taxa real de juros: 6,0% a.a.;
- 7.2.1:- corresponde à taxa de rentabilidade real anual mínima que deverá ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano Petros Braskem.
- 7.3:- projeção de crescimento real de salário: 2,0% a.a. até 48 anos, e nulo, após essa idade, conforme informação da patrocinadora indicada no expediente eletrônico de 10/12/2004;
- 7.3.1:- esta premissa expressa a expectativa de crescimento anual dos salários dos participantes-ativos decorrente de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios etc., caso existam.
- 7.4:- projeção de crescimento real do maior salário-de-benefício do INSS: nula;
- 7.5:- projeção de crescimento real do benefício do plano: nula;
- 7.6:- fator de determinação do valor real ao longo do tempo: expressa o ganho atuarial ao longo do tempo, decorrente da perda do poder aquisitivo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS, por força da política de reajuste, atualmente, anual sob um ambiente de inflação mensal:
- 7.6.1:- dos salários: 1,0000;
- 7.6.2:- dos benefícios da entidade: 0,9762;
- 7.6.3:- dos benefícios do INSS: 1,0000.
- 7.7:- gerações futuras de novos entrados: efeitos não computados;
- 7.7.1:- na avaliação atuarial das provisões matemáticas relativas ao exercício findo em 31/12/2007, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados, vez que o Plano Petros Braskem já se achava fechado a novas adesões antes mesmo de ser iniciado o processo de retirada de patrocínio da patrocinadora BRASKEM S/A do referido Plano.
- 7.8:- rotatividade: nula;
- 7.9:- tábua de mortalidade geral: GAM-71 por sexo;
- 7.9.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.
- 7.10:- tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 por sexo agravada em 100%;
- 7.10.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.
- 7.11:- tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- 7.11.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido de idade x tornar-se inválido antes de atingir a idade $x+1$.
- 7.12:- encargo médio de herdeiros: experiência STEA conjugada com a mortalidade geral referida no item 7.9;
- 7.12.1:- tabela que expressa, por idade, o encargo médio de herdeiros de um participante de idade x e aposentadoria supletiva anual unitária.
- 7.13:- expectativa de vida utilizada no cálculo do fator previdenciário: IBGE-2003.
- 7.13.1:- essa expectativa de vida traduz uma estimativa do tempo restante, apurado na data de início do Benefício Básico para pagamento das aposentadorias da Previdência Oficial.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Josefa Hortência da Silva
MIBA 1.211

Alexandre Barbosa da Silva de Pinho
Subdiretor
MIBA 922

Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA Nº 01

¹ Já computado, em relação aos beneficiários do participante, idade, sexo, quantidade etc.

Parecer Atuarial – Plano Petros Copesul

O Balanço findo em 31/12/2007 do Plano Petros COPESUL, CNPB Nº 20.030.022-19, administrado pela FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, apresentou déficit técnico no valor de R\$ 6.801.647,40, cerca de 1,37% do patrimônio líquido (R\$ 495.765.388,60).

2:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, avaliadas em R\$ 250.878.897,00 pelo método prospectivo, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

- 2.1:- Benefícios do Plano R\$ 250.878.897,00
- 2.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios R\$ (0,00)
- 2.3:- Outras Contribuições da Geração Atual R\$ (0,00)

3:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, avaliadas em R\$ 251.688.139,00 pelo método recorrente, a partir dos resultados da reavaliação atuarial de 30/09/2007, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

- 3.1:- Benefícios do Plano:
 - 3.1.1:- Geração Atual R\$ 302.039.431,00
 - 3.1.2:- Gerações Futuras R\$ 0,00
- 3.2:- Contribuições:
 - 3.2.1:- Geração Atual R\$ (50.351.292,00)
 - 3.2.2:- Gerações Futuras R\$ (0,00)

4:- O cadastro que serviu de base para o processamento dessa avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

5:- As avaliações desenvolveram-se pelo Regime de Capitalização e pelo Método Agregado, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

6:- Para cobrir a insuficiência, as recomendações são as habituais:

- I- maior produtividade no investimento;
- II- dotações patronais;
- III- elevação das taxas contributivas;
- IV- redução do grau de capitalização dos regimes financeiros;
- V- revisão do plano de benefícios.

7:- A primeira tem limitações conjunturais, e as últimas exigem a reformulação do Plano de Custeio, que julgamos dispensável em face do déficit despiendo.

8:- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos dados levantados nas seguintes datas de referência:

8.1:- No tocante à massa ativa, a data é 30/09/2007. O índice a ser aplicado nos salários para posicioná-los em setembro/2007, indicado no correio eletrônico de 07/12/2007, figura no quadro infra:

PATROCINADORA	ÍNDICE (%)	DATA-BASE
COPEL	4,45	setembro/2007

8.2:- No que tange aos assistidos, a data-base é dezembro/2007.

9:- Nessa avaliação, foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais:

- 9.1:- manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio aprovado pela Administração da Entidade;
- 9.2:- taxa real de juros: 6,0% a.a.
 - 9.2.1:- corresponde à taxa de rentabilidade real anual mínima que deverá ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano Petros Copel.
- 9.3:- projeção de crescimento real de salário: 1,70% a.a. até 48 anos, e nulo, após essa idade, conforme informação da patrocinadora indicada no expediente eletrônico de 07/12/2007.
 - 9.3.1:- esta premissa expressa a expectativa de crescimento real anual dos salários dos participantes-ativos decorrente de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios etc., caso existam.
- 9.4:- projeção de crescimento real do maior salário-de-benefício do INSS: nula;
- 9.5:- projeção de crescimento real do benefício do plano: nula;
- 9.6:- fator de determinação do valor real ao longo do tempo: expressa o ganho atuarial ao longo do tempo, decor-

rente da perda do poder aquisitivo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS, por força da política de reajuste, atualmente, anual sob um ambiente de inflação mensal:

9.6.1:- dos salários: 1,0000;

9.6.2:- dos benefícios da entidade: 0,9808;

9.6.3:- dos benefícios do INSS: 1,0000.

9.7:- gerações futuras de novos entrados: efeitos não computados.

9.7.1:- na avaliação atuarial das provisões matemáticas do exercício findo em 31/12/2007, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados, vez que o Plano Petros Copesul está fechado a novas adesões.

9.8:- rotatividade: nula;

9.9:- tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;

9.9.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.

9.10:- tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 por sexo agravada em 100%;

9.10.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.

9.11:- tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;

9.11.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido de idade x tornar-se inválido antes de atingir a idade $x+1$.

9.12:- encargo médio de herdeiros: experiência STEA conjugada com a mortalidade geral referida no item 9.9;

9.12.1:- tabela que expressa, por idade, o encargo médio de herdeiros¹ de um participante de idade x e aposentadoria supletiva anual unitária.

9.13:- expectativa de vida utilizada no cálculo do fator previdenciário: IBGE-2006.

9.13.1:- essa expectativa de vida traduz uma estimativa do tempo restante, na data do início do benefício básico, para pagamento das aposentadorias da Previdência Oficial.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Josefa Hortência da Silva

MIBA 1.211

Alexandre Barbosa da Silva de Pinho

Subdiretor

MIBA 922

Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.

CIBA Nº 01

¹ Já computado, em relação aos beneficiários do participante, idade, sexo, quantidade etc.

Parecer Atuarial – Plano Petros Nitriflex/DSM

O Balanço findo em 31/12/2007 do Plano Petros NITRIFLEX/DSM, CNPB Nº 20.030.023-83, administrado pela FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, apresentou superávit no valor de R\$ 38.967.798,48, cerca de 32,43% do patrimônio líquido (R\$ 120.175.670,48), sendo que R\$ 20.301.968,00 deverão ser mantidos como Reserva de Contingência (Lei Complementar nº109, Artigo 20) para compensar desvios de hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano, e, ainda, R\$ 18.665.830,48, como Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefício.

2:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, avaliadas em R\$ 77.708.271,00 pelo método prospectivo, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

2.1:- Benefícios do Plano R\$ 77.708.271,00

2.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios R\$ (0,00)

2.3:- Outras Contribuições da Geração Atual R\$ (0,00)

3:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, avaliadas em R\$ 3.499.601,00 pelo método recorrente, a partir

dos resultados da reavaliação atuarial de 30/09/2007, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

- 3.1:- Benefícios do Plano:
 - 3.1.1:- Geração Atual R\$ 3.968.578,00
 - 3.1.2:- Gerações Futuras R\$ 0,00
- 3.2:- Contribuições:
 - 3.2.1:- Geração Atual R\$ (468.977,00)
 - 3.2.2:- Gerações Futuras R\$ (0,00)

4:- O cadastro que serviu de base para o processamento dessa avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

5:- As avaliações desenvolveram-se pelo Regime Financeiro de Capitalização e pelo Método Agregado, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

6:- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos dados levantados nas seguintes datas de referência:

6.1:- No tocante à massa ativa, a data é 30/09/2007. O índice a ser aplicado aos salários para posicioná-los em setembro/2007, indicado no correio eletrônico de 07/12/2007, figura no quadro infra.

PATROCINADORA	ÍNDICE (%)	DATA-BASE
NITRIFLEX/DSM	4,82	setembro/2007

6.2:- No que tange aos assistidos, a data-base é dezembro/2007.

7:- Nessa avaliação, foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais:

- 7.1:- manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio aprovado pela Administração da Entidade;
- 7.2:- taxa real de juros: 6,0% a.a.;
 - 7.2.1:- corresponde à taxa de rentabilidade real anual mínima que deverá ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano Petros NITRIFLEX/DSM.
- 7.3:- projeção de crescimento real de salário: 0% a.a. até 48 anos, e nulo, após essa idade, conforme informação da patrocinadora indicada no expediente de 07/12/2007;
 - 7.3.1:- esta premissa expressa a expectativa de crescimento anual dos salários dos participantes-ativos decorrente de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios etc., caso existam.
- 7.4:- projeção de crescimento real do maior salário-de-benefício do INSS: nula;
- 7.5:- projeção de crescimento real do benefício do plano: nula;
- 7.6:- fator de determinação do valor real ao longo do tempo: expressa o ganho atuarial ao longo do tempo, decorrente da perda do poder aquisitivo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS, por força da política de reajuste, atualmente, anual sob um ambiente de inflação mensal:
 - 7.6.1:- dos salários: 1,0000;
 - 7.6.2:- dos benefícios da entidade: 0,9808;
 - 7.6.3:- dos benefícios do INSS: 1,0000.
- 7.7:- gerações futuras de novos entrados: efeitos não computados;
 - 7.7.1:- na avaliação atuarial das provisões matemáticas do exercício findo em 31/12/2007, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados, vez que o Plano Petros NITRIFLEX/DSM está fechado a novas adesões.
- 7.8:- rotatividade: nula;
- 7.9:- tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;
 - 7.9.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.
- 7.10:- tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 por sexo agravada em 100%;
 - 7.10.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.
- 7.11:- tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
 - 7.11.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido de idade x tornar-se inválido antes de atingir a idade $x+1$.

- 7.12:- encargo médio de herdeiros: experiência STEA conjugada com a mortalidade geral referida no item 7.9;
7.12.1:- tabela que expressa, por idade, o encargo médio de herdeiros de um participante de idade x e aposentadoria supletiva anual unitária.
7.13:- expectativa de vida utilizada no cálculo do fator previdenciário: IBGE-2006.
7.13.1:- essa expectativa de vida traduz uma estimativa do tempo restante, apurado na data de início do Benefício Básico para pagamento das aposentadorias da Previdência Oficial.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Josefa Hortência da Silva
MIBA 1.211

Alexandre Barbosa da Silva de Pinho
Subdiretor
MIBA 922

Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA Nº 01

¹ Já computado, em relação aos beneficiários do participante, idade, sexo, quantidade etc.

Parecer Atuarial – Plano Petros Petroflex

O Balanço findo em 31/12/2007 do Plano Petros PETROFLEX, CNPB Nº 20.030.024-56, administrado pela FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, apresentou superávit no valor de R\$ 252.343.117,07, cerca de 31,17% do patrimônio líquido (R\$ 809.455.678,07), sendo que R\$ 139.278.140,25 deverão ser mantidos como Reserva de Contingência (Lei Complementar nº109, Artigo 20) para compensar desvios de hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano, e, ainda, R\$ 113.064.976,82, como Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefício.

2:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, avaliadas em R\$ 481.242.480,00 pelo método prospectivo, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

- 2.1:- Benefícios do Plano R\$ 481.242.480,00
- 2.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios R\$ (0,00)
- 2.3:- Outras Contribuições da Geração Atual R\$ (0,00)

3:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, avaliadas em R\$ 75.870.081,00 pelo método recorrente, a partir dos resultados da reavaliação atuarial de 30/09/2007, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

- 3.1:- Benefícios do Plano:
 - 3.1.1:- Geração Atual R\$ 95.896.964,00
 - 3.1.2:- Gerações Futuras R\$ 0,00
- 3.2:- Contribuições:
 - 3.2.1:- Geração Atual R\$ (20.026.883,00)
 - 3.2.2:- Gerações Futuras R\$ (0,00)

4:- O cadastro que serviu de base para o processamento dessa avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

5:- As avaliações desenvolveram-se pelo Regime Financeiro de Capitalização e pelo Método Agregado, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

6:- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos dados levantados nas seguintes datas de referência:

6.1:- No tocante à massa ativa, a data é 30/09/2007. O índice a ser aplicado aos salários para posicioná-los em setembro/2007, indicado no correio eletrônico de 07/12/2007, figura no quadro infra.

PATROCINADORA	ÍNDICE (%)	DATA-BASE
PETROFLEX	4,50	setembro/2007

6.2:- No que tange aos assistidos, a data-base é dezembro/2007.

7:- Nessa avaliação, foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais:

- 7.1:- manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio aprovado pela Administração da Entidade;
- 7.2:- taxa real de juros: 6,0% a.a.;
 - 7.2.1:- corresponde à taxa de rentabilidade real anual mínima que deverá ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano Petros PETROFLEX.
- 7.3:- projeção de crescimento real de salário: 2,59% a.a. até 48 anos, e nulo, após essa idade, conforme informação da patrocinadora indicada no expediente de 07/12/2007;
 - 7.3.1:- esta premissa expressa a expectativa de crescimento anual dos salários dos participantes-ativos decorrente de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios etc., caso existam.
- 7.4:- projeção de crescimento real do maior salário-de-benefício do INSS: nula;
- 7.5:- projeção de crescimento real do benefício do plano: nula;
- 7.6:- fator de determinação do valor real ao longo do tempo: expressa o ganho atuarial ao longo do tempo, decorrente da perda do poder aquisitivo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS, por força da política de reajuste, atualmente, anual sob um ambiente de inflação mensal:
 - 7.6.1:- dos salários: 1,0000;
 - 7.6.2:- dos benefícios da entidade: 0,9808;
 - 7.6.3:- dos benefícios do INSS: 1,0000.
- 7.7:- gerações futuras de novos entrados: efeitos não computados;
 - 7.7.1:- na avaliação atuarial das provisões matemáticas do exercício findo em 31/12/2007, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados, vez que o Plano Petros PETROFLEX está fechado a novas adesões.
- 7.8:- rotatividade: nula;
- 7.9:- tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;
 - 7.9.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.
- 7.10:- tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 por sexo agravada em 100%;
 - 7.10.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.
- 7.11:- tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
 - 7.11.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido de idade x tornar-se inválido antes de atingir a idade $x+1$.
- 7.12:- encargo médio de herdeiros: experiência STEA conjugada com a mortalidade geral referida no item 7.9;
 - 7.12.1:- tabela que expressa, por idade, o encargo médio de herdeiros de um participante de idade x e aposentadoria supletiva anual unitária.
- 7.13:- expectativa de vida utilizada no cálculo do fator previdenciário: IBGE-2006.
 - 7.13.1:- essa expectativa de vida traduz uma estimativa do tempo restante, apurado na data de início do Benefício Básico para pagamento das aposentadorias da Previdência Oficial.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Josefa Hortência da Silva
MIBA 1.211

Alexandre Barbosa da Silva de Pinho
Subdiretor
MIBA 922

Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA Nº 01

¹ Já computado, em relação aos beneficiários do participante, idade, sexo, quantidade etc.

Parecer Atuarial – Plano Petros PQU

O Balanço findo em 31/12/2007 do Plano Petros PQU, CNPB Nº 20.030.025-29, administrado pela FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, apresentou superávit no valor de R\$ 173.872.349,76, cerca de 21,60% do patrimônio líquido (R\$ 804.824.075,76), sendo que R\$ 157.737.931,50 deverão ser mantidos como Reserva de Contingência (Lei Complementar Nº 109, Art. 20) para compensar desvios de hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio eco-nômico-financeiro do plano, e, ainda, R\$ 16.134.418,26, como Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefício.

2:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, avaliadas em R\$ 537.581.847,00 pelo método prospectivo, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

- 2.1:- Benefícios do Plano R\$ 537.581.847,00
- 2.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios R\$ (0,00)
- 2.3:- Outras Contribuições da Geração Atual R\$ (0,00)

3:- Nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, avaliadas em R\$ 93.369.879,00 pelo método recorrente, a partir dos resultados da reavaliação atuarial de 30/09/2007, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

- 3.1:- Benefícios do Plano:
 - 3.1.1:- Geração Atual R\$ 119.300.654,00
 - 3.1.2:- Gerações Futuras R\$ 0,00
- 3.2:- Contribuições:
 - 3.2.1:- Geração Atual R\$ (25.930.775,00)
 - 3.2.2:- Gerações Futuras R\$ (0,00)

4:- O cadastro que serviu de base para o processamento dessa avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

5:- As avaliações desenvolveram-se pelo Regime Financeiro de Capitalização e pelo Método Agregado, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

6:- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos dados levantados nas seguintes datas de referência:

6.1:- No tocante à massa ativa, a data é 30/09/2007. O índice a ser aplicado aos salários para posicioná-los em novembro/2007, indicado no correio eletrônico de 07/12/2007, figura no quadro infra.

PATROCINADORA	ÍNDICE (%)	DATA-BASE
PQU	6,70	novembro/2007

6.2:- No que tange aos assistidos, a data-base é dezembro/2007.

7:- Nessa avaliação, foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais:

- 7.1:- manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio aprovado pela Administração da Entidade;
- 7.2:- taxa real de juros: 6,0% a.a.;
 - 7.2.1:- corresponde à taxa de rentabilidade real anual mínima que deverá ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano Petros PQU.
- 7.3:- projeção de crescimento real de salário: 1,30% a.a. até 48 anos, e nulo, após essa idade, conforme informação da patrocinadora indicada no expediente de 07/12/2007.
 - 7.3.1:- esta premissa expressa a expectativa de crescimento anual dos salários dos participantes-ativos decorrente de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios etc., caso existam.
- 7.4:- projeção de crescimento real do maior salário-de-benefício do INSS: nula;
- 7.5:- projeção de crescimento real do benefício do plano: nula;
- 7.6:- fator de determinação do valor real ao longo do tempo: expressa o ganho atuarial ao longo do tempo, decorrente da perda do poder aquisitivo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS, por força da política de reajuste, atualmente, anual sob um ambiente de inflação mensal:

- 7.6.1:- dos salários: 1,0000;
- 7.6.2:- dos benefícios da entidade: 0,9808;
- 7.6.3:- dos benefícios do INSS: 1,0000.
- 7.7:- gerações futuras de novos entrados: efeitos não computados;
 - 7.7.1:- na avaliação atuarial das provisões matemáticas do exercício findo em 31/12/2007, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados, vez que o Plano Petros PQU está fechado a novas adesões.
- 7.8:- rotatividade: nula;
- 7.9:- tábua de mortalidade geral: AT-2000 por sexo;
 - 7.9.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.
 - 7.10:- tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 por sexo agravada em 100%;
 - 7.10.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido de idade x falecer antes de atingir a idade $x+1$.
 - 7.11:- tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
 - 7.11.1:- tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido de idade x tornar-se inválido antes de atingir a idade $x+1$.
 - 7.12:- encargo médio de herdeiros: experiência STEA conjugada com a mortalidade geral referida no item 7.9;
 - 7.12.1:- tabela que expressa, por idade, o encargo médio de herdeiros de um participante de idade x e aposentadoria supletiva anual unitária.
 - 7.13:- expectativa de vida utilizada no cálculo do fator previdenciário: IBGE-2006.
 - 7.13.1:- essa expectativa de vida traduz uma estimativa do tempo restante, apurado na data de início do Benefício Básico para pagamento das aposentadorias da Previdência Oficial.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Josefa Hortência da Silva
MIBA 1.211

Alexandre Barbosa da Silva de Pinho
Subdiretor
MIBA 922

Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA NO 01

¹ Já computado, em relação aos beneficiários do participante, idade, sexo, quantidade etc.

Parecer Atuarial – Plano Repsol YPF

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31/12/2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos	R\$ 134.539,97
- Benefícios do Plano	R\$ 134.539,97
- Contr. Patr. Sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 9.300.858,27
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 9.300.858,27
- Contribuição Definida	R\$ 9.300.858,27
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. Sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. Sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias .	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 9.435.398,24

Esclarecemos ainda, que:

- por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Contribuição Definida", não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da Patrocinadora e Participantes;
- o cadastro apresentado foi criticado pela EFPC e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de capitalização (Método Financeiro);
- foram adotados os referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar. Conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais:

-Crescimento Real de Salários: Não aplicável

Justificado por *"Trata-se de plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação."*;

-Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicável

Justificada por *"Trata-se de plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação."*;

-Hipótese sobre Rotatividade: Não aplicável

Justificada por *"Trata-se de plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação."*;

-Taxa Real de Juros ao Ano: 6% a.a.

Justificada por *"É a taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da PETROS, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC n.º 18/2006."*

-Indexador: Cota Patrimonial

Justificado por *"O indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do Plano (Artigos 61 e 70).";*

-Crescimento Real de Benefícios do Plano: Não aplicável

Justificado por *"O Regulamento do Plano não prevê crescimento real do benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 70).";*

-Crescimento Real de Maior Salário de Benefícios do INSS: Não aplicável

Justificado por *"Os benefícios previstos no Regulamento do Plano independem do valor do maior salário de benefício do INSS.";*

-Fator de Determinação do Valor Real dos Salários: 1

Justificado por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a.";*

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano: Não aplicável

Justificado por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a.";*

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: Não aplicável

Justificado por *"Os benefícios previstos no Regulamento do Plano independem do valor do benefício do INSS.";*

-Tábua de Mortalidade Geral: AT-83

Justificada por *"A Tábua de Mortalidade Geral foi alterada para atender aos propósitos do Plano de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC n.º 18/2006.";*

-Tábua de Mortalidade de Inválidos: Não aplicável

Justificada por *"Conforme Regulamento do Plano, não está previsto benefício relacionado à mortalidade de inválido.";*

-Tábua de Entrada em Invalidez: Não aplicável

Justificada por *"Conforme Regulamento do Plano, não há avaliação de custo relacionado à entrada em invalidez uma vez que é pago o saldo existente na conta de participante.";*

-Outras tábuas utilizadas: Não há;

-Hipóteses sobre a composição da Família de Pensionistas: Não aplicável

Justificada por *"Foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante.";*

- relativamente ao exercício anterior, foram mantidas as hipóteses, regimes financeiros e método, à exceção da Tábua de Mortalidade Geral AT-83 que substituiu a GAM-71;
- por ocasião da reavaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos que o Plano está equilibrado;
- fica mantido o Plano de custeio para o próximo exercício;
- os detalhes referentes à avaliação atuarial constam no Relatório Atuarial 01/2007.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,
Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano CDSA

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Valores em R\$ 1,00	
- Benefícios Concedidos	R\$ 436.533,15
- Benefícios do Plano	R\$ 436.533,15
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. Da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 2.116.543,24
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 2.398.974,07
- Contribuição Definida	R\$ 2.116.543,24
- Benefício Definido	R\$ 282.430,83
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ - 282.430,83
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 2.553.076,39

Esclarecemos ainda, que:

- em relação à parte do Plano concebida na modalidade de "Contribuição Definida" não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes;
- custeio dos benefícios de risco, "Benefício Definido", será redimensionado anualmente, podendo seu custo variar em função do ingresso ou retirada de participantes muito embora o risco quanto à invalidez e morte esteja sendo repassado a uma seguradora;
- o cadastro apresentado foi analisado e criticado pela PETROS e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de capitalização, método:

-método financeiro para os benefícios programáveis e pensão por morte de participante em gozo de renda de aposentadoria por invalidez, e;

-método agregado para os demais benefícios de risco.

• foram adotados as hipóteses e referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar. Conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

-Taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a.

justificado por *"é a taxa de retorno que de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimento da Petros espelha a capacidade dos investimentos do Plano de obter no longo prazo, rentabilidade real além de correção monetária, observada o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-Indexador: INPC

justificado por *"considerado como referencial para a evolução salarial, utilizando a hipótese de que servirão de base à negociação de reajuste geral da Patrocinadora"*;

-Projeção de Crescimento Real de salários: 2,5% a.a.

alterada, comparativamente ao exercício de 2006 e justificada por *"taxa informada pela Patrocinadora em decorrência da sua Política de Recursos Humanos"*;

-Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: não aplicável;

justificado por: *"os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: não aplicável;

justificado por: *"o Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (artigo 53)"*;

-Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários: 1

justificado por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0%a.a."*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1

justificado por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os benefícios, tendo em vista que a adoção dessa hipótese reduz o valor esperado dos compromissos do plano. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0%a.a."*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: não aplicável

justificado por *"os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do benefício do INSS"*;

-Hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados: 0%a.a.

justificada por *"optou-se por não admitir a influência das Gerações Futuras de Novos Entrados sobre os custos da Geração Atual"*;

-Hipótese sobre rotatividade: 0%a.a.

justificada por *"optou-se por não admitir a influência da rotatividade sobre os custos do plano"*;

-Tábua de mortalidade geral: AT – 49,

justificada por *"foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, considerando as características da massa de participantes e que esta tábua está sendo utilizada para determinação do compromisso do Plano decorrente de morte, até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua"*;

-Tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável

justificado por: *"conforme previsto no Regulamento do Plano"*;

-Tábua de entrada em inválidez: Álvaro Vindas
justificado por *"foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, considerando as características da massa de participantes e que esta tábua está sendo utilizada para determinação do compromisso do Plano decorrente de invalidez, até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua";*

-Outras tábuas biométricas utilizadas: não há
justificado por: *"todas as sinistralidades previstas no Plano já estão cobertas pelas tábuas mencionadas";*

Hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: Experiência VMC / Dados dos Participantes.
justificado por: *"foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, tendo em vista que o tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento do perfil da massa de beneficiários visando ao estudo para aferição da adequação da tábua de herdeiros ou mesmo à elaboração de uma tábua específica para o plano. Após a concessão, é considerada a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante, conforme previsto no regulamento (Artigo 47)";*

- conforme indicação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais atuariais para a parte do Plano de Benefícios concebida na modalidade de contribuição definida:

-Taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a.
justificado por *"é a taxa de retorno que espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006";*

-Indexador: Cota Patrimonial
justificado por *"o indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do plano (Artigo 53)."*

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1
justificado por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os benefícios, tendo em vista que a adoção dessa hipótese reduz o valor esperado dos compromissos do plano. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0%a.a.";*

-Tábua de mortalidade geral: AT-83
alterada, comparativamente ao exercício de 2006 e justificada por *"foi alterada para atender aos propósitos do Plano de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC nº 18/2006";*

-Tábua de mortalidade de inválidos: Ex- IAPC
justificado por *"foi mantida, tendo em vista que: trata-se de uma tábua usual e consagrada no Sistema de Previdência Complementar e o tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação da tábua de mortalidade";*

-Hipótese sobre a composição da família de pensionistas: dados dos participantes
justificado por *"foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante";*

- Informamos que relativamente às hipóteses que nos foram encaminhadas, adotamos as seguintes alterações relativamente à parte do Plano em BD:

-Tábua de Mortalidade Geral – além da AT-49, que adotamos para dimensionamento dos compromissos decorrentes de morte, utilizamos também, a AT-83, para avaliação do compromisso referente à sobrevivência;

-Tábua de Mortalidade de Inválidos – embora não aplicável para os casos de sobrevivência, quando necessária à formulação adotamos a Experiência Ex- IAPC;

-Composição da Família dos Pensionistas – consideramos não aplicável uma vez que esta informação não é considerada na determinação do compromisso do Plano.

- o cadastro de participantes refere-se a 30.09.2007;
- por ocasião da reavaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio;
- este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial;
- o detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 1/2007;
- para o próximo exercício ficam mantidos os atuais percentuais de contribuição do participante e da patrocinadora.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente
Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano Concepa

Cumpramos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
- Benefícios do Plano	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. Da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 205.484,43
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 205.484,43
- Contribuição Definida	R\$ 205.484,43
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 205.484,43

Esclarecemos ainda, que:

- Por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Contribuição Definida", não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes;
- O cadastro apresentado foi criticado pela Petros e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- Foram adotados os referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar;
- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais:

-crescimento real de salários: não aplicável.

justificada por *"Trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados : não aplicável

justificada por *"Trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-hipótese sobre rotatividade: não aplicável.

justificada por *"Trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-taxa Real de Juros ao ano : 6% a.a

justificada por *"É a taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC no 18/ 2006"*;

-indexador: Cota Patrimonial

Justificativa por *"O indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do Plano (Artigos 61 e 70)"*;

-crescimento real de benefícios do Plano : não aplicável.

justificada por *"O Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 70)"*;

-crescimento real de maior salário de benefícios do INSS: não aplicável

justificada por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Salários : 1

justificado por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano: não aplicável

justificada por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: não aplicável

justificada por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do benefício do INSS"*;

-tábua de mortalidade geral: AT-83

justificada por *"A Tábua de Mortalidade Geral foi alterada para atender aos propósitos do Plano de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC no 18/2006"*;

-tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável
justificada por *"Conforme Regulamento do Plano, não está previsto benefício relacionado à mortalidade de inválido"*;

-tábua de entrada em invalidez: não aplicável
justificada por *"Conforme Regulamento do Plano, não há avaliação de custo relacionado à entrada em invalidez uma vez que é pago o saldo existente na conta do participante"*;

-outras tábuas utilizadas: não há
justificada por *"Todas as sinistralidades previstas no plano já estão cobertas pelas tábuas mencionadas"*;

-hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: não aplicável.
justificada por *"Foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante"*;

- Relativamente ao exercício anterior, foram mantidos os referenciais e regimes financeiros, à exceção da Tábua de Sobrevivência que passou da GAM-71 para a AT-83;
- Da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos que o Plano está equilibrado;
- Fica mantido o Plano de custeio para o exercício de 2008;
- Os detalhes sobre a avaliação constam do Relatório Atuarial 01/2007;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de:

-capitalização:

- método financeiro.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Parecer Atuarial – Plano COPESULPREV

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
- Benefícios do Plano	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. Da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 7.732.631,56
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 7.732.631,56
- Contribuição Definida	R\$ 7.732.631,56
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 7.732.631,56
- Fundo Garantidor de Benefício de Risco	R\$ 0,00
- Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco	R\$ 100.532,94

Esclarecemos ainda, que:

- em relação à parte do Plano concebida na modalidade de "Contribuição Definida" não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes;
- quanto à parte de Benefício Definido, o custo poderá variar pelo ingresso ou retirada de participantes, bem como pela não verificação das hipóteses adotadas;
- o cadastro apresentado foi analisado e criticado pela PETROS e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de:
 - repartição simples para os benefícios de risco;
 - capitalização para os benefícios programados – Método Financeiro;
 - foram adotadas as hipóteses e referenciais indicados pela Petros, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha de cada hipótese, constam de documento específico, sobre o qual deixamos de nos manifestar;

- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

-crescimento real de salários: 1,7% a.a.

justificada por *"taxa informada pela Patrocinadora em decorrência da sua política de recursos humanos"*;

-hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados : 0%a.a

justificada por *"optou-se por não admitir a influência das gerações Futuras de Novos Entrados sobre os custos da Geração atual"*;

-hipótese sobre rotatividade: 0%a.a.

justificada por *"optou-se por não admitir a influência da rotatividade sobre os custos do plano"*;

-taxa Real de Juros ao ano : 6% a.a

justificada por *"É a taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC no 18/ 2006"*;

-indexador: Cota Patrimonial

justificada por *"O indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do plano (Artigos 47 e 48)"*;

-crescimento real de benefícios do Plano : Não Aplicável

justificada por *"O Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigos 47 e 48)"*;

-crescimento real de maior salário de benefícios do INSS: não aplicável

justificada por *"os benefícios previsto no plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Salários : 1

justificada por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1

justificada por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os benefícios, tendo em vista que a adoção dessa hipótese reduz o valor esperado dos compromissos do plano. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: não aplicável

justificada por *"os benefícios previsto no Regulamento do Plano, independem do valor dos benefícios do INSS"*;

-tábua de mortalidade geral: CSO-58

justificada por *"Foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, considerando as características da massa de participantes, e que esta tábua está sendo utilizada para determinação do compromisso do Plano decorrente de morte, até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua"*;

-tábua de mortalidade de inválidos: Não Aplicável

justificada por *"Conforme Regulamento do Plano, não há avaliação de custo relacionado à mortalidade de inválido uma vez que o benefício a ser concedido no caso de morte de inválido considera o saldo existente na conta do participante"*;

-tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;

justificada por *"Foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, considerando as características da massa de participantes, e que esta tábua está sendo utilizada para determinação do compromisso do Plano decorrente de invalidez, até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua"*;

-outras tábuas utilizadas: não há;

justificada por *"todas as sinistralidades previstas no Plano, já estão cobertas pelas tábuas mencionadas"*;

-hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: não aplicável justificada por *"conforme Regulamento do Plano, não há avaliação de custo relacionada ao compromisso com a família de pensionistas, uma vez que o benefício a ser concedido aos beneficiários, no caso de morte de participante, considera o saldo existente na conta do participante"*;

- Relativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses atuariais, regimes financeiros e métodos, à exceção da Tábua de Mortalidade Geral, que passou de GAM-71 para AT-83;

- Relativamente a Crescimento Real de Salários consideramos a hipótese com não aplicável em função do regime financeiro adotado no cálculo;

- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais para a parte do Plano de Benefícios concebida na modalidade de contribuição definida:

-taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a

justificada por *"É a taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1

justificada por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os benefícios, tendo em vista que a adoção desta hipótese reduz o valor esperado dos compromissos do plano. Dessa forma, adotou-se fator compatível com inflação de 0% a.a."*;

-tábua de mortalidade geral: AT-83

justificada por *"A Tábua de Mortalidade Geral foi alterada para atender aos propósitos da Petros de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-tábua de mortalidade de inválidos: Ex- IAPC

justificada por *"A Tábua de Mortalidade de Inválidos foi mantida, tendo em vista que:*

-Trata-se de tábua usual e consagrada no Sistema de Previdência Complementar, utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos;

-O tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação da tábua de mortalidade";

-hipótese sobre a composição da família de pensionistas: dados dos participantes

justificada por *"Foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante"*;

- o cadastro de participantes refere-se a 30.09.2007;

- da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio;

- os detalhes encontram-se no Relatório Atuarial 1/2007;

- foi constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco de R\$ 100.532,94 destinado à cobertura da sinistralidade e seus desvios;

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente

Marília Vieira Machado da Cunha Castro

Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano DBA

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos	R\$ 286.739,29
- Benefícios do Plano	R\$ 286.739,29
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. Da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 6.649.799,76
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 6.883.862,82
- Contribuição Definida	R\$ 6.052.203,15
- Benefício Definido	R\$ 831.659,67
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ -234.063,06
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 6.936.539,05
- Fundo Garantidor de Benefício de Risco	R\$ 2.111.279,40
- Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco	R\$ 1.224.747,96

Esclarecemos ainda, que:

- em relação à parte do Plano concebida na modalidade de "Contribuição Definida" não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes;
- o custeio dos benefícios de risco, "Benefício Definido", será redimensionado anualmente, podendo seu custo variar em função do ingresso ou retirada de participantes ou discrepância entre as hipóteses adotadas no cálculo e a variação salarial, incidência de invalidez ou doença ou rentabilidade obtida na aplicação de recursos observadas;
- o cadastro apresentado foi analisado e criticado pela PETROS e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de:
 - repartição simples para o auxílio doença;
 - capitalização:
- método agregado para os demais benefícios de risco, e;

- método financeiro para os benefícios programáveis;
- foram adotados as hipóteses e referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar. Conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

-Taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a

justificada por *"taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-Indexador: Cota Patrimonial

justificada por *"o indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do plano (Artigo 55)"*;

-Projeção de Crescimento Real de salários: 2% a.a.

justificada por *"taxa informada pela Patrocinadora compatível com a sua política de Recursos Humanos"*;

-Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: não aplicável

justificada por *"os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: não aplicável

justificada por *"o Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 55)"*;

-Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários: 1

justificado por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1

justificada por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os benefícios, tendo em vista que a adoção dessa hipótese reduz o valor esperado do compromisso do plano. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: não aplicável

justificada por *"os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do benefício do INSS"*

-Hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados: 0%a.a

justificada por *"optou-se por não admitir a influência das Gerações Futuras de Novos Entrados sobre os custos da Geração Atual"*;

-Hipótese sobre rotatividade: 0%a.a.

justificada por *"optou-se por não admitir a influência da Rotatividade sobre os custos do Plano"*;

-Tábua de mortalidade geral: CSO - 58

justificada por *"foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada tendo em vista que esta tábua, que apresenta probabilidades de mortalidades significativas é utilizada para avaliação dos benefícios de risco para o participante ativo, conferindo mais segurança ao plano e o tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação da tábua de mortalidade"*;

-Tábua de mortalidade de inválidos: Ex- IAPC

justificada por *"foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada tendo em vista que esta tábua, que apresenta probabilidades de mortalidade significativas é utilizada para avaliação do benefício por morte do participante inválido, conferindo mais segurança ao plano e o tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação da tábua de mortalidade de inválidos e trata-se de tábua usual e consagrada no mercado"*;

-Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas

justificada por *"foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada tendo em vista que esta tábua, que apresenta probabilidades de invalidez significativas é utilizada para avaliação dos benefícios de aposentadoria por invalidez, conferindo mais segurança ao plano e o tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação da tábua de entrada em invalidez e trata-se de tábua usual e consagrada no mercado";*

-Outras tábuas biométricas utilizadas: Exp. VMC

justificada por *"foi admitido que cada participante utilize o auxílio-doença 5 dias ao ano, conferindo mais segurança ao plano. O tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação dessas hipótese"*

-Hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: não aplicável

justificada por *"conforme previsto no Regulamento do Plano (Artigo 40)";*

- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais para a parte do Plano de Benefícios concebida na modalidade de contribuição definida:

-Taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a

justificada por *"taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006";*

-Indexador: Cota Patrimonial

justificada por *"o indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do Plano (artigo 55)";*

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1

justificada por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os benefícios, tendo em vista que a adoção dessa hipótese reduz o valor esperado dos compromissos do plano. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a.";*

-Tábua de mortalidade geral: AT-83

justificado por *"foi alterada para atender aos propósitos do Plano de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC nº 18/2006";*

-Tábua de mortalidade de inválidos: Ex- IAPC

justificada por *"foi mantida, tendo em vista que: trata-se de uma tábua usual e consagrada no Sistema de Previdência Complementar e o tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação da tábua de mortalidade";*

-Hipótese sobre a composição da família de pensionistas: dados dos participantes

justificada por *"foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante";*

- Esclarecemos que deixamos de considerar a tábua CSO-58 como Mortalidade Geral na parte de risco uma vez que o benefício decorrente de morte não é concebido na modalidade de Benefício Definido e consideramos a Tábua de Mortalidade AT-83 nos casos de sobrevivência;
- o cadastro de participantes refere-se a 31.05.2007;
- por ocasião da reavaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio;
- este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial;

- o detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 1/2007;
- foi constituído o Fundo Garantidor de Benefício de Risco no valor de R\$ 2.111.279,40 e o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco de R\$ 1.224.747,96 ambos destinados à cobertura de sinistralidade e seus desvios;
- para o próximo exercício ficam mantidos os atuais percentuais de contribuição do participante e da patrocinadora.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente
Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano FIEPEPREV

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Valores em R\$ 1,00	
- Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
- Benefícios do Plano	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 2.916.769,73
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 2.916.769,73
- Contribuição Definida	R\$ 2.916.769,73
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 2.916.769,73
- Fundo Garantidor de Benefícios de Risco	R\$ 513.346,05

Esclarecemos ainda, que:

- Para a parte do plano concebida na modalidade de "Contribuição Definida", Benefícios Programáveis, não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a determinação da patrocinadora e participantes;

- O custeio dos benefícios de risco, "Benefício Definido", será redimensionado anualmente, podendo seu custo variar em decorrência da não verificação das hipóteses, isto é, de acordo com a evolução da massa de participantes, bem como da escolha quanto aos percentuais de contribuição, não devendo, entretanto elevar as contribuições patronais ou pessoais;
- O cadastro apresentado foi criticado pela Petros e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- Foram adotados as hipóteses e referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico;
- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

-taxa Real de Juros ao ano : não aplicável
justificada por *"Os benefícios de risco estão sendo avaliados no regime de repartição simples"*;

-indexador: Cota Patrimonial / INPC
justificativa: *"Corresponde aos conceitos prescritos no Regulamento do Plano"*;

-crescimento real de benefícios do Plano : não aplicável
justificada por *"conforme previsto no Regulamento do Plano"*;

-crescimento real de maior salário de benefícios do INSS: não aplicável
justificada por *"conforme previsto no Regulamento do Plano"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Salários : 1
justificado por *"considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: não aplicável
justificada por *"conforme previsto no Regulamento do Plano"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: não aplicável
justificada por *"conforme previsto no Regulamento do Plano"*;

-tábua de mortalidade geral: CSO-58
justificativa: *"A opção pela tábua CSO 58 por ser mais conservadora em virtude do reduzido número de participantes neste plano recém criado"*;

-tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável
justificativa: *"conforme disposto no Regulamento do Plano"*;

-tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas
justificada por *"mantida até que, considerando novos estudos, haja indicação de mudança"*;

-outras tábuas utilizadas: não há

-hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: não aplicável
justificada por *"conforme previsto no Regulamento do Plano"*;

-crescimento real de salários: não aplicável
justificativa: *"Os benefícios de risco estão sendo avaliados no regime de repartição simples"*;

-hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados : não aplicável
justificativa: *"Os benefícios de risco estão sendo avaliados no regime de repartição simples"*;

-hipótese sobre rotatividade: não aplicável
justificativa: *"Os benefícios de risco estão sendo avaliados no regime de repartição simples"*;

- Relativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método, inclusive quanto à taxa de morbidez adotada (experiência VMC);
- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais para a parte do Plano de Benefícios concebida na modalidade de contribuição definida:

-taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a
justificada por *"este percentual é um balizador para a retirada do recurso e não serve de base para a determinação de custos do Plano"*;

-indexador: Cota Patrimonial
justificada por *"conforme previsto no Regulamento do Plano"*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1
justificada por *"Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator compatível com a inflação de 0% a.a"*;

-tábua de mortalidade geral: GAM – 71
justificado por *"esta tábua é balizadora para a retirada do recurso e não serve de base para a determinação de custos do Plano"*;

-tábua de mortalidade de inválidos: Ex- IAPC
justificada por *"esta tábua é balizadora para a retirada do recurso e não serve de base para a determinação de custos do Plano"*;

-hipótese sobre a composição da família de pensionistas: informado pelo participante por ocasião da concessão do benefício justificada por *"conforme previsto no Regulamento do Plano"*;

- Para o exercício de 2008, o percentual de contribuição a ser destinado à cobertura dos benefícios de risco e a administração é de 31,1445 % da contribuição normal vertida pela patrocinadora;
- Os detalhes sobre o cálculo constam do Relatório Atuarial 01/2007;
- Na comparação desses resultados com o Patrimônio Líquido do Plano, constatamos o equilíbrio
- Tendo em vista as características da massa de participantes foi constituído o Fundo Garantidor de Benefício de Risco no valor de R\$ 513.346,05 para cobertura de eventuais desvios;
- Fica mantido o plano de custeio para o exercício de 2008;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de:
 - Repartição Simples: renda de auxílio-doença, renda de aposentadoria por invalidez e renda de pensão por morte;
 - Capitalização: método financeiro para os demais benefícios;

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente
Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano IBAPrev

Cumpra-se declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
- Benefícios do Plano	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. Da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 1.674.487,20
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 1.674.487,20
- Contribuição Definida	R\$ 1.674.487,20
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 1.674.487,20

Esclarecemos ainda, que:

- por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Contribuição Definida", não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção dos participantes;
- o cadastro apresentado, posicionado em 30.04.2007, foi analisado e criticado pela PETROS e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de capitalização, método financeiro;
- foram adotados os referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar;
- conforme recomendação do Instituidor e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais:
 - crescimento real de salários: Não Aplicável
justificada por *"O Plano de Custeio não prevê a utilização dessa hipótese"*;
 - hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados : Não aplicável;
justificada por *"Trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-hipótese sobre rotatividade: Não Aplicável;
justificada por *"Trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-taxa Real de Juros ao ano : 6% a.a
justificada por *"É a taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-indexador: INPC / Cota Patrimonial
justificada por *"O indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do plano (Artigos 15 e 47)"*;

-crescimento real de benefícios do Plano : Não Aplicável
justificada por *"O Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 47)"*;

-crescimento real de maior salário de benefícios do INSS: Não aplicável
justificada por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Salários: não aplicável
justificada por *"O Plano de Custeio não prevê a utilização dessa hipótese"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano: Não Aplicável
justificada por *"O Regulamento do plano não prevê a influência do nível inflacionário sobre o Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 48)"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: Não aplicável
justificada por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do benefício do INSS"*;

-tábua de mortalidade geral: AT-83
justificada por *"A Tábua de Mortalidade Geral foi alterada para atender aos propósitos do Plano de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC no 18/2006"*;

-tábua de mortalidade de inválidos: Ex IAPC
justificada por *"Foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, tendo em vista que:"*

- Esta tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos;
- O tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação da tábua de mortalidade de inválidos e, trata-se de tábua usual e consagrada no mercado";

-tábua de entrada em invalidez: Não Aplicável
justificada por *"Conforme Regulamento do Plano, que não prevê Benefícios que se utilize dessa tábua"*;

-outras tábuas utilizadas: não há
justificada por *"Todas as sinistralidades previstas no plano já estão cobertas pelas tábuas mencionadas"*;

-hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: dados do participante
justificada por *"Foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante"*;

- relativamente ao exercício anterior, foram mantidos os referenciais, regimes financeiros e método, à exceção da hipótese de rotatividade e de novos entrados, que passou de 0%a.a., para não aplicável, e a Tábua de Mortalidade Geral, que

passou da AT-49 para AT-83;

- por tratar-se de Plano instituído contará, em princípio, com as contribuições vertidas pelos participantes, entretanto, neste exercício, observamos o recolhimento de contribuição por parte de empregador;
- da comparação dos resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio;
- o detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 1/2007;
- fica mantido o plano de custeio para o exercício de 2008.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente
Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano IBP

Cumpramos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
- Benefícios do Plano	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. Da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 1.784.433,26
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 1.784.433,26
- Contribuição Definida	R\$ 1.784.433,26
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas .	R\$ 1.784.433,26

Esclarecemos ainda, que:

- Por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Contribuição Definida", não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes;
- O cadastro apresentado foi criticado pela Petros e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- Foram adotados os referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar;
- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais:

-crescimento real de salários: não aplicável

justificada por *"trata-se de plano de benefício concebido na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação."*;

-hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados : não aplicável

justificada por *"trata-se de plano de benefício concebido na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação."*;

-hipótese sobre rotatividade: não aplicável.

justificada por *"trata-se de plano de benefício concebido na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação."*;

-taxa Real de Juros ao ano : 6% a.a

justificada por *"É a taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-indexador: Cota Patrimonial

Justificativa por *"O indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do Plano (Artigos 63 e 72)"*;

-crescimento real de benefícios do Plano : não aplicável.

justificada por *"O Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 72)"*;

-crescimento real de maior salário de benefícios do INSS: não aplicável

justificada por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Salários : 1

justificado por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano: não aplicável

justificada por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: não aplicável

justificada por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do benefício do INSS"*;

-tábua de mortalidade geral: AT-83

justificada por *"A Tábua de Mortalidade Geral foi alterada para atender aos propósitos do Plano de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC no 18/2006"*;

-tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável
justificada por *"Conforme Regulamento do Plano, não está previsto benefício relacionado à mortalidade de inválido"*

-tábua de entrada em invalidez: não aplicável
justificada por *"Conforme Regulamento do Plano, não há avaliação de custo relacionado à entrada em invalidez uma vez que é pago o saldo existente na conta do participante";*

-outras tábuas utilizadas: não há
justificada por *"Todas as sinistralidades previstas no plano já estão cobertas pelas tábuas mencionadas";*

-hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: não aplicável
justificada por *"Foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante";*

- Relativamente ao exercício anterior, foram mantidos os referenciais e regimes financeiros, à exceção da Tábua de Sobrevivência que passou da GAM-71 para a AT-83;
- Da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio;
- Fica mantido o Plano de custeio para o exercício de 2008;
- Detalhes sobre o cálculo constam do Relatório Atuarial 1/2007;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de:
 - capitalização:
- método financeiro.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente
Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano PQU PREVIDÊNCIA

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Valores em R\$ 1,00	
- Benefícios Concedidos	R\$ 284.419,32
- Benefícios do Plano	R\$ 284.419,32
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 6.171.803,68
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 9.925.870,53
- Contribuição Definida	R\$ 4.837.526,69
- Benefício Definido	R\$ 5.088.343,84
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ (3.754.066,85)
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 6.456.223,00
- Fundo Garantidor de Benefícios de Risco	R\$ 336.770,35
- Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco	R\$ 88.739,89

Esclarecemos ainda, que:

- Em relação a parte do Plano concebida no regime de "Contribuição Definida" não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes. Quanto à parte em "Benefício Definido", o custo poderá variar pelo ingresso ou retirada de participantes, bem como pela não verificação das hipóteses adotadas;
- O cadastro apresentado foi criticado pela Petros e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- Foram adotadas as hipóteses e referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar;
- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:
 - crescimento real de salários: 1,3% a.a.
alterada com a justificativa: "Taxa informada pela Patrocinadora em decorrência da Política de Recursos Humanos da Empresa.";

-hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados : 0%a.a
justificativa: *"Optou-se por não admitir a influência das Gerações Futuras de Novos Entrados sobre os custos da Geração Atual."*;

-hipótese sobre rotatividade: 0%a.a.
justificativa: *"Optou-se por não admitir a influência da rotatividade sobre os custos do plano."*;

-taxa Real de Juros ao ano : 6% a.a
justificada por *"É a taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC no 18/ 2006"*;

-indexador: IPCA
justificativa: *"O indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do plano (Artigo 34)"*;

-crescimento real de benefícios do Plano : não aplicável
justificada por *"O Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 34)"*;

-crescimento real de maior salário de benefícios do INSS: não aplicável
justificada por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Salários : 1
justificado por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano: 1
justificada por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os benefícios, tendo em vista que a adoção dessa hipótese reduz o valor esperado dos compromissos do plano. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a"*;

-fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: não aplicável
justificada por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do benefício do INSS"*;

-tábua de mortalidade geral: CSO-58
justificativa: *"Foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, considerando as características da massa de participantes e dessa parte do Plano de Benefícios composta de benefício de risco até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua"*;

-tábua de mortalidade de inválidos: ex-IAPC
justificativa: *"Foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, considerando as características da massa de participantes e dessa parte do Plano de Benefícios e até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua"*;

-tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas
justificada por *"Foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, considerando as características da massa de participantes e dessa parte do Plano de Benefícios composta de benefício de risco até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua"*;

-outras tábuas utilizadas: não há
justificada por *"Todas as sinistralidades previstas no plano já estão cobertas pelas tábuas mencionadas"*;

-hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: Hx experiência VMC
justificada por *"Foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, considerando as características da massa de participantes está sendo adotada e experiência regional"*;

- Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses, regimes financeiros e método, exceto quanto ao crescimento salarial que passou de 1,5% a.a para 1,3% a.a e a tábua de sobrevivência que passou de GAM-83 para AT-83;

- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais para a parte do Plano de Benefícios concebida na modalidade de contribuição definida:

- taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a

justificada por *"É a taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC no 18/2006"*;

- Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano : 1

justificada por *"Optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os benefícios, tendo em vista que a adoção dessa hipótese reduz o valor esperado dos compromissos do plano. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

- tábua de mortalidade geral: AT – 83

justificado por *"A Tábua de Mortalidade Geral foi alterada para atender aos propósitos da Petros de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC no 18/2006"*;

- tábua de mortalidade de inválidos: Ex- IAPC

justificada por *"A Tábua de Mortalidade de Inválidos foi mantida, tendo em vista as características da massa de participantes e até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua"*;

- hipótese sobre a composição da família de pensionistas: dados dos participantes

justificada por *"Foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após o falecimento do participante"*;

- indexador : Cota Patrimonial

justificativa: *"O indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do plano (Artigo 34)"*;

- Quanto aos referenciais, houve alteração da tábua de sobrevivência de GAM-83 para AT-83;

- Por ocasião da avaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio;

- Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2008;

- Foi constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco no valor de R\$ 88.739,89 e o Fundo de Cobertura de Oscilação de Benefício de Risco no valor de R\$ 336.770,35 destinados à cobertura de sinistralidade e seus desvios;

- Detalhes quando a essa avaliação atuarial constam do Relatório Atuarial 01/2007;

- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de:

- Repartição Simples: renda de auxílio-doença;

- Capitalização: método agregado para os benefícios e risco e financeiro para os demais benefícios;

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente

Marília Vieira Machado da Cunha Castro

Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano ALESAT

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Valores em R\$ 1,00	
- Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
- Benefícios do Plano	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. Da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$1.882.461,68
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$1.882.461,68
- Contribuição Definida	R\$1.882.461,68
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 1.882.461,68

Esclarecemos ainda, que:

- por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Contribuição Definida", não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes;
- o cadastro apresentado foi avaliado e criticado pela PETROS e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do Plano foi dimensionado segundo o regime financeiro de capitalização, método financeiro;
- Foram adotados os referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar.
- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais:

-Taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a.

justificado por "taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006";

-Indexador: Cota Patrimonial

justificado por "o indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do Plano (Artigos 60 e 69)";

-Projeção de Crescimento Real de Salário: não aplicável.
justificado por *"trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: não aplicável;
justificado por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: não aplicável;
justificado por *"O Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 69)"*;

-Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários: 1
justificado por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade: não aplicável;
justificado por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS: não aplicável;
justificado por *"os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do benefício do INSS"*;

-Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: não aplicável;
justificado por *"trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-Hipótese sobre Rotatividade: não aplicável;
justificado por *"trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-Tábua de mortalidade geral: AT-83
justificado por *"a tábua de Mortalidade Geral foi alterada para atender aos propósitos do Plano de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-Tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável;
justificado por *"conforme Regulamento do Plano, não está previsto benefício relacionado à mortalidade de inválido"*;

-Tábua de entrada em invalidez: não aplicável;
justificado por *"conforme Regulamento do Plano, não há avaliação de custo relacionado à entrada em invalidez uma vez que é pago o saldo existente na conta do participante"*;

-Outras tábuas biométricas utilizadas: não há;
justificado por *"todas as sinistralidades previstas no plano já estão cobertas pelas tábuas mencionadas"*;

-Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas: não aplicável
justificado por *"foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após falecimento do participante"*;

•Relativamente ao exercício anterior, foram mantidos os referenciais e regimes financeiros, à exceção da Tábua de Sobrevivência que passou da GAM-71 para a AT-83;

- o cadastro de participantes refere-se a 31.10.2007;
- por ocasião da avaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio;
- este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial;
- o detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 2/2007.
- fica mantido o Plano de custeio para o exercício de 2008;

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente
 Marília Vieira Machado da Cunha Castro
 Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano Transpetro

Cumpramos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Valores em R\$ 1,00

- Benefícios Concedidos	R\$ 44.908,95
- Benefícios do Plano	R\$ 44.908,95
- Contr. Patr. sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. Da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 52.848.685,79
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 52.848.685,79
- Contribuição Definida	R\$ 52.848.685,79
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 52.893.594,74

Esclarecemos ainda, que:

- por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Contribuição Definida", não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes;

- o cadastro apresentado foi avaliado e criticado pela PETROS e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- a semelhança do exercício anterior, o compromisso do Plano foi dimensionado segundo o regime financeiro de capitalização, método financeiro;
- Foram adotados os referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar.
- conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais atuariais:

-Taxa Real de Juros ao ano: 6% a.a.

justificado por *"taxa de retorno que, de acordo com a avaliação econômica da Assessoria de Planejamento de Investimentos da Petros, espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-Indexador: Cota Patrimonial

justificado por *"o indexador foi definido em conformidade com o Regulamento do Plano (Artigos 62 e 71)"*;

-Projeção de Crescimento Real de Salário: não aplicável.

justificado por *"trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: não aplicável;

justificado por *"Os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do Maior Salário de Benefício do INSS"*;

-Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: não aplicável;

justificado por *"O Regulamento do plano não prevê Crescimento Real do Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 71)"*;

-Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários: 1

justificado por *"optou-se por não admitir a influência do nível inflacionário sobre os custos do plano, tendo em vista que esta hipótese é redutora dos valores apresentados. Dessa forma, adotou-se fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade: não aplicável;

justificado por *"o Regulamento do plano não prevê a influência do nível inflacionário sobre o Benefício, dispondo exclusivamente sobre a sua atualização (Artigo 71)."*;

-Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS: não aplicável;

justificado por *"os benefícios previstos no Regulamento do plano independem do valor do benefício do INSS"*;

-Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: não aplicável;

justificado por *"trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-Hipótese sobre Rotatividade: não aplicável;

justificado por *"trata-se de Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, motivo pelo qual esta premissa não influencia os cálculos atuariais considerados na sua Avaliação"*;

-Tábua de mortalidade geral: AT-83

justificado por *"a tábua de Mortalidade Geral foi alterada para atender aos propósitos do Plano de buscar a manutenção vitalícia do benefício, mesmo nos casos em que a tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos. Nesse sentido, está sendo proposta a adoção da tábua mínima prevista na Resolução CGPC nº 18/2006"*;

-Tábua de mortalidade de inválidos: Ex-IAPC;

justificado por *"foi mantida a tábua que já vinha sendo utilizada, tendo em vista que: está tábua é utilizada meramente para determinação do ritmo de saque dos recursos e o tempo de existência do plano ainda não permite o levantamento de dados necessários ao estudo para aferição da adequação da tábua de mortalidade de inválidos e, trata-se de tábua usual e consagrada no mercado"*;

-Tábua de entrada em invalidez: não aplicável;

justificado por *"conforme Regulamento do Plano, não há avaliação de custo relacionado à entrada em invalidez uma vez que o benefício considera o saldo existente na conta do participante"*;

-Outras tábuas biométricas utilizadas: não há;

justificado por *"todas as sinistralidades previstas no plano já estão cobertas pelas tábuas mencionadas"*;

-Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas: dados do participante

justificado por *"foi mantida a utilização dos dados do participante para fins do cálculo por equivalência atuarial do benefício do plano, tendo em vista tratar-se da melhor hipótese para dimensionamento do ritmo de saque dos recursos após falecimento do participante"*;

- Relativamente ao exercício anterior, foram mantidos os referenciais e regimes financeiros, à exceção da Tábua de Sobrevivência que passou da GAM-71 para a AT-83;
- o cadastro de participantes refere-se a 31.10.2007;
- por ocasião da avaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio;
- este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial;
- o detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 1/2007;
- fica mantido o Plano de custeio para o exercício de 2008.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente
Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano Triunfo vida

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31/12/2007, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Valores em R\$ 1,00

- Benefícios Concedidos	R\$ 1.330.576,81
- Benefícios do Plano	R\$ 1.330.576,81
- Contr. Patr. Sobre Benefícios	R\$ 0,00
- Outras Contr. da Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benefícios a Conceder	R\$ 7.734.512,40
- Benefícios do Plano com a Ger. Atual	R\$ 7.734.512,40
- Contribuição Definida	R\$ 7.734.512,40
- Benefício Definido	R\$ 0,00
- Contr. Patr. Sobre Benef. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Atual	R\$ 0,00
- Benef. do Plano com as Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Contr. Patr. Sobre Benef. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Outras Contr. Ger. Futuras	R\$ 0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00
- Serviço Passado	R\$ 0,00
- Déficit Equacionado	R\$ 0,00
- Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$ 9.065.089,21
- Fundo de Oscilação de Risco-Previdencial	R\$ 52.076,34
- Fundo Garantidor do Benefício de Risco	R\$ 1.056.327,46

Esclarecemos ainda, que:

- Em relação à parte do Plano concebida na modalidade de "Contribuição Definida" não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da Patrocinadora e Participantes. Quanto à parte em "Benefício Definido", o custo poderá variar pelo ingresso ou retirada de Participantes, bem como pela não verificação das hipóteses adotadas;
- O cadastro apresentado foi criticado pela EFPC e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável;
- A semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de:
 - Repartição de Capitais de Cobertura: Benefícios de Risco;
 - Capitalização (Método Financeiro): Demais benefícios;
- Foram adotadas as hipóteses e referenciais indicados pela PETROS, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico sobre as quais deixamos de nos manifestar. Conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:
 - Crescimento Real de Salários: Não aplicávelJustificado por "O regime financeiro não pressupõe evolução do compromisso.";

-Hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados: Não aplicável
Justificada por *"O regime financeiro não pressupõe evolução do compromisso."*;

-Hipótese sobre Rotatividade: Não aplicável
Justificada por *"O regime financeiro não pressupõe evolução do compromisso."*;

-Taxa Real de Juros ao Ano: 6% a.a.
Justificada por *"Taxa de retorno que espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC nº 18/2006."*;

-Indexador: Cota Patrimonial / INPC
Justificado por *"Conforme previsto no Regulamento do Plano e considerando o indexador como base para a negociação salarial."*;

-Crescimento Real de Benefícios do Plano: Não aplicável
Justificado por *"Conforme previsto no Regulamento do Plano."*;

-Crescimento Real de Maior Salário de Benefícios do INSS: Não aplicável
Justificado por *"Conforme previsto no Regulamento do Plano."*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Salários: 1
Justificado por *"Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator compatível com a inflação de 0% a.a."*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: Não aplicável
Justificado por *"Conforme previsto no Regulamento do Plano."*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: Não aplicável
Justificado por *"Conforme previsto no Regulamento do Plano."*;

-Tábua de Mortalidade Geral: CSO-58
Justificada por *"Considerando as características da massa de participantes e que essa tábua está sendo utilizada para avaliação de benefício decorrente de morte de participante e até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua, foi mantida a tábua que vinha sendo adotada."*;

-Tábua de Mortalidade de Inválidos: Ex-IAPC
Justificada por *"Considerando as características da massa de participantes e até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua, foi mantida a hipótese adotada no exercício anterior."*;

-Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
Justificada por *"Considerando as características da massa de participantes e até que se realize estudo para aferição da adequação da tábua, foi mantida a hipótese adotada no exercício anterior."*;

-Outras tábuas utilizadas: Não há

-Hipóteses sobre a composição da família de pensionistas: Dados do participante para concessão dos benefícios e experiência VMC para os benefícios a conceder
Justificada por *"Conforme previsto no Regulamento do Plano para a concessão de benefícios e tendo em vista a característica da massa de participantes, optamos pela adoção da experiência regional no caso de benefícios a conceder."*

•Esclarecemos que consideramos o Crescimento Real de Salários, Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados e Hipótese sobre Rotatividade como não aplicável, pois o regime financeiro não pressupõe evolução do compromisso;

•Conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais para a parte do Plano de Benefícios concebida na modalidade de Contribuição Definida:

-Taxa Real de Juros ao Ano: 6% a.a.

Justificada por *"Taxa de retorno que espelha a capacidade dos investimentos do plano de obter, no longo prazo, rentabilidade real além da correção monetária, observado o limite máximo previsto na Resolução CGPC n.º 18/2006."*;

-Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1

Justificada por *"Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator compatível com a inflação de 0% a.a.";*

-Tábua de Mortalidade Geral: GAM-71

Justificada por *"Foi mantida, tendo em vista tratar-se meramente de determinante do ritmo de saque do recurso, não implicar o dimensionamento de compromisso considerando a longevidade do participante e não estar subordinada ao disposto na Resolução CGPC n.º 18/2006.";*

-Tábua de Mortalidade de Inválidos: Ex-IAPC

Justificada por *"Foi mantida, tendo em vista tratar-se meramente de determinante do ritmo de saque do recurso, não implicar o dimensionamento de compromisso considerando a longevidade do participante e não estar subordinada ao disposto na Resolução CGPC n.º 18/2006.";*

-Hipótese sobre a composição da Família de Pensionistas: Dados dos participantes

Justificada por *"Conforme previsto no Regulamento do Plano."*

- Relativamente ao último DRAA apresentado, não houve alteração nas hipóteses, referenciais, regimes financeiros e métodos adotados;
- Da comparação dos resultados obtidos com o patrimônio líquido do Plano, constatamos que o Plano está equilibrado;
- Foi constituído o Fundo de Oscilação de Risco – Previdencial no valor de R\$ 52.076,34 e o Fundo Garantidor do Benefício de Risco no valor de R\$ 1.056.327,46 destinados à cobertura de sinistralidade e seus desvios;
- O Plano de custeio foi alterado para implementação da paridade contributiva entre Participantes e Patrocinadoras relativamente a Contribuição Normal de Risco que passou a corresponder a 0,23% incidentes sobre o salário real de contribuição mais 1,0596% incidentes sobre a parte do salário real de contribuição que ultrapasse a 2.383,38 UPTP. Por outro lado, considerando a expressão do Fundo Garantidor do Benefício de Risco, comparativamente ao custo anual do benefício, fica dispensado para o exercício de 2008 o recolhimento dessa contribuição;
- Os detalhes quanto ao cálculo constam do Relatório Atuarial 01/2007.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,
Marília Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial – Plano TERMOPREV

A Avaliação Atuarial do Plano TERMOPREV cuja patrocinadora é a Ibiritermo S.A, relativa ao encerramento do exercício de 2007, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 31/10/2007.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de outubro/2007 foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

O Plano de Benefícios é delineado segundo a modalidade de Contribuição Definida, sendo totalmente financeiro, portanto, não há riscos atuariais.

Na transformação do Saldo de Conta em Benefício por prazo indeterminado é utilizada a equivalência atuarial, entretanto, com a extinção do Saldo de Conta acabam-se as obrigações do Plano.

A Correção das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na Petros.

A contribuição ordinária do Participante, de caráter obrigatório e mensal, corresponde a percentual incidente sobre o Salário Real de Contribuição, livremente escolhido pelo Participante de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento), variando em intervalos de 0,5 ponto percentual. A contribuição ordinária da Patrocinadora, de caráter obrigatório e mensal, corresponde a um valor igual à contribuição ordinária do Participante Ativo.

As Despesas Administrativas são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas para o Plano.

As Contribuições e Provisões Matemáticas são contabilizadas segundo o Regime de Caixa, sendo adotada as diretrizes estipuladas na Planificação Contábil Padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 92.633,98, posicionada em 31/12/2007. Desse valor, R\$ 46.316,99 corresponde ao Saldo de Conta patronal e R\$ 46.316,99 ao saldo de conta pessoal.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 92.633,98
Exigível Operacional	R\$0,00
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 92.633,98
Fundos	R\$ 0,00

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano Termoprev de Contribuição Definida encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

É o nosso parecer

Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

Parecer Atuarial – Plano CRAPREV

A Avaliação Atuarial do Plano Previdenciário CRAPREV cujos instituidores são o Conselho Regional de Administração de Santa Catarina, o Conselho Regional de Administração do Espírito Santo e Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, relativa ao encerramento do exercício de 2007, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 31/10/2007 com o objetivo de identificar sua situação e propor um plano de custeio para o exercício de 2008.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de outubro/2007 foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais. São 94 participantes com idade média de 39,29 anos. O Plano de Benefícios é delineado segundo a modalidade de Contribuição Definida, sendo totalmente financeiro, portanto, não há riscos atuariais.

Na transformação do Saldo de Conta em Benefício por prazo indeterminado é utilizada a equivalência atuarial, entretanto, com a extinção do Saldo de Conta acabam-se as obrigações do Plano.

A Correção das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na PETROS. As contribuições são escolhidas livremente pelos participantes de acordo com o especificado no Regulamento do Plano.

As Despesas Administrativas são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas pelo participante para o Plano.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$222.128,44, posicionada em 31/12/2007.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano CRAprev de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 227.131,47
Exigível Operacional	R\$5.003,03
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 222.128,44
Fundos	R\$0,00

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano CRAprev de Contribuição Definida encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

É o nosso parecer

Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

Parecer Atuarial – Plano CROPREV

A Avaliação Atuarial do Plano Previdenciário CROprev cujos instituidores são o Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro, o Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina e o Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte, relativa ao encerramento do exercício de 2007, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 31/10/2007 com o objetivo de identificar sua situação e propor um plano de custeio para o exercício de 2008.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de outubro/2007 foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais. São 337 participantes com idade média de 35,94anos

O Plano de Benefícios é delineado segundo a modalidade de Contribuição Definida, sendo totalmente financeiro, portanto, não há riscos atuariais.

Na transformação do Saldo de Conta em Benefício por prazo indeterminado é utilizada a equivalência atuarial, entretanto, com a extinção do Saldo de Conta acabam-se as obrigações do Plano.

A Correção das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na PETROS. As contribuições são escolhidas livremente pelos participantes de acordo com o especificado no Regulamento do Plano.

As Despesas Administrativas são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas pelo participante para o Plano.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 1.446.158,57, posicionada em 31/12/2007.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano CRO-prev de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 1.450.468,19
Exigível Operacional	R\$ 4.309,62
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 1.446.158,57
Fundos	R\$0,00

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano CROprev de Contribuição Definida encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

É o nosso parecer

Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

Parecer Atuarial – Plano CULTURAPREV

A Avaliação Atuarial do Plano Previdenciário Culturaprev cujo instituidores são a Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais do Estado de Sergipe, a Cooperativa de Teatro do Estado de São Paulo, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Pernambuco, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Sergipe, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia, a Associação Brasileira de Museologia e o Sindicato de Artistas Plásticos do Estado de São Paulo, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 31/10/2007 com o objetivo de identificar sua situação e propor um plano de custeio para o exercício de 2008.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de outubro/2007 foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais. São 608 participantes com idade média de 39,32 anos. O Plano de Benefícios é delineado segundo a modalidade de Contribuição Definida, sendo totalmente financeiro, portanto, não há riscos atuariais.

Na transformação do Saldo de Conta em Benefício por prazo indeterminado é utilizada a equivalência atuarial, entretanto, com a extinção do Saldo de Conta acabam-se as obrigações do Plano.

A Correção das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na Petros. As contribuições são escolhidas livremente pelos participantes de acordo com o especificado no Regulamento do Plano.

As Despesas Administrativas são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas pelo participante para o Plano.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 769.863,62, posicionada em 31/12/2007.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano Cultura-Prev de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 781.010,45
Exigível Operacional	R\$ 11.146,83
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 769.863,62
Fundos	R\$0,00

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano Culturaprev de Contribuição Definida encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

É o nosso parecer

Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

Parecer Atuarial – Plano MANGUINHOS

A Avaliação Atuarial do Plano MANGUINHOS cuja patrocinadora é a Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., relativa ao encerramento do exercício de 2007, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 31/10/2007.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de outubro/2007 foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

O Plano de Benefícios é delineado segundo a modalidade de Contribuição Definida, sendo totalmente financeiro, portanto, não há riscos atuariais.

Na transformação do Saldo de Conta em Benefício por prazo indeterminado é utilizada a equivalência atuarial, entretanto, com a extinção do Saldo de Conta acabam-se as obrigações do Plano.

A Correção das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na Petros.

A contribuição ordinária do Participante, de caráter obrigatório e mensal, é calculada a partir da soma das seguintes parcelas:

- a) aplicação de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sobre o Salário Real de Contribuição;
- b) aplicação de 4% (quatro por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição que ultrapassar a 1 (uma) UMP, caso seja positiva;
- c) aplicação de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição que ultrapassar a 2 (duas) UMP, caso seja positiva.

A contribuição ordinária da Patrocinadora, de caráter obrigatório e mensal, e corresponde à soma das seguintes parcelas:

- a) aplicação de 1% (um por cento) sobre o Salário Real de Contribuição;
- b) aplicação de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição que ultrapassar a 1 (uma) UMP, caso seja positiva;
- c) aplicação de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição que ultrapassar a 2 (duas) UMP, caso seja positiva.

As Despesas Administrativas são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas para o Plano.

As Contribuições e Provisões Matemáticas são contabilizadas segundo o Regime de Caixa, sendo adotada as diretrizes estipuladas na Planificação Contábil Padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 806.847,00, posicionada em 31/12/2007. Desse valor R\$ 402.048,69 corresponde ao Saldo de Conta patronal e 404.798,31 ao saldo de conta pessoal.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 961.295,19
Exigível Operacional	R\$6.377,70
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 954.917,49
Fundos	R\$148.070,49

O Fundo Previdencial de R\$ 148.070,49 em 31 de dezembro de 2007 é formado de sobras da Conta Patronal em virtude de retirada de participante do Plano. Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano Manguinhos de Contribuição Definida encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

É o nosso parecer

Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

Parecer Atuarial – Plano SANASA

A Avaliação Atuarial anual do Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, relativa ao encerramento do exercício de 2007, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 31/09/2007.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de setembro de /2007 foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

O Plano de Benefícios é estruturado segundo a modalidade de Contribuições Variáveis.

O ajuste das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial do Plano SANASA, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na Petros.

A Contribuição Normal do Participante será calculada da seguinte forma:

- 6% (seis por cento) da parcela do Salário de Contribuição até o VRP vigente no mês;
- 8% (oito por cento) da parcela do Salário de Contribuição que exceder ao VRP vigente no mês.

A Contribuição Normal do Patrocinador será calculada pela aplicação da taxa de 6% sobre o Salário de Contribuição do Participante.

As Despesas Administrativas são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas para o Plano.

As Contribuições e Provisões Matemáticas são contabilizadas segundo o Regime de Caixa, sendo adotada as diretrizes estipuladas na Planificação Contábil Padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

A frequência de sinistros de morte e, principalmente, de invalidez foram menores dos valores estimados para o exercício.

Essa variabilidade é normal e decorre principalmente do tamanho do grupo e do tempo de duração do plano que não atingiu ainda o seu grau de maturidade. No caso do plano SANASA essa variação foi positiva para o plano fazendo que se recomende a que a contribuição para o Fundo Garantidor de Benefícios de Risco - FGBR seja redirecionada para os benefícios programáveis.

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$11.952.986,04, posicionada em 31/12/2007. Desse valor R\$ 11.273.242,40 corresponde a Provisão de Benefícios a Conceder e R\$679.743,64 a Provisão de Benefícios concedidos.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Contribuição Variável é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 19.896.364,00
Exigível Operacional	R\$84.179,90
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 19.812.184,10
Fundos Previdenciais	R\$6.874.606,41
Resultado realizado (superávit)	R\$984.691,65

O Fundo de Serviço Passado de R\$ 5.386.172,21 e o Fundo de benefício de risco de R\$1.488.334,20 formam os fundos previdenciais em 31 de dezembro de 2007.

Dessa forma, para o exercício de 2008, as Contribuições Normais deverão ser rateadas nas seguintes proporções:

- 94% (noventa e quatro por cento) para benefícios programados;
- 0% (zero por cento) para benefícios de risco; e
- 6% (seis por cento) para a administração.

É o nosso parecer

Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

Parecer Atuarial – Plano SIMEPREV

A Avaliação Atuarial do Plano Previdenciário SIMEPREV cujo instituidores são o Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, o Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná, o Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte, o Sindicato dos Médicos do Estado do Pará e o Sindicato dos Médicos do Estado de Pernambuco, relativa ao encerramento do exercício de 2007, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 30/09/2007 com o objetivo de identificar sua situação e propor um plano de custeio para o exercício de 2008.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de setembro/2007 foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais. São 41 participantes com idade média de 45,15 anos

O Plano de Benefícios é delineado segundo a modalidade de Contribuição Definida, sendo totalmente financeiro, portanto, não há riscos atuariais.

Na transformação do Saldo de Conta em Benefício por prazo indeterminado é utilizada a equivalência atuarial, entretanto, com a extinção do Saldo de Conta acabam-se as obrigações do Plano.

A Correção das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na Petros. As contribuições são escolhidas livremente pelos participantes de acordo com o especificado no Regulamento do Plano.

As Despesas Administrativas são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas pelo participante para o Plano.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 305.302,45, posicionada em 31/12/2007.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano SIMEprev de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 306.939,46
Exigível Operacional	R\$ 1.637,01
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 305.302,45
Fundos	R\$0,00

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano SIMEprev de Contribuição Definida encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

É o nosso parecer

Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

Parecer Atuarial – Plano SINMED/RJ

A Avaliação Atuarial do Plano Previdenciário SinMed-RJ cujo instituidor é o Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro, relativa ao encerramento do exercício de 2007, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 30/09/2007 com o objetivo de identificar sua situação e propor um plano de custeio para o exercício de 2008.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de setembro/2007 foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais. São 22 participantes com idade média de 47,68anos

O Plano de Benefícios é delineado segundo a modalidade de Contribuição Definida, sendo totalmente financeiro, portanto, não há riscos atuariais.

Na transformação do Saldo de Conta em Benefício por prazo indeterminado é utilizada a equivalência atuarial, entretanto, com a extinção do Saldo de Conta acabam-se as obrigações do Plano.

A Correção das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na Petros. As contribuições são escolhidas livremente pelos participantes de acordo com o especificado no Regulamento do Plano.

As Despesas Administrativas são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas pelo participante para o Plano.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 230.610,16, posicionada em 31/12/2007.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano SinMed-RJ de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 230.610,16
Exigível Operacional	R\$ 0,00
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 230.610,16
Fundos	R\$0,00

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano SinMed-RJ de Contribuição Definida encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

É o nosso parecer
Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

Parecer Atuarial – Plano PETROS-2

A Avaliação Atuarial anual do Plano de Benefícios Previdenciários do Sistema Petrobras (Plano Petros - 2) relativa ao encerramento do exercício de 2007, foi realizada pela GlobalPrev com base em dados dos Participantes concernentes à data base de 31/08/2007.

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao mês de agosto de 2007. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais. O Plano de Benefícios Petros - 2 é estruturado segundo a modalidade de Contribuições Variáveis.

O ajuste das Contas de Contribuições dos Participantes ocorre de acordo com a rentabilidade patrimonial do Plano Petros -2, sendo o patrimônio independente de qualquer outro Plano existente na PETROS. As contribuições serão escolhidas pelos participantes de acordo os mínimos e máximo fixados no Regulamento do Plano Petros-2 .

As Despesas Administrativas sob responsabilidade das patrocinadoras e dos participantes ativos são fixadas em 6% (seis por cento) das contribuições vertidas para o Plano com exceção daquelas realizadas pelo Patrocinador visando à cobertura do Serviço Passado, sobre as quais não incidirá administração.

As Contribuições e Provisões Matemáticas são contabilizadas segundo o Regime de Caixa, sendo adotada as diretrizes estipuladas na Planificação Contábil Padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As hipóteses atuariais para esta Avaliação foram indicadas pela Globalprev, não havendo nenhuma alteração significativa nas hipóteses já adotadas. A anuência às premissas está registrada em termo específico conforme determina a Resolução CGPC No 18, de 28/03/2006.

RESULTADOS

O Plano Petros 2 iniciou sua operação em julho de 2007, não havendo, até a data base da emissão do arquivo disponibilizado para a realização da Avaliação Atuarial 2007, nenhuma concessão de benefício. Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$122.427.038,22, posicionada em 31/12/2007.

Situação Financeiro-Atuarial: O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Contribuição Variável Petros -2 é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2007:

Ativo Total	R\$ 138.703.333,67
Exigível Operacional	R\$930,14
Exigível Contingencial	R\$0,00
Ativo Líquido Previdencial	R\$ 138.702.403,53
Fundos Previdenciais	R\$16.275.365,31
Resultado realizado	0,00

O Fundo de Risco no valor de R\$ 16.044.944,84 e o Fundo especial de R\$230.420,47 formam os fundos previdenciais em 31 de dezembro de 2007.

O Plano de Custeio inicial será revisto, de acordo com disposição regulamentar, com base no resultado de avaliação atuarial específica elaborada com base nas informações dos participantes relativas ao mês de março de 2008 .

É o nosso parecer

Indaiatuba, 13 de fevereiro de 2008

Monica Christina O A Soares
Atuária – MIBA 576

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, POR PLANO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

Estão apresentadas a seguir a Demonstração Patrimonial e a Demonstração de Resultado, por plano de benefícios, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, na forma definida pela legislação em vigor, conforme índice abaixo

PLANO PETROS: SISTEMA PETROBRAS – Benefício Definido

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	<u>35.633.948.280,89</u>	<u>29.918.010.970,94</u>	PASSIVO	<u>35.633.948.280,89</u>	<u>29.918.010.970,94</u>
DISPONÍVEL	99.694,54	1.120.442,44	CONTAS A PAGAR	1.438.747.053,12	1.335.902.975,08
CONTAS A RECEBER	918.344.203,67	924.944.675,41	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	<u>34.715.504.382,68</u>	<u>28.991.945.853,09</u>	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	36.712.054.641,29	31.912.539.297,00
Renda Fixa	22.484.116.904,17	19.257.067.376,53	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	10.293.756.228,16	7.779.092.480,70	EQUILÍBRIO TÉCNICO	<u>(2.516.853.413,52)</u>	<u>(3.330.431.301,14)</u>
Imóveis	827.500.048,06	837.806.122,24	Resultados Realizados	<u>(3.259.141.294,85)</u>	<u>(4.048.768.561,68)</u>
Empréstimos / Financiamentos	963.893.547,84	936.077.759,57	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	146.237.654,45	181.902.114,05	(-) Déficit Técnico Acumulado	(3.259.141.294,85)	(4.048.768.561,68)
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	742.287.881,33	718.337.260,54

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.163.769.960,73	833.835.078,40
(-) BENEFÍCIOS	(2.156.576.601,90)	(1.759.510.404,72)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	6.637.433.738,71	4.382.212.377,72
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>5.644.627.097,54</u>	<u>3.456.537.051,40</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(55.484.486,42)	(49.804.745,05)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(4.799.515.344,29)	(2.207.421.602,00)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>789.627.266,83</u>	<u>1.199.310.704,35</u>

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 22,98%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO PETROS: ULTRAFÉRTIL - Benefício Definido

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	<u>714.358.648,63</u>	<u>591.344.180,05</u>	PASSIVO	<u>714.358.648,63</u>	<u>591.344.180,05</u>
DISPONÍVEL	304.100,55	1.006.526,46	CONTAS A PAGAR	1.611.413,16	409.249,61
CONTAS A RECEBER	31.024.979,80	31.109.969,10	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	<u>683.029.568,28</u>	<u>559.227.684,49</u>	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	592.279.697,00	501.590.619,00
Renda Fixa	413.102.092,25	219.290.717,68	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	190.728.434,32	256.601.439,50	EQUILÍBRIO TÉCNICO	<u>120.467.538,47</u>	<u>89.344.311,44</u>
Imóveis	33.823.365,57	35.698.709,01	Resultados Realizados	<u>90.145.069,29</u>	<u>58.980.652,61</u>
Empréstimos / Financiamentos	39.398.335,44	39.886.014,68	Superávit Técnico Acumulado	90.145.069,29	58.980.652,61
Outras	5.977.340,70	7.750.803,62	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	30.322.469,18	30.363.658,83

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	6.100.424,62	6.139.094,19
(-) BENEFÍCIOS	(53.366.548,35)	(37.750.810,11)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	169.477.151,71	113.364.165,16
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>122.211.027,98</u>	<u>81.752.449,24</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(357.533,30)	(196.055,92)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(90.689.078,00)	(20.332.059,00)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>31.164.416,68</u>	<u>61.224.334,32</u>

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 31,50%

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes

PLANO PETROS: BRASKEM – Benefício Definido

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	<u>515.007.338,24</u>	<u>429.481.515,53</u>	PASSIVO	<u>515.007.338,24</u>	<u>429.481.515,53</u>
DISPONÍVEL	257.405,05	896.231,38	CONTAS A PAGAR	1.745.164,31	652.129,14
CONTAS A RECEBER	25.852.427,67	22.281.241,70	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	<u>488.897.505,52</u>	<u>406.304.042,45</u>	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	368.665.464,00	347.290.710,00
Renda Fixa	260.581.703,04	159.312.683,52			
Renda Variável	161.286.127,44	186.441.435,29			
Imóveis	28.626.225,05	25.937.970,63	FUNDOS	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	33.344.561,44	28.980.375,73			
Outras	5.058.888,55	5.631.577,28	EQUILÍBRIO TÉCNICO	<u>144.596.709,93</u>	<u>81.538.676,39</u>
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados Realizados	<u>118.957.043,74</u>	<u>59.470.021,45</u>
			Superávit Técnico Acumulado	118.957.043,74	59.470.021,45
			(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
			Resultados a Realizar	25.639.666,19	22.068.654,94

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.479.417,37	1.407.147,38
(-) BENEFÍCIOS	(28.247.201,69)	(25.458.942,22)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	107.725.640,38	82.471.916,13
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>80.957.856,06</u>	<u>58.420.121,29</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(96.079,77)	(91.462,59)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(21.374.754,00)	(13.942.262,00)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>59.487.022,29</u>	<u>44.386.396,70</u>

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 27,23%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO PETROS: COPESUL – Benefício Definido

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	<u>497.321.224,75</u>	<u>433.580.701,23</u>	PASSIVO	<u>497.321.224,75</u>	<u>433.580.701,23</u>
DISPONÍVEL	241.563,74	905.561,35	CONTAS A PAGAR	1.555.836,15	741.660,36
CONTAS A RECEBER	22.114.099,42	23.621.169,71	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	<u>474.965.561,59</u>	<u>409.053.970,17</u>	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	502.567.036,00	402.477.058,00
Renda Fixa	209.310.959,27	160.452.734,51	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	211.822.657,57	187.656.662,38	EQUILÍBRIO TÉCNICO	<u>(6.801.647,40)</u>	<u>30.361.982,87</u>
Imóveis	22.989.893,52	26.107.026,37	Resultados Realizados	<u>(27.395.541,88)</u>	<u>8.226.435,65</u>
Empréstimos / Financiamentos	26.779.225,87	29.169.262,51	Superávit Técnico Acumulado	0,00	8.226.435,65
Outras	4.062.825,36	5.668.284,40	(-) Déficit Técnico Acumulado	<u>(27.395.541,88)</u>	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	20.593.894,48	22.135.547,22

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	11.298.772,56	10.907.045,05
(-) BENEFÍCIOS	(60.262.821,17)	(31.341.079,28)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	113.880.208,84	82.290.554,07
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>64.916.160,23</u>	<u>61.856.519,84</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(448.159,76)	(262.409,08)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(100.089.978,00)	(45.853.575,00)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>(35.621.977,53)</u>	<u>15.740.535,76</u>

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 29,76%

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes

PLANO PETROS: NITRIFLEX/DSM – Benefício Definido

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	120.952.659,70	99.079.959,61	PASSIVO	120.952.659,70	99.079.959,61
DISPONÍVEL	77.690,98	659.446,51	CONTAS A PAGAR	776.989,22	85.413,95
CONTAS A RECEBER	5.403.998,51	5.107.854,22	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	115.470.970,21	93.312.658,88	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	81.207.872,00	80.940.636,00
Renda Fixa	67.611.079,48	36.584.448,67	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	33.813.508,66	42.821.292,60	EQUILÍBRIO TÉCNICO	38.967.798,48	18.053.909,66
Imóveis	5.998.758,05	5.957.350,51	Resultados Realizados	33.592.531,63	12.973.040,23
Empréstimos / Financiamentos	6.987.509,99	6.656.123,71	Superávit Técnico Acumulado	33.592.531,63	12.973.040,23
Outras	1.060.114,03	1.293.443,39	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	5.375.266,85	5.080.869,43

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	453.843,37	434.182,81
(-) BENEFÍCIOS	(7.285.067,01)	(6.160.904,70)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	27.744.174,39	19.039.719,04
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	20.912.950,75	13.312.997,15
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(26.223,35)	(22.595,90)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(267.236,00)	(1.523.590,00)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	20.619.491,40	11.766.811,25

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 30,45%

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes

PLANO PETROS: PETROFLEX – Benefício Definido

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	811.468.122,83	659.505.758,16	PASSIVO	811.468.122,83	659.505.758,16
DISPONÍVEL	343.363,99	1.005.080,38	CONTAS A PAGAR	2.012.444,76	671.522,29
CONTAS A RECEBER	35.308.258,90	34.328.137,98	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	775.816.499,94	624.172.539,80	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	557.112.561,00	507.298.837,00
Renda Fixa	465.198.610,03	244.723.634,72			
Renda Variável	219.464.630,57	286.427.028,86			
Imóveis	38.928.627,69	39.848.081,68	FUNDOS	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	45.345.077,62	44.522.090,73			
Outras	6.879.554,03	8.651.703,81	EQUILÍBRIO TÉCNICO	252.343.117,07	151.535.398,87
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados Realizados	217.511.639,80	117.713.438,23
			Superávit Técnico Acumulado	217.511.639,80	117.713.438,23
			(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
			Resultados a Realizar	34.831.477,27	33.821.960,64

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	4.978.477,57	5.230.259,34
(-) BENEFÍCIOS	(45.507.569,76)	(39.329.825,46)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	190.374.936,19	126.537.899,41
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	149.845.844,00	92.438.333,29
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(233.918,43)	(192.180,23)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(49.813.724,00)	(17.141.554,00)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	99.798.201,57	75.104.599,06

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 31,32%

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes

PLANO PETROS: PQU – Benefício Definido

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	<u>807.329.432,51</u>	<u>653.111.656,65</u>	PASSIVO	<u>807.329.432,51</u>	<u>653.111.656,65</u>
DISPONÍVEL	361.454,27	599.344,96	CONTAS A PAGAR	2.505.356,75	347.476,13
CONTAS A RECEBER	35.299.749,22	34.203.868,04	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	<u>771.668.229,02</u>	<u>618.308.443,65</u>	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	630.951.726,00	553.565.586,00
Renda Fixa	464.287.196,55	242.746.419,40	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	217.179.687,51	283.493.015,53	EQUILÍBRIO TÉCNICO	<u>173.872.349,76</u>	<u>99.198.594,52</u>
Imóveis	38.522.095,76	39.439.898,25	Resultados Realizados	<u>139.339.745,35</u>	<u>65.678.709,75</u>
Empréstimos / Financiamentos	44.871.538,41	44.066.030,32	Superávit Técnico Acumulado	139.339.745,35	65.678.709,75
Outras	6.807.710,79	8.563.080,15	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	34.532.604,41	33.519.884,77

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	7.500.913,69	6.743.960,60
(-) BENEFÍCIOS	(45.215.246,54)	(40.468.401,95)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	189.122.351,23	125.143.068,82
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>151.408.018,38</u>	<u>91.418.627,47</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(360.842,78)	(234.066,85)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(77.386.140,00)	(12.754.772,00)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>73.661.035,60</u>	<u>78.429.788,62</u>

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 31,33%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : REPSOL YPF – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	9.471.475,10	7.231.503,92	PASSIVO	9.471.475,10	7.231.503,92
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	36.076,86	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	9.471.475,10	7.231.503,92	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	9.435.398,24	7.231.503,92
Renda Fixa	9.471.475,10	7.231.503,92	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.888.981,61	1.227.712,20
(-) BENEFÍCIOS	(492.642,24)	(54.725,96)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	902.448,60	882.194,43
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	2.298.787,97	2.055.180,67
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(94.893,65)	(62.417,84)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(2.203.894,32)	(1.992.762,83)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	(0,00)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,45%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : Cachoeira Dourada – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	<u>2.553.076,39</u>	<u>2.010.470,55</u>	PASSIVO	<u>2.553.076,39</u>	<u>2.010.470,55</u>
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	0,00	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	<u>2.553.076,39</u>	<u>2.010.470,55</u>	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	2.553.076,39	2.010.470,55
Renda Fixa	2.553.076,39	2.010.470,55	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	364.807,00	318.683,17
(-) BENEFÍCIOS	(48.994,43)	(72.615,12)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	242.337,22	255.357,60
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>558.149,79</u>	<u>501.425,65</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(15.543,95)	(15.568,23)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(542.605,84)	(485.857,42)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,49%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : CONCEPA – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	207.942,95	196.357,63	PASSIVO	205.484,43	196.357,63
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	0,00	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	207.942,95	196.357,63	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	205.484,43	196.357,63
Renda Fixa	207.942,95	196.357,63	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	20.372,80	25.664,29
(-) BENEFÍCIOS	(32.058,15)	(46.287,32)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	21.975,01	25.525,78
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	10.289,66	4.902,75
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(1.162,86)	(1.627,19)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(9.126,80)	(3.275,56)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,49%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO : COPESULPREV – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	7.843.950,47	4.913.450,69	PASSIVO	7.843.950,47	4.913.450,69
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	10.785,97	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	7.843.950,47	4.913.450,69	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	7.732.631,56	4.874.962,52
Renda Fixa	7.843.950,47	4.913.450,69	FUNDOS	100.532,94	38.488,17
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.479.510,24	2.062.832,72
(-) BENEFÍCIOS	(62.676,51)	(22.668,35)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	660.073,34	501.958,96
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	3.076.907,07	2.542.123,33
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(157.193,26)	(132.302,75)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(2.857.669,04)	(2.383.059,63)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(62.044,77)	(26.760,95)
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,37%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : DBA - Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	10.708.952,19	9.450.478,24	PASSIVO	10.708.952,19	9.450.478,24
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	436.385,78	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	10.708.952,19	9.450.478,24	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	6.936.539,05	6.738.592,63
Renda Fixa	10.708.952,19	9.450.478,24	FUNDOS	3.336.027,36	2.711.885,61
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	685.704,80	569.569,53
(-) BENEFÍCIOS	(925.428,45)	(380.592,55)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.101.108,35	1.269.765,57
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	861.384,70	1.458.742,55
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(39.296,53)	(29.322,22)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(197.946,42)	(557.650,79)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(624.141,75)	(871.769,54)
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,50%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO : FIEPEPREV – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	3.449.040,39	1.573.448,09	PASSIVO	3.449.040,39	1.573.448,09
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	18.924,61	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	3.449.040,39	1.573.448,09	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	2.916.769,73	1.343.281,30
Renda Fixa	3.449.040,39	1.573.448,09	FUNDOS	513.346,05	230.166,79
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.845.522,10	1.547.699,63
(-) BENEFÍCIOS	(125.488,14)	(14.659,01)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	247.974,38	80.257,59
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.968.008,34	1.613.298,21
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(111.340,65)	(92.872,91)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(1.573.488,43)	(1.290.258,51)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(283.179,26)	(230.166,79)
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,22%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : IBAPREV – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	1.697.495,15	910.275,67	PASSIVO	1.697.495,15	910.275,67
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	23.007,95	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	1.697.495,15	910.275,67	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	1.674.487,20	910.275,67
Renda Fixa	1.697.495,15	910.275,67	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	698.933,31	673.030,19
(-) BENEFÍCIOS	(51.526,36)	(14.263,41)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	136.537,68	79.737,07
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>783.944,63</u>	<u>738.503,85</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(19.733,10)	(12.211,61)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(764.211,53)	(726.292,24)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>0,00</u>	<u>(0,00)</u>

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,38%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 4% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : IBP – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	1.784.433,26	1.318.953,51	PASSIVO	1.784.433,26	1.318.953,51
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	0,00	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	1.784.433,26	1.318.953,51	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	1.784.433,26	1.318.953,51
Renda Fixa	1.784.433,26	1.318.953,51	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	329.775,72	283.213,16
(-) BENEFÍCIOS	(9.199,79)	(430,12)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	163.767,80	154.799,17
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	484.343,73	437.582,21
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(18.863,98)	(16.231,80)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(465.479,75)	(421.350,41)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,45%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO : PQU PREVIDÊNCIA - Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	6.882.744,55	4.996.671,99	PASSIVO	6.882.744,55	4.996.671,99
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	1.011,31	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	6.882.744,55	4.996.671,99	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	6.456.223,00	3.971.888,15
Renda Fixa	6.882.744,55	4.996.671,99	FUNDOS	425.510,24	1.024.783,84
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.563.570,65	1.399.548,76
(-) BENEFÍCIOS	(211.843,72)	(24.351,54)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	622.084,10	563.458,85
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.973.811,03	1.938.656,07
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(88.749,78)	(79.444,48)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(2.484.334,85)	(1.493.913,63)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	599.273,60	(365.297,96)
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(0,00)	(0,00)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,43%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : ALESAT – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	1.894.737,29	1.311.114,09	PASSIVO	1.894.737,29	1.311.114,09
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	12.275,61	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	1.894.737,29	1.311.114,09	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	1.882.461,68	1.311.114,09
Renda Fixa	1.894.737,29	1.311.114,09	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	636.157,47	360.000,24
(-) BENEFÍCIOS	(203.451,06)	(62.026,37)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	168.461,16	155.209,84
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	601.167,57	453.183,71
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(29.819,98)	(20.642,52)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(571.347,59)	(432.541,19)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,40%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : TRANSPETRO – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	53.337.692,17	37.399.205,39	PASSIVO	53.337.692,17	37.399.205,39
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	444.097,43	1.224,54
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	53.337.692,17	37.399.205,39	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	52.893.594,74	37.397.980,85
Renda Fixa	51.335.032,44	36.790.520,93	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	2.002.659,73	608.684,46	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	14.672.124,81	11.257.636,91
(-) BENEFÍCIOS	(3.214.754,82)	(393.359,64)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	4.802.956,71	4.177.861,28
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>16.260.326,70</u>	<u>15.042.138,55</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(764.712,81)	(663.104,54)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(15.495.613,89)	(14.379.034,01)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>(0,00)</u>	<u>(0,00)</u>

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,46%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO : TRIUNFO VIDA – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	10.545.590,62	8.723.019,75	PASSIVO	10.545.590,62	8.723.019,75
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	372.097,61	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	10.545.590,62	8.723.019,75	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	9.065.089,21	7.226.113,91
Renda Fixa	10.545.590,62	8.723.019,75	FUNDOS	1.108.403,80	1.496.905,84
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.410.671,36	1.796.015,79
(-) BENEFÍCIOS	(951.995,92)	(38.478,65)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.058.812,59	1.040.981,14
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.517.488,03	2.798.518,28
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(67.014,77)	(107.758,48)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(1.838.975,30)	(2.194.067,19)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	388.502,04	(496.692,61)
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,48%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : TERMOPREV – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	92.633,98	19.299,65	PASSIVO	92.633,98	19.299,65
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	0,00	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	92.633,98	19.299,65	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	92.633,98	19.299,65
Renda Fixa	92.633,98	19.299,65	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	72.216,41	19.838,50
(-) BENEFÍCIOS	0,00	0,00
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	5.205,56	584,05
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	77.421,97	20.422,55
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(4.087,64)	(1.122,90)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(73.334,33)	(19.299,65)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	(0,00)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 10,87%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : CRA PREV – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	227.131,47	49.814,25	PASSIVO	227.131,47	49.814,25
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	5.003,03	281,60
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	227.131,47	49.814,25	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	222.128,44	49.532,65
Renda Fixa	227.131,47	49.814,25	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	190.487,96	51.326,28
(-) BENEFÍCIOS	(18.530,67)	(281,60)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	11.630,71	1.655,23
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	183.588,00	52.699,91
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(10.992,21)	(3.167,26)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(172.595,79)	(49.532,65)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 10,92%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO : CRO PREV – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	1.450.468,19	699.878,82	PASSIVO	1.450.468,19	699.878,82
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	4.309,62	4.663,84
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	1.450.468,19	699.878,82	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	1.446.158,57	695.214,98
Renda Fixa	1.450.468,19	699.878,82	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	750.199,54	531.812,85
(-) BENEFÍCIOS	(67.933,69)	(62.116,15)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	114.112,91	61.651,35
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	<u>796.378,76</u>	<u>531.348,05</u>
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(45.435,17)	(30.502,39)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(750.943,59)	(500.845,66)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	<u>0,00</u>	<u>(0,00)</u>

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,24%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO : CULTURAPREV – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	PASSIVO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO	781.010,45	122.392,80	PASSIVO	781.010,45	122.392,80
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	11.146,83	3.323,98
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	781.010,45	122.392,80	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	769.863,62	119.068,82
Renda Fixa	781.010,45	122.392,80	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	664.183,94	72.379,07
(-) BENEFÍCIOS	(20.555,33)	(10.330,55)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	42.445,37	11.193,02
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	686.073,98	73.241,54
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(35.279,18)	(4.580,04)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(650.794,80)	(68.661,50)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

<p>Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:</p> <p>A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 10,79%</p>	<p>Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:</p> <p>O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes</p>
---	--

PLANO : MANGUINHOS – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	961.295,19	600.094,70	PASSIVO	961.295,19	600.094,70
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	6.377,70	36.150,93
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	961.295,19	600.094,70	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	806.847,00	453.258,20
Renda Fixa	961.295,19	600.094,70	FUNDOS	148.070,49	110.685,57
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	356.938,15	390.751,93
(-) BENEFÍCIOS	(27.835,26)	(214.514,12)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	81.120,46	69.146,67
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	410.223,35	245.384,48
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(19.249,63)	(22.199,54)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(353.588,80)	(118.411,91)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(37.384,92)	(104.773,03)
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,35%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO MISTO: SANASA – Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	19.896.364,00	11.488.363,33	PASSIVO	19.896.364,00	11.488.363,33
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	84.179,90	854,86
CONTAS A RECEBER	914.346,39	498.429,73	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	18.982.017,61	10.989.933,60	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	11.952.986,04	6.504.002,43
Renda Fixa	18.982.017,61	10.989.933,60	FUNDOS	6.874.506,41	4.845.964,69
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	984.691,65	137.541,35
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	984.691,65	137.541,35
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	984.691,65	137.541,35
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	7.300.894,02	6.450.239,17
(-) BENEFÍCIOS	(146.041,34)	(7.668,11)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.582.921,56	1.014.824,06
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	8.737.774,24	7.457.395,12
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(413.098,61)	(384.811,22)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(5.448.983,61)	(4.306.905,49)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(2.028.541,72)	(2.929.745,12)
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	847.150,30	(164.066,71)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,36%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : SIMEPREV - Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	306.939,46	187.263,79	PASSIVO	306.939,46	187.263,79
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	1.637,01	1.499,05
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	306.939,46	187.263,79	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	305.302,45	185.764,74
Renda Fixa	306.939,46	187.263,79	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	119.695,40	100.564,29
(-) BENEFÍCIOS	(18.790,26)	(5.043,96)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	26.079,37	17.920,51
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	126.984,51	113.440,84
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(7.446,80)	(6.300,16)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(119.537,71)	(107.140,68)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(0,00)	(0,00)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,33%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : SINMED/RJ - Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	230.610,16	116.215,50	PASSIVO	230.610,16	116.215,50
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	0,00	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	230.610,16	116.215,50	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	230.610,16	116.215,50
Renda Fixa	230.610,16	116.215,50	FUNDOS	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	104.718,13	84.624,07
(-) BENEFÍCIOS	(1.918,76)	(1.750,74)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	18.077,52	9.622,72
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	120.876,89	92.496,05
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(6.482,23)	(5.366,84)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(114.394,66)	(87.129,21)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	0,00	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 11,29%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
--	---

PLANO : PETROS 2 – Contribuição Variável

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL (em R\$ correntes)					
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	138.703.333,67	0,00	PASSIVO	138.703.333,67	0,00
DISPONÍVEL	0,00	0,00	CONTAS A PAGAR	930,14	0,00
CONTAS A RECEBER	0,00	0,00	VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
APLICAÇÕES	138.703.333,67	0,00	COMPROMISSO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	122.427.038,22	0,00
Renda Fixa	138.703.333,67	0,00	FUNDOS	16.275.365,31	0,00
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	0,00	0,00	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ correntes)		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	141.911.407,88	0,00
(-) BENEFÍCIOS	(105.120,34)	0,00
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.606.816,15	0,00
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	143.413.103,69	0,00
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(4.710.700,16)	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	0,00	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(122.427.038,22)	0,00
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(16.275.365,31)	0,00
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano: A Rentabilidade do Plano no Exercício de 2007 foi de 2,84%	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano: O Custeio Administrativo do Plano corresponde a 6% das Contribuições da Patrocinadora e dos Participantes
---	---

POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS 2008-2012

1-Introdução

As políticas de investimentos dos planos sob responsabilidade da Petros têm como objetivo fornecer aos gestores da fundação as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em um horizonte de longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento dos planos administrados pela Fundação.

Elas levam em consideração as modalidades e características das obrigações de cada plano de benefício administrado pela Petros, objetivando o equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e o passivo atuarial. Dada a relevância, este resumo tem como principal objetivo ressaltar os principais pontos abordados nas políticas de investimentos que foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Petros, por meio da ata 372 em 18 de

dezembro de 2007, cuja síntese foi enviada para todos os participantes e assistidos, através da Revista Petros de dezembro de 2007. As versões completas estão disponíveis no site da Petros (www.petros.com.br).

A Petros administra 28 (vinte e oito) planos de benefícios já aprovados pela SPC de 32 (trinta e duas) patrocinadoras e 23 (vinte e três) instituidores. Com base no perfil de cada plano e necessidade de liquidez, este documento dividiu os planos em 4 (quatro) grupos, onde serão apresentadas políticas de investimentos distintas para cada um deles. Esta divisão fez-se necessária devido às características atuariais e financeiras de cada plano. Com isto, pretende-se otimizar o potencial de rentabilidade dos investimentos com o menor risco possível.

1) Política de Investimentos do Plano Petros – Sistema Petrobras

CNPB	Plano
19.700.001-47	Plano Petros – Sistema Petrobras

2) Políticas de Investimentos dos Planos Petros – Privatizadas

Seguem abaixo os CNPBs e nomes dos planos a eles relacionados, respectivamente:

CNPB	Planos
20.030.023-83	Plano Petros – Nitriflex/DSM
20.030.025-29	Plano Petros – PQU
20.030.026-18	Plano Petros – Ultrafertil
20.030.021-38	Plano Petros – Braskem
20.030.022-19	Plano Petros – Copesul
20.030.024-56	Plano Petros – Petroflex

3) Política de Investimentos do Plano Petros – 2

CNPB	Plano
20.070.015-19	Plano Petros – 2

4) Políticas de Investimentos dos Planos Petros – Contribuição Definida

Seguem abaixo os CNPBs e nomes dos planos a eles relacionados, respectivamente:

CNPB	Planos
20.030.005-18	Plano PQU Previdência
20.020.008-83	Plano Triunfo Vida

I continua I

CNPB	Planos
20.020.019-11	Plano IBP
20.040.013-56	Plano SIMEPREV
20.040.017-47	Plano Copesulprev
20.040.023-11	Plano IBAprev
20.040.025-65	Plano CULTURAPREV
20.000.062-56	Plano de Previdência DBA
20.010.004-56	Plano Concepa
20.000.073-92	Plano de Previdência Transpetro
19.990.031-11	Plano de Previdência REPSOL YPF
20.000.059.18	Plano de Previdência Cachoeira Dourada
20.050.004-11	Plano CROPrev
20.050.007-11	Plano SinMed/RJ
20.020.004-92	Plano ALESAT
20.040.026-38	Plano Sanasa
20.050.019-29	Plano Manguinhos
20.050.065-56	Plano FIEPEprev
20.060.005-11	Plano Termoprev
20.060.012-56	Plano CRAPrev
A ser aprovado pela SPC	Plano ADUANAPrev
A ser aprovado pela SPC	Plano TBG
A ser aprovado pela SPC	Plano ANAPARprev
A ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e SPC	Plano PreviFIEPA

Ressaltamos que todos os planos possuem patrimônios segregados. O agrupamento apresentado é devido à similaridade do perfil atuarial dos planos.

2- Cenário Macroeconômico

A economia mundial passou por momentos difíceis em 2007. A economia americana esteve no centro das atenções com a crise no mercado imobiliário alterando a percepção de risco. Um dos fatores primordiais por trás da recente bolha do mercado imobiliário americano foi a excessiva liquidez mundial vivida nos últimos anos. A procura por retornos elevados (search for yield) gerou a valorização excessiva de determinados ativos e o preço das residências americanas é apenas um exemplo das bolhas geradas. O caso do subprime advém da procura dos investidores por títulos vinculados a esse mercado, considerado de elevado risco, uma vez que não há garantias reais além do próprio imóvel e o histórico de pagamento de baixa performance.

Após um longo período de volatilidade no crescimento da economia brasileira, o PIB deve seguir sua trajetória

de alta em 2008. O ciclo atual de crescimento é o maior dos últimos tempos e já contabiliza 16 trimestres. Um fato interessante a se destacar é que há uma maior previsibilidade de crescimento da atividade, o que permite à economia real fazer sua trajetória de investimentos com maior segurança. Esse cenário de estabilidade só é possível devido à estabilização da inflação e da redução da vulnerabilidade externa.

Com perspectiva de continuidade de redução dos juros reais nos próximos anos e tendência futura de crescimento econômico anual acima de 4%, as políticas de investimentos privilegiaram setores que têm alta correlação com o atual desenvolvimento brasileiro, como setores de infra-estrutura, desde que apresentem um marco regulatório consolidado e potencial de rentabilidade segura no médio e longo prazo. Nos investimentos

em renda fixa foi dada preferência aos títulos lastreados em risco de crédito privado, elaborados através de veículos estruturados.

Todos os limites e parâmetros definidos seguiram a Resolução CMN 3.456/07 e demais alterações, e foram elaborados para o período de 2008-2012 dentro de uma estra-

tégia de valorização dos ativos no médio e longo prazo. Assim, todos os parâmetros têm uma perspectiva quinzenal, cuja direção deverá ser perseguida pelos gestores de investimentos da Petros. Sempre serão levadas em consideração, nas decisões de investimentos, governança corporativa e, especialmente, responsabilidade sócioambiental.

Projeções para 2008

	2008		
	Pessimista	Referência	Otimista
PIB	3,20	4,70	5,20
Inflação (IPCA)	5,20	4,30	4,00
Inflação (IGP-M)	8,00	4,80	3,90
Câmbio (fim do período)	2,15	1,60	1,58
Taxa SELIC (fim do período)	11,25	10,25	9,75
Saldo Comercial (em US\$)	20	29	36
Reservas (em US\$)	220	240	290

Fonte: API Petros

3- Alocação de Recursos

3.1 Política de Investimentos Plano Petros – Sistema Petrobras

Segmento	Percentual alocado Out/07	Percentual 2008 / 2012 Mínimo	Percentual 2008 / 2012 Máximo
Renda Fixa	61,31 %	55,00%	73,00%
Renda Variável	33,15 %	20,00%	40,00%
Imóveis	2,51 %	0,00%	4,00%
Empréstimos a Participantes	3,03 %	0,00%	15,00%

3.2 Políticas de Investimentos Planos Petros – Privatizadas

Segmento	Percentual alocado Out/07	Percentual 2007 / 2012 Mínimo	Percentual 2008 / 2012 Máximo
Renda Fixa	54,34%	30,00%	100,00%
Renda Variável	32,34%	0,00%	50,00%
Imóveis	6,04%	0,00%	8,00%
Empréstimos a Participantes	7,28%	0,00%	15,00%

3.3 Políticas de Investimentos Planos de Contribuição Definida

Segmento	Percentual alocado Out/07 (*)	Percentual 2008 / 2012 Mínimo	Percentual 2008 / 2012 Máximo
Renda Fixa	96,53%	45,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	50,00%

I continua I

Segmento	Percentual alocado Out/07 (*)	Percentual 2008 / 2012 Mínimo	Percentual 2008 / 2012 Máximo
Imóveis	0,00%	0,00%	1,00%
Empréstimos a Participantes	3,47%	0,00%	15,00%

(*) Utilizamos parâmetros de Percentual Alocado com base no Plano Transpetro, por ser o único que tem alocação em Empréstimos a Participantes. Os demais planos têm 100% dos recursos alocados em Renda Fixa.

3.4 Política de Investimentos Planos Petros - 2

Segmento	Percentual alocado Out/07	Percentual 2008 / 2012 Mínimo	Percentual 2008 / 2012 Máximo
Renda Fixa	100,00%	45,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	50,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	1,00%
Empréstimos a Participantes	0,00%	0,00%	15,00%

4- Outros Limites para Diversificação dos Investimentos

Além dos limites acima descritos, a Petros estabeleceu que todos os planos por ela administrados devem também utilizar os limites máximos de diversificação dos investimentos, sempre respeitando os limites legais

estabelecidos pela Resolução CMN 3.456/07 e demais instruções e regulamentações complementares a ela e às tabelas abaixo relacionadas.

	Limite Máximo
Pessoa Jurídica ou conglomerado	10,00%
Patrocinadoras e ligadas	10,00%

Ativos de Renda Fixa (*)

	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	20,00%	20,00%	20,00%
Instituição Financeira	25,00%	15,00%	15,00%
FIDC (**)	20,00%	10,00%	10,00%

(*) Os limites estabelecidos para Médio Risco e Alto Risco são não cumulativos

(**) Além dos limites acima relacionados, a Petros se limitará a investir até 25% do Patrimônio Líquido de um FIDC

Companhias Abertas

	Limites Máximos
Por Capital Votante	20,00%
Por Capital Total	20,00%
Dos Recursos Garantidores (*)	5,00%

(*) Este limite pode ser majorado para 10% no caso de ações representativas de percentual igual ou superior a 2% de um dos seguintes índices: Ibovespa, IBX-100, IBX-50, FGV-100, IGC ou ISE.

Sociedades de Propósito Específico

	Limites Máximos
Por Projeto	25,00%
Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras	40,00%

Os limites estabelecidos para Companhias Abertas e Sociedades de Propósito Específico podem ser alterados de acordo com modificações na legislação. Estes limites obedecem preceitos de liquidez e segurança de acordo com as características de cada empresa.

Imóveis

	Limites Máximos
Por Imóvel	100,00%
Por PL do Fundo	25,00%

Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas¹

	Limites
Capital Votante	-
Capital Total	0,01%
Recursos Garantidores	-

¹ A Petros participará em assembléia de acionistas de acordo com seus interesses.

5- Critérios de Contratação de Gestores de Recursos

- Estrutura de Suporte e de Controle;
- Práticas de Marcação a Mercado;
- Capacitação Técnica;
- Total de Recursos Administrados;
- Custos;
- Riscos Incorridos;
- Rentabilidade Histórica Auferida;
- Histórico da Empresa e dos Controladores; e,
- Outros.

6- Critérios de Controle de Risco

- Mercado;
- Liquidez;
- Contraparte;
- Legal;
- Operacional; e,
- Outros.

RELATÓRIO ANUAL 2007

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Wagner Pinheiro de Oliveira.

Diretores: Maurício França Rubem, Newton Carneiro da Cunha e Ricardo Malavazi Martins

Secretário Geral: Wagner Lima

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares: Wilson Santarosa (presidente), Diego Hernandes, José Lima de Andrade Neto, Paulo César Chamadoiro Martin, Paulo Teixeira Brandão, Yvan Barreto de Carvalho

Suplentes: Armando Ramos Tripodi, Cláudio Alberto de Souza, Epaminondas de Souza Mendes, Nelson Sá Gomes Ramalho, Regina Lucia Rocha Valle, Roberto de Castro Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Titulares: Fernando Leite Siqueira (presidente), Eurico Dias Rodrigues, Guilherme Gomes de Vasconcellos, Maria Angélica Ferreira da Silva

Suplentes: André Luiz da Fonseca Fadel, Antonio Luiz Vianna de Souza, Reginaldo Barreto Correa, Sérgio Salgado



COORDENAÇÃO GERAL

Washington Luiz de Araújo – Gerência de Comunicação e Relações Institucionais

Textos: Patrícia Peixoto

Edição: Patrícia Peixoto e Washington Luiz de Araújo

Revisão: Suzana Ramineli

Produção Editorial: Luciane Araújo e Patrícia Peixoto

Capa: Emílio Dossi, Flávio Bidoia e Luiz Otávio Guimarães

Projeto Gráfico: Emílio Dossi, Flávio Bidoia e Luiz Otávio Guimarães

Diagramação: Emílio Dossi, Luiz Otávio Guimarães e Rafael Motta

Apoio: Equipe de Comunicação da Petros

Apoio Técnico: Cláudia Mattos, Edilma Santana, Hélio Pereira, Humberto Lima, Jorge Gouvêa, Jorge Rocha, Luiz César Cabral, Maria José Santana, Noemi Oguri, Renata Guinther, Ricardo Pavie, Roberto Gremler e Ronaldo Bastos

Consolidação do Relatório: Gerência de Controle

Imagens: Agency: istockphoto.com

Impressão: Gráfica Ediouro

Tiragem: 120 mil exemplares

Produção Gráfica: Núcleo da Idéia Comunicação





Fundação Petrobrás de Seguridade Social

Rua do Ouvidor, 98 – Centro – 20040-030. Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2506-0335

Site: www.petros.com.br / e-mail: petros@petros.com.br